



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

ANA PAULA ALMEIDA SILVA

**REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA E O MONOCULTIVO DO
MILHO EM SERGIPE**

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
São Cristóvão – SE
2020

ANA PAULA ALMEIDA SILVA

**REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA E O MONOCULTIVO DO
MILHO EM SERGIPE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia, sob orientação da Professora Dr^a Marleide Maria Santos Sergio, na linha de pesquisa Produção e Organização do Espaço Agrário.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Silva, Ana Paula Almeida

S586r Reprimarização da economia e o monocultivo do milho em Sergipe / Ana Paula Almeida Silva ; orientadora Marleide Maria Santos Sergio. - São Cristóvão, SE, 2020.

180 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Agricultura e Estado. 4. Espaço em economia. 5. Milho – Cultivo – Sergipe. I. Sergio, Marleide Maria Santos, orient. II. Título.

CDU 911.3:63:338.43.02(813.7)

ANA PAULA ALMEIDA SILVA

**REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA E O MONOCULTIVO DO MILHO EM
SERGIPE**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marleide Maria Santos Sergio (PPGEO/UFS)
Presidenta da Banca

Prof. Dr. Lucas Gama Lima (Universidade Federal de Alagoas)
Membro Externo

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos (PPGEO/UFS)
Membro interno

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2020

DEDICATÓRIA

Aos milhares de camponeses que lutam diariamente no trabalho do campo. A meus pais Maria de Lourdes e Luizivaldo camponeses movidos pela coragem, solidariedade e persistência que me parecem ser infinitas.

AGRADECIMENTOS

O término desse trabalho representa as inquietações construídas no meu processo de formação longe de serem finalizadas, pensando que a busca do conhecimento é um movimento constante. Essa jornada foi construída de forma árdua, prazerosa, marcada por motivações fundadas na presença de pessoas que me proporcionaram as forças necessárias para chegar até aqui.

Um agradecimento muito especial aos meus pais **Maria de Lourdes** e **Luzivaldo** por serem uma fonte de amor, carinho, perseverança e exemplo inesgotável. A meu irmão **Flávio** (in memoriam) a você devo uma fortaleza de resiliência, esse trabalho também é seu. Agradeço a **Flaviane, Iara, Lucas e Tiago**, os irmãos que sempre estiveram dispostos a me oferecer palavras, amor, escutarem minhas angústias, ler textos, me acompanhar nos campos, registros fotográficos e ajudas na tabulação de dados. Sou profundamente grata!

Agradeço de forma especial a minha orientadora **Profa. Dra. Marleide Sergio**, pelos múltiplos ensinamentos iniciados desde a Graduação, muito obrigada pela atenção, análise cuidadosa do texto, paciência, solidariedade e tantas reflexões. Serei sempre Grata!

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação e aceitaram também estar presente na banca de defesa, **Profa. Dra. Josefa de Lisboa** e **Prof. Dr. Lucas Gama Lima** as contribuições, sugestões e apontamentos feitos foram valiosos para o término desse trabalho.

Um muito obrigada aos colegas de turma do Mestrado em especial ao amigo **Bruno** pela parceria nas disciplinas, discussões, debates, conversas e palavras precisas.

Agradeço também a **Fran**, por ter disponibilizado sua casa no período das disciplinas, meu muito obrigada!

Agradeço aos amigos (as) **Franklin, Nando, Kleverton, Helaine, Maria, Mara Iris, Riclécia e Thainar** que sempre me incentivaram com um “você vai conseguir, vai dar tudo certo”. Vocês são valorosos!

Aos professores que tive a oportunidade de ouvi-los nas disciplinas do Mestrado, grata pelas contribuições. Estendo também minha gratidão aos professores do Departamento de Geografia do Campus de Itabaiana/UFS por tantas aspirações e conhecimentos construídos.

Agradeço aos sujeitos sociais que aceitaram participar das entrevistas, em especial aos camponeses por todo o aprendizado e disponibilidade oferecida ao longo dos trabalhos de campo. Muito Obrigada!

Grata também aos colegas de trabalho e aos meus alunos do CEEMB, pelas conversas descontraídas que tanto me ofereceram força.

Por fim, grata a todos (as) que contribuíram para a construção desse trabalho.

EPÍGRAFE

Latinoamérica

Soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que te robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi Hermano!

El sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Soy una canasta con frijoles.

Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria no quiere a su madre
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas pero que camina, oye.

Tú no puedes comprar al viento
Tú no puedes comprar al sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor
Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores

Tengo los lagos, tengo los ríos
Tengo mis dientes pa' cuando me sonrío
La nieve que maquilla mis montañas
Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña

Un desierto embriagado con bellos de un trago de pulque
Para cantar con los coyotes, todo lo que necesito.

Tengo mis pulmones respirando azul clarito
La altura que sofoca
Soy las muelas de mi boca mascando coca
El otoño con sus hojas desmalladas
Los versos escritos bajo la noche estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en Cuba
Soy el mar caribe que vigila las casitas
Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabello
Soy todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural
Vamos caminando
Vamos dibujando el caminho!

Não se pode comprar o vento
Não se pode comprar o sol
Não se pode comprar a chuva
Não se pode comprar o calor
Não se podem comprar as nuvens
Não se podem comprar as cores
Você não pode comprar a minha felicidade
Você não pode comprar a minha tristeza.

Tú no puedes comprar al sol.
Tú no puedes comprar la lluvia.
(Vamos dibujando el camino, vamos caminando)
No puedes comprar mi vida.
MI TIERRA NO SE VENDE.

Trabajo bruto pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullos
Y si se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que recuerdes mi apellido
La operación cóndor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido, oye!

Vamos caminado, aquí se respira lucha.
Vamos caminando, yo canto porque se escucha.
Vamos caminando, aquí estamos de pie.
Que viva Latinoamérica!
No puedes comprar mi vida!

Calle 13 (2011).

RESUMO

A produção do espaço se realiza na esfera da sociedade e da natureza transformada continuamente através das relações sociais desenvolvidas pelos agentes produtores do espaço. A expansão de monoculturas sobre o espaço agrário da América Latina corrobora ao capital que amplia suas amarras sobre essa região através do processo de reprimarização econômica. Terras, águas, trabalho humano e todos os demais recursos são explorados de forma profunda no atual contexto de crise do capital, tendo, entre os desdobramentos, a acentuação da produção de commodities direcionadas à exportação. Esse processo tem reflexos sobre o aumento da concentração de terras nas mãos de uma diminuta parcela de proprietários, alargamento das áreas de pobreza, corrosão da soberania alimentar, além das armadilhas intrínsecas ao progresso técnico como o mortífero poder exercido pela indústria dos agrotóxicos e sementes transgênicas. No Brasil, a expansão das áreas de monocultivos é respaldada pelo Estado, que implementa e viabiliza as estruturas essenciais ao capital; nessa conjuntura, a agricultura assume fluxos cada vez mais desimpedidos diante da flexibilidade destinada ao agronegócio. No Nordeste, a demanda por grãos para alimentação do setor avícola tem repercutido na ampliação das áreas de produção de milho em diversos estados da região. Nesse contexto, a crescente ampliação dos monocultivos/desertos verdes se torna atrativa. Em Sergipe, o avanço das áreas ocupadas pelo monocultivo do milho assume expressão por diversos municípios, consolidando a força do capital. A pesquisa vigente se volta para a compreensão dos processos intrínsecos à territorialização do capital sob a produção do milho. Assim, esse trabalho se propõe a entender e analisar a expansão desse cultivo, considerando as hierarquias escalares circunscritas à produção do espaço e à relação sociedade/natureza. A análise é fundamentada no Materialismo Histórico e Dialético, cuja leitura da realidade busca situar os sentidos da essência dos fenômenos produzidos no espaço geográfico. A expansão do monocultivo do milho em Sergipe é incentivada pelas ações do Estado que viabiliza diversas políticas públicas voltadas à ampliação desse cultivo, como programas de assistência técnica, distribuição de sementes, horas de tratores e infraestrutura, acompanhadas pela retórica do desenvolvimento econômico. O capital ao se territorializar sob a forma do monocultivo do milho, tem produzido diversas facetas nesse espaço agrário como a escassez de terras, ameaças às relações de soberania alimentar, contaminações produzidas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e sementes transgênicas, mobilidade de trabalhadores, endividamentos de milhares de camponeses sucumbidos aos ditames desse modelo agrícola. Verifica-se que o crescimento econômico associado à produção do cultivo do milho em Sergipe retrata em sua essência as contradições do império do capital que se movimenta por meio de relações assimétricas na produção do espaço, além de que, a especialização produtiva em bens primários na América Latina representa a dominância do capital para auferir lucros a qualquer custo no contexto de sua própria crise.

Palavras- Chave: Monocultivo do Milho, Reprimarização Econômica, Produção do Espaço Agrário.

RESUMEN

La producción del espacio tiene lugar en el ámbito de la sociedad y la naturaleza, transformada continuamente a través de las relaciones sociales desarrolladas por los agentes que producen el espacio. La expansión de los monocultivos sobre el espacio agrario de América Latina corrobora la capital que expande sus lazos sobre esta región a través del proceso de reprimenda económica. La tierra, el agua, el trabajo humano y todos los demás recursos se exploran de manera profunda en el contexto actual de crisis de capital, con, entre los acontecimientos, la acentuación de la producción de productos destinados a la exportación. Este proceso tiene repercusiones en el aumento de la concentración de tierras en manos de una pequeña porción de propietarios, la expansión de áreas de pobreza, la corrosión de la soberanía alimentaria, además de las trampas intrínsecas al progreso técnico, como el poder mortal ejercido por la industria de pesticidas y semillas transgénicas. En Brasil, la expansión de las áreas de monocultivo es apoyada por el Estado, que implementa y habilita las estructuras esenciales para el capital; En este contexto, la agricultura asume flujos cada vez más sin obstáculos en vista de la flexibilidad destinada a los agronegocios. En el noreste, la demanda de granos para alimentar al sector avícola ha tenido un impacto en la expansión de las áreas de producción de maíz en varios estados de la región. En este contexto, la creciente expansión de monocultivos / desiertos verdes se vuelve atractiva. En Sergipe, el avance de las áreas ocupadas por el monocultivo de maíz asume expresión en varios municipios, consolidando la fortaleza de la capital. La investigación actual se centra en comprender los procesos intrínsecos a la territorialización del capital en la producción de maíz. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo comprender y analizar la expansión de este cultivo, teniendo en cuenta las jerarquías escalares circunscritas a la producción del espacio y la relación entre la sociedad y la naturaleza. El análisis se basa en el materialismo histórico y dialéctico, cuya lectura de la realidad busca situar los significados de la esencia de los fenómenos producidos en el espacio geográfico. La expansión del monocultivo de maíz en Sergipe está respaldada por las acciones del Estado que permiten diversas políticas públicas destinadas a expandir este cultivo, como programas de asistencia técnica, distribución de semillas, horas de tractores e infraestructura, acompañadas de la retórica del desarrollo económico. El capital, al territorializarse en forma de monocultivo de maíz, ha producido varias facetas en este espacio agrario, como la escasez de tierra, las amenazas a las relaciones de soberanía alimentaria, la contaminación producida por el uso indiscriminado de pesticidas y semillas transgénicas, la movilidad de los trabajadores, la deuda de miles de campesinos sucumbieron a los dictados de este modelo agrícola. Parece que el crecimiento económico asociado con la producción de cultivo de maíz en Sergipe esencialmente retrata las contradicciones del imperio del capital que se mueve a través de relaciones asimétricas en la producción de espacio, además de eso, la especialización productiva en bienes primarios en el país. América Latina representa el dominio del capital para obtener ganancias a cualquier costo en el contexto de su propia crisis.

Palabras-Claves: Monocultivo de Maíz, Reprimarización Económica, Producción del Espacio Agrario.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição de Terras e Água no mundo	34
Figura 2 - Índice de Gini quanto à distribuição de terras em alguns países da América Latina	41
Figura 3 - Grau de dependência de exportação de commodities de todos os países do mundo entre 2013 a 2017	48
Figura 4 - América Latina: Taxa de variação do PIB por setores de atividade econômica, 2015 a 2018 em porcentagem.....	50
Figura 5 - América Latina (18 países): Taxas de pobreza e extrema pobreza e pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, 2002-2018.....	53
Figura 6 - América Latina (18 países): Taxas de pobreza e extrema pobreza e pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, 2002-2018.....	54
Figura 7 - América Latina (18 países): pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza por área geográfica de residência, 2012- 2017	55
Figura 8 - Investimentos chineses no Agronegócio e em Infraestrutura no Brasil, 2009-2017.....	58
Figura 9 - Gráfico Crescimento anual de produtividade total dos fatores na agricultura, por médias ponderadas entre 1991- 2015	61
Figura 10 - Visão geral dos principais produtos exportados pelo estado de Sergipe	65
Figura 11 - Visão geral dos principais produtos importados pelo estado de Sergipe	66
Figura 12 - Distribuição de crédito rural contratado no Brasil por região- 2002 a 2012 (em%)	86
Figura 13 - Distribuição de crédito rural no Brasil por faixa de valor dos contratos- 2003 a 2012 (em%)	87
Figura 14 - Distribuição dos recursos do SNCR por produto agrícola - 1999 a 2010 (Em %)	88
Figura 15 - Armazenamento de milho em silo Bag no município de Nossa Senhora Aparecida, SE.....	111
Figura 16 - Transporte da produção de milho no município de Carira, SE.....	112
Figura 17 - Colheitadeira maquinário utilizado na produção de milho, em Nossa Senhora da Glória.....	114

Figura 18 - Rodovia Mário Jorge Motta Melo, município de Nossa Senhora da Glória, SE.....	121
Figura 19 - Outdoor apresentando sementes híbridas no município de Nossa Senhora da Glória, SE	122
Figura 20 - Maiores produtores de Milho forrageiro em Sergipe, por quantidade produzida em toneladas	123
Figura 21 - Venda de agrotóxicos por cultura no Brasil (2015)	126
Figura 22 - Pulverização de Herbicida no Cultivo do Milho no município de Nossa Senhora da Glória, SE	130
Figura 23 - Trabalhador manipulando máquina com Agrotóxicos no município de Nossa Senhora da Glória, SE.....	130
Figura 24 - Sergipe: Intoxicação por agrotóxico de uso agrícola, municípios (2007-2014)	132
Figura 25 - Evolución del Área de soja y los cultivos alimentarios en Brasil (1990-2014)	146
Figura 26 - Banco de Sementes do MPA em Poço Redondo, SE.....	149
Figura 27 - Mapa da “Área Reformada” Construída pelos Movimentos Sócioterritoriais do Alto Sertão Sergipano nas Três Fases da Luta pela Terra e Redistribuição Fundiária pela FUNAI, FCP e INCRA 1979 – 2014	152
Figura 28- Produção de alimentos em lote de reforma agrária em Poço Redondo, SE.....	153
Figura 29- Produção de quiabo em lote irrigado no projeto Jacaré Curitiba em Poço Redondo, SE.....	153
Figura 30 - Produção de milho transgênico no município de Carira, SE	157
Figura 31 - Número de cultivares disponíveis no mercado de sementes de milho no Brasil	159
Figura 32 - Evolução do número de cultivares com eventos transgênicos e a porcentagem destes em relação ao número de cultivares totais	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção industrial brasileira em intensidade tecnológica, 2010 a 2019	60
Gráfico 2 - Variação do Número e da Área dos Imóveis Rurais por Classe de Área (%) - Brasil/ 2016-2018	62
Gráfico 3 - Crédito Rural Evolução dos Recursos Financeiros, 1995-2018	64
Gráfico 4 - Financiamento do cultivo do Milho no Nordeste de Janeiro a Maio de 2013-2018	100
Gráfico 5 - Número de contratos para investimentos agrícolas, em máquinas e equipamentos pelo (PRONAF) em Sergipe	101
Gráfico 6 - Custeio Agrícola da produção de milho em Sergipe total financiado, Pronaf	105
Gráfico 7 - Produtores que fazem uso de crédito para o Monocultivo do milho (em %)	109
Gráfico 8 - Produtores que tiveram dificuldade no pagamento de empréstimos de custeio da produção de Milho (em %)	109
Gráfico 9 - Vendas por Classe de Uso dos produtos formulados, em Sergipe no ano de 2017	128
Gráfico 10 - Uso de Agrotóxicos no cultivo do Milho (em %)	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação interanual dos preços internacionais de produtos básicos, 2016 a 2019, em porcentagens baseadas em preços médios anuais.....	50
Tabela 2 - Produção de milho no Brasil entre 2010/11 a 2017/18 por 1000 (t)	95
Tabela 3 - Demanda de milho no Brasil entre 2014/15 a 2018/19 em milhões de toneladas.....	96
Tabela 4 - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários em Sergipe entre 1970 a 2017	102
Tabela 5 - Milho em grão, quantidade produzida entre 2009 a 2018 em Sergipe	106
Tabela 6 - Milho em grão Área Plantada em (ha) em Sergipe entre 2009 a 2018.	107
Tabela 7 - Área plantada (ha) dos principais municípios produtores de Feijão no Estado de Sergipe.....	150

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do recorte espacial de estudo, Sergipe.....	23
Mapa 2 - Produção de Milho em Sergipe, 2017	103
Mapa 3 - Estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos em Sergipe, 2017.....	133
Mapa 4 - Produção da cultura do feijão em Sergipe	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos recursos financeiros por programa em Sergipe- 2017 ...	103
Quadro 2 - Número de contratos para custeio agrícola das produções de milho e feijão em Sergipe pelo Pronaf de 2002 a 2012.....	105
Quadro 3 - Preços médios de vendas de terras agrícolas para lavouras entre 2015 a 2019 em municípios que predomina o monocultivo do milho em Sergipe	116
Quadro 4 - Preços médios de vendas de terras agrícolas para lavouras entre 2015 a 2019 em alguns municípios de Sergipe	116
Quadro 5 - Vendas de Agrotóxicos em Sergipe no período de 2000 a 2017	127
Quadro 6 - Ingredientes Ativos mais comercializados em Sergipe no ano de 2017	129
Quadro 7 - Principais empresas fornecedoras de sementes para o cultivo do Milho em Sergipe	158

SIGLAS

ABIMILHO- Associação das Indústrias Brasileiras de Milho

BACEN- Banco Central do Brasil

BM- Banco Mundial

BNB- Banco do Nordeste

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

DIT- Divisão Internacional do Trabalho

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Agropecuária

EMDAGRO- Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

ETENE- Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI- Fundo Monetário Internacional

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços

MDIC- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores

OMC- Organização Mundial do Comércio

PIB- Produto Interno Bruto

PROAGRO- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural

TASS- Território do Alto Sertão Sergipano

UNCTAD- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Sumário

I- INTRODUÇÃO	18
II- REPRIMARIZAÇÃO DAS ECONOMIAS NA AMÉRICA LATINA: REDESENHOS DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA	32
2.1 Reprimarização: a subordinação agrícola da América Latina	42
2.2 O Capitalismo Agrário e a Produção da Pobreza	52
2.3 A Reprimarização do Campo Brasileiro.....	57
III- DAS ENTRELINHAS DO IMPERIALISMO À TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL	67
3. 1 Sob a Égide da Agricultura Mundializada	80
3. 2 O papel do Estado	82
3.3 Territorialização do Capital e Agronegócio	89
IV- O MONOCULTIVO DO MILHO NO ESPAÇO AGRÁRIO DE SERGIPE	94
4.1 Dinâmicas da Territorialização do cultivo do Milho em Sergipe	106
4.2 O Discurso de desenvolvimento econômico, locomotiva para expansão do milho sobre o Semiárido de Sergipe.....	117
4. 3 O uso de venenos no campo de Sergipe, o poder da indústria dos agrotóxicos	124
V- DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO AOS RISCOS À SOBERANIA ALIMENTAR	135
5.1 A Monotonia dos Desertos Verdes, Ameaças à Soberania Alimentar	139
5.2 A Soberania Alimentar no Sertão de Sergipe	147
5.3 A invasão dos Transgênicos no Campo: caminho a Poluição Genética	154
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
8. APÊNDICES	176

I- INTRODUÇÃO

As transformações nas formas e conteúdos espaciais consubstanciam a produção do espaço, realizadas em um movimento contínuo na relação sociedade natureza. As reconfigurações e dinâmicas relacionadas ao espaço agrário contemporâneo compreendem a força do capital com destaque para a trajetória recente de expansão e especialização de monocultivos produzidos pelos determinantes econômicos, políticos e sociais fundados na sociabilidade capitalista.

Assim, a produção do espaço agrário em sua historicidade, agrega as práticas sociais dos sujeitos em seu processo de transformação da natureza que se apresenta em um movimento crescente entrelaçado ao desenvolvimento das forças produtivas pautadas no aperfeiçoamento técnico. Na atualidade, as técnicas agrícolas aplicadas ao cultivo dos solos para a produção de alimentos necessários à reprodução da sociedade, estão sujeitas a submissão dos processos inerentes à geração de mais-valor, ou seja, de riquezas. Nessa conjuntura, o campo enquanto espaço de produção de alimentos, assume o fundamento da mercadoria que transforma consigo os sentidos da produção determinados pelo mercado.

A expansão e ocupação de grandes áreas de terras destinadas à agricultura é uma realidade do espaço agrário na atualidade. O modelo produtivo estabelecido e direcionado à produção de monocultivos para a exportação corresponde às formas de movimento do capital em seu processo de realização com rebatimentos no espaço geográfico. Desse modo, a prática de monoculturas¹ situa-se nas relações capitalistas, implicando em grandes produções para serem comercializadas e assim, atender as demandas instituídas pelo capital. Diante disso, a atual agricultura de mercado é uma relação imperialista, circunscrita aos interesses hegemônicos do capital, daqueles que detêm os meios de produção. Corresponde às necessidades de produção e reprodução de uma determinada classe que, por sua vez, institui relações de produção para o campo, cujos sentidos são a continuidade da dominação do capital.

Esse modelo agrícola se expande pelo espaço, conjuntamente ao aparato técnico científico, denominado de modernização de base técnica, aqui entendida como o pacote tecnológico aplicado à produção agrícola. A utilização crescente da mecanização no

¹ Compreende o cultivo de uma produção uniforme. É o cultivo de uma única espécie agrícola em determinada área (ZIMMERMANN, 2009).

processo de produção transformou os espaços agrários de forma desigual, aprofundando as disparidades socioeconômicas. O aparato técnico, facilita, sob determinado aspecto, a produção da natureza e paulatinamente a maior extração de mercadorias. A ampliação do uso de máquinas, sementes transgênicas, agrotóxicos e adubos químicos assume primazia para pensar e interpretar a realidade materializada no espaço agrário mundial. A produção destes insumos e de novas técnicas utilizadas em demasia na agricultura representa o capital de grandes empresas que exercem o controle produtivo desse mercado, a partir da comercialização de insumos em escala mundial, compondo uma cadeia produtiva complexa.

Na América Latina, o capital historicamente se apropriou da terra e de seus recursos. No cenário atual, essa dominação vem se perpetuando com mais força, sobretudo no campo, onde uma diminuta parcela de proprietários controla as terras destinadas à produção de commodities para o mercado externo. Essa realidade está presente na maioria dos países latinos, que por sua vez, tem ampliado os cinturões de pobreza e contribuído para o comprometimento da reprodução da vida das populações diante do espinhoso avanço do capital via reprimarização das economias, um aprofundamento da exploração sobre a natureza em tempos de crise do capital. Eduardo Galeano (2012) afirma que a América Latina foi condenada à monocultura e à dependência.

A relação de dependência é acentuada pelos monocultivos, lançamento de agrotóxicos mortíferos e traduzida no aviltamento das condições de vida de milhares de trabalhadores camponeses, uma das características da agricultura neoliberal. Nessa conjuntura, a compreensão dos aspectos e elementos que demarcam esse modelo de produção agrícola, é necessária para entender a realidade concreta produzida no espaço agrário. A especialização produtiva de commodities², com a ampliação do cultivo de monoculturas no Brasil, é um desdobramento dos ajustes econômicos, que se projetam na produção de bens primários, com o relançamento do agronegócio como estratégia de acumulação de riquezas no início do século XXI. Fala-se de relançamento, de acordo com Delgado (2012) porque faz parte de uma situação de desequilíbrio externo em 1999, que desencadeou a articulação de uma nova política interna totalmente voltada para a agricultura capitalista, se reorganizando com o nome de agronegócio. As

² Produtos de baixo valor agregado comercializados no mercado mundial como grãos, minérios, frutas etc.

mudanças do agronegócio nesse momento em relação ao período militar são o caráter político democrático e a produção demasiadamente primária destinada à exportação, diferenciando-se da modernização agrícola de 1965/85 voltada para as estratégias de industrialização.

Desse modo, o modelo agrícola brasileiro marcado pela produção de matérias-primas, atualmente, sob a ótica do agronegócio, se volta intensivamente para a exploração da natureza, demarcando a subserviência do Brasil ao capital. Esse processo é garantido pelo Estado com a permanência de extensos latifúndios intocados, favorecendo paulatinamente o aumento da histórica concentração de terras. No Brasil as principais monoculturas hoje que dominam extensas áreas de terras são: a soja, a cana-de-açúcar e o milho. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 no Brasil 1,7 milhões de estabelecimentos produziram milho em grão, apresentando uma produção de 88 milhões de toneladas. A soja por sua vez, é produzida em mais de 236 mil estabelecimentos agropecuários tendo uma produção de 103 milhões de toneladas.

Esses cultivos fazem parte de diversas transformações na produção do espaço agrário, pois, as áreas destinadas às monoculturas estão relacionadas à grande produtividade para a comercialização de matérias-primas, constituindo assim, uma agricultura direcionada ao mercado em detrimento da produção de alimentos. Destarte, nas áreas de terras do país, tem-se avançado a territorialização de monocultivos a largos passos, que por sua vez, impõem a formação de conflitos às populações camponesas, indígenas e quilombolas, bem como a destruição de biomas.

Em Sergipe esse panorama se apresenta via construção de novas teias pelo capital, que estabelece reconfigurações à dinâmica produtiva da agricultura. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017 existem 93,3 mil estabelecimentos agropecuários com uma área ocupada de 1,5 milhões de hectares no estado. Entre os principais monocultivos desenvolvidos situam-se a produção de milho, a cana-de-açúcar e a laranja.

A cana-de-açúcar tem sua implantação associada ao período colonial e se estabelece nas áreas litorâneas da Zona da Mata, permanecendo até hoje praticada em grandes propriedades, estrutura agrária mantida historicamente desde a colonização; a laranja tem sua produção ligada às políticas agrícolas de modernização para a agricultura que se referem aos anos 1960 perpassando constantes ciclos de produção; a monocultura do milho por sua vez, apesar de ser uma cultura agrícola presente como

cultivo alimentar, assume hoje grande expressão, tendo uma produção direcionada ao mercado, apresentando assim, elevado crescimento nos últimos anos, e, desse modo, uma espacialização destacada em alguns municípios sergipanos tornando-se a principal cultura agrícola do estado.

Na atualidade, o cultivo do milho em Sergipe é marcado por rebatimentos significativos sobre a produção do espaço, pois, no curso da territorialização dessa commodity se encontra a cisão entre sociedade e natureza, com o ser humano agindo como estranho aos recursos, cada vez mais, usufruídos em demasia. A monocultura do milho tem avançado com maior intensidade desde a primeira década do século XXI pelo território de diversos municípios sergipanos ocupando grandes, médias e pequenas propriedades de terras; é produzida com intenso uso do pacote de agroquímicos e se territorializa formando uma mancha produtiva sobre o espaço. Esse movimento de expansão concentra-se nas áreas do Oeste sergipano, nos municípios de Carira, Simão Dias, Frei Paulo e Pinhão bem como, se expande em direção ao Centro Sul e para as áreas do Sertão.

Segundo os levantamentos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), em 2018, ocorreu uma elevação na produção de milho nessa região, especialmente em Sergipe, na ordem de 462, 9%, sendo o estado onde foi registrado maior crescimento no Nordeste. Em 2019/2020 a safra de milho³ no estado, segundo os dados da Conab teve uma área plantada de 157,3 mil hectares com produção média de 767.384 mil toneladas. Desse modo, o avanço da produção do monocultivo do milho assume centralidade para a compreensão das vicissitudes intrínsecas à territorialização desse cultivo agrícola, que se espacializa no campo sergipano, consubstanciando as relações produtivas formatadas no âmbito do agronegócio⁴. Assevera-se assim, que o processo de produção de milho modifica as relações socioespaciais dos sujeitos com a terra, inserindo novos elementos pautados na lógica agrícola de mercado, estabelecida mediante o discurso do desenvolvimento econômico.

³ Ver <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/safra-de-milho-em-sergipe-deve-atingir-mais-de-760-mil-toneladas>

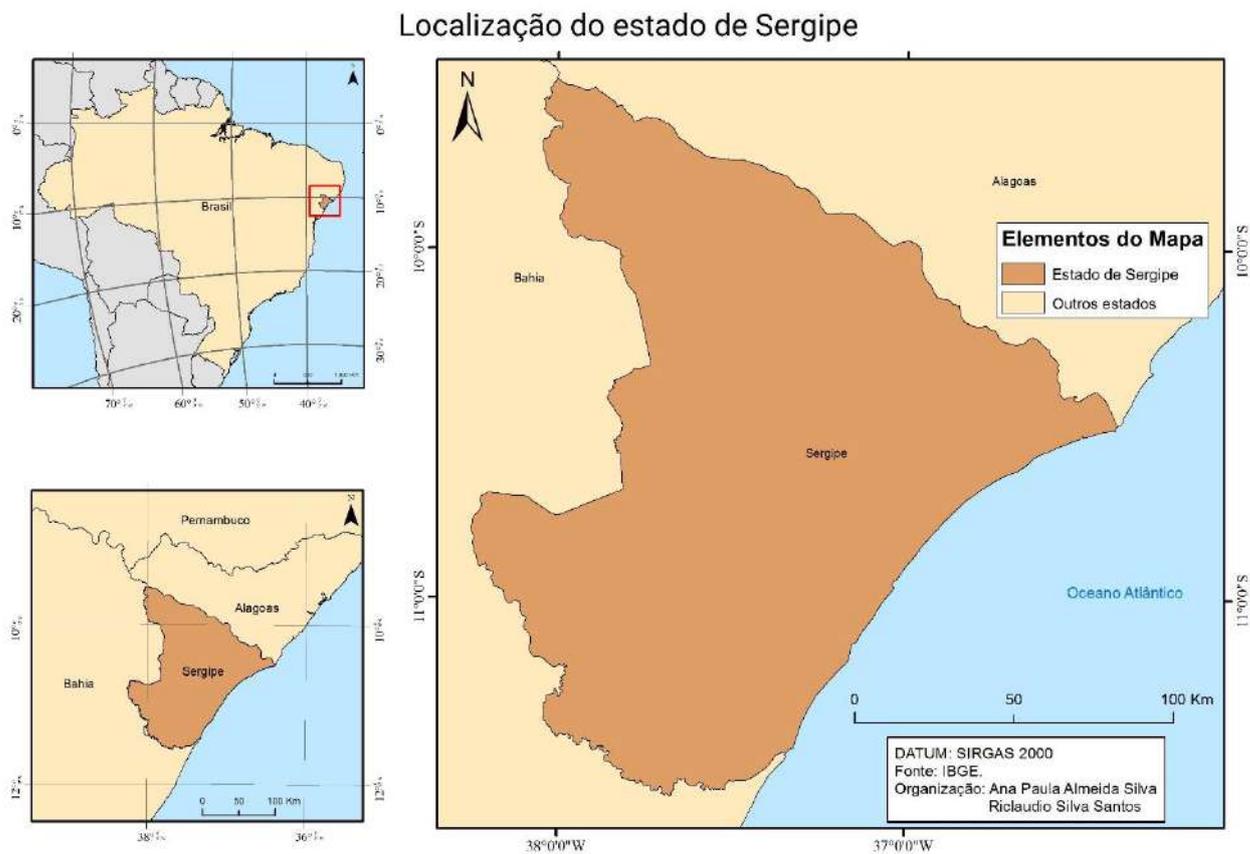
⁴ De acordo com Mendonça (2013) a construção do conceito de agronegócio, foi forjada nas universidades dos EUA como Agribusiness, sendo importado através de meios acadêmicos e políticos para o Brasil, servindo de base ideológica para a continuidade do latifúndio e intensificação do uso de insumos industriais na agricultura. Sendo que na atualidade ao ser difundido pelos meios de comunicação passa a imagem de eficiência e desenvolvimento.

Nesse âmbito, o presente estudo tem por objetivo entender e analisar a expansão do monocultivo do milho, considerando as hierarquias escalares circunscritas à produção do espaço e à relação sociedade/natureza. São elencados como objetivos específicos: 1. Compreender o processo de reprimarização da economia. 2. Analisar o processo de expansão da monocultura do milho em Sergipe e os rebatimentos à reprodução social camponesa. 3. Discutir os desdobramentos da territorialização do capital nas relações de produção e trabalho. 4. Identificar os impactos socioambientais causados pela utilização de agroquímicos.

Entre as premissas que se estabelecem como questões de pesquisa busca-se analisar: Quais os desdobramentos produzidos pela monocultura do milho no estado de Sergipe e suas implicações a relação sociedade/natureza? De que forma o crescimento e expansão da cultura do milho situa-se no âmbito do processo de reprimarização das economias periféricas? O processo de modernização de base técnica, intrínseco à expansão da monocultura do milho produz mudanças nas relações de produção e trabalho? Quais políticas e estruturas institucionais dão respaldo à expansão do monocultivo do milho? Como se apresenta o processo de territorialização do capital no campo? A produção de milho produz impactos ambientais ao espaço agrário sergipano?

Entende-se, que a produção do espaço agrário é um processo imbricado à dimensão do modelo agroexportador efetivado na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que determina aos países em desenvolvimento, denominados periféricos, a produção de matérias-primas. Essa determinação é pautada na lógica de desenvolvimento desigual, cujas relações são de exploração e dominação do capital no processo de acumulação. Entender o avanço do monocultivo do milho em Sergipe perpassa analisar as múltiplas escalas e o papel que desempenha na DIT em um contexto de reprimarização das economias. Processo no qual se acentua a transferência geográfica de valor, mediante a intensificação das trocas de produtos primários na esfera de produção do mercado, sendo expressão das contínuas reconfigurações da acumulação capitalista. No mapa abaixo é destacado o recorte espacial de estudo, o estado de Sergipe.

Mapa 1 - Localização do recorte espacial de estudo, Sergipe



No que se refere à escala, Neil Smith (1984, p. 19) analisa que “o capital não só produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual sua coerência”. Destaca-se que no contexto de crise estrutural do capital, a agricultura tem assumido centralidade nas políticas de Estado, agências multilaterais, bilaterais e grandes corporações multinacionais. Assim, a atual Divisão Internacional do Trabalho (DIT), insere uma demanda quanto ao aumento da produtividade agrícola, relacionada à suposta necessidade de produção de alimentos decorrente do crescimento da população mundial. Nesse contexto, com o discurso de evitar crises alimentares, grandes agentes produtores do espaço apoiam uma agricultura mercantilizada de alta produtividade para atender às ‘demandas de alimentação’ da população. Entretanto, essa realidade gera diversos conflitos sociais, sobretudo porque a agricultura mundializada atende às dinâmicas e necessidades imperialistas da acumulação do capital, pautadas na geração de mais-valor, estranhas à produção de alimentos.

O discurso de uma agricultura em grande escala para suprir as necessidades alimentares da população mundial, perpassa as ideologias e contradições do capital. Para Marilena Chauí (2005) a ideologia corresponde a um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, sendo uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. A expansão da monocultura do milho expressa em seu movimento um viés ideológico, pois carrega os interesses de uma determinada classe social, a burguesia.

Por certo, é nas relações sociais e ideias formadas no âmbito dessa classe para manter o padrão de exploração e os meios de produção sob o seu controle, que a monocultura do milho se amplia pelo espaço agrário sergipano. Os discursos que justificam o cultivo do milho são vários, a exemplo do aumento da produtividade de alimentos e o desenvolvimento socioeconômico. Porém, o cultivo do milho na forma de monocultivo e no seio da modernização de base técnica, estabelece inter-relações com instituições que atuam em diversas escalas para a realização da circulação do capital. Assim, existem vários grupos econômicos, como multinacionais e bancos beneficiados nesse processo, que compreende uma cadeia produtiva mundial.

Por isso, o discurso de desigualdades sociais em torno do acesso à alimentação no mundo, ganha força. Isto converge positivamente para a ampliação da modernização das técnicas agrícolas, de modo que a proposta de assegurar uma produção de alimentos para toda a população mundial e assim ‘extinguir’ a fome é retomada com nova ênfase. Certamente, o que se sabe diante do emprego de maquinários, adubos, sementes geneticamente melhoradas e venenos, é a persistência do problema da fome com um quadro até mais acentuado em determinadas regiões do mundo. O aumento da produtividade agrícola relacionada à técnica, não impacta na diminuição das desigualdades sociais no âmbito do acesso a alimentação, pois, prioriza-se uma agricultura mercantilizada, sem nenhum real objetivo de preocupação com as demandas alimentares da população. Trata-se de um modelo agrícola destinado amplamente ao capital, produtor de fome, pobreza, destruição de recursos naturais, acentuação dos conflitos e concentração de terras no campo.

Nessa perspectiva, o avanço do capital nas relações de produção agrícola, viabiliza inúmeras metamorfoses a relação sociedade/natureza. Destarte, essas mudanças na produção do espaço são promotoras desde o avanço das tecnologias às modificações nas relações de trabalho e práticas dos sujeitos sociais que dependem do

campo para reprodução social. Converge assim, para a apropriação da natureza e seus recursos, terra, água, biodiversidade, impulsionando a expropriação de milhares de camponeses de seus territórios. Para Carlos (2011, p. 44):

(...) o processo de produção do espaço tem como pressuposto a natureza, envolve um conjunto de elementos fundados na atividade humana produtora, transformadora, bem como na vontade e disposição, acasos e determinações, conhecimentos todos esses voltados à reprodução da sociedade.

Nessa conjuntura o avanço do capital sobre a natureza, efetiva a reprodução do mesmo e não da sociedade, sendo que essa busca ocorre de forma mais intensa nos chamados países em desenvolvimento, aqueles que fazem parte do mundo periférico. Assim, América Latina e África são áreas de grande interesse para expansão da agricultura mercantilizada. Isso porque nesses locais existem consideráveis extensões de terras que ainda não foram exploradas e situam-se aos liames da exploração. Esses espaços são habitados por milhares de camponeses, que convivem em uma relação holística com a natureza transformada enquanto valor de uso para a reprodução social. As práticas agrícolas desses sujeitos são realizadas mediante conhecimentos de valor histórico utilizando-se de técnicas que não produzem impactos a reprodução da natureza e a existência humana.

Contudo, a apropriação do discurso do combate à pobreza por instituições multilaterais a exemplo do Banco Mundial⁵ sustenta a marcha da modernização agrícola. A sugestão para áreas que apresentam o fenômeno da pobreza mais acentuado e a predominância de agricultura camponesa realizada com o uso de técnicas consideradas simples, é a transformação para uma agricultura baseada no aparato tecnológico como uma das apostas à superação da pobreza dessas áreas. Porém, o uso da tecnificação direcionada à produção de matérias-primas, com a ampliação da área de monocultivos, não produz alimentos para o consumo humano, e sim, produtos a serem comercializados no mercado mundial, tornando-se um pseudodesenvolvimento, que apropria e expropria terras, populações, biodiversidade e acentua a pobreza. Na realidade o que acontece é a territorialização do capital ou a monopolização do território

⁵ O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional, que realiza empréstimos a países em desenvolvimento. Tem sua atuação ligada a fundações privadas, Ongs, instituições financeiras, pesquisa. De forma que possui um importante papel na estrutura e divisão do trabalho a nível mundial. Ver João Márcio Mendes Pereira (2010).

camponês, de forma que no processo de produção se realiza a extração da renda da terra associada à exploração do trabalho.

Diante desse panorama, compreende-se a importância de analisar a territorialização das monoculturas sobre o espaço, a exemplo do milho, produção que impõe mudanças significativas ao campo de Sergipe e impactos sobre o modo de vida de populações locais e a biodiversidade.

A presente dissertação faz uma leitura dos aspectos intrínsecos ao avanço do monocultivo do milho, entendido na complexidade das hierarquias escalares formatadas pelo capital em sua reprodução. Assim, o trabalho é desenvolvido em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado **Reprimarização das economias na América Latina: redesenhos da acumulação primitiva** é discutida a relação de subordinação que essa região ocupa no interior da Divisão Internacional do Trabalho, agudizada pelo processo de reprimarização econômica, que se trata de uma maior capilarização do capital na produção da natureza sob a faceta da agricultura neoliberal. Nesse sentido são compreendidos a histórica concentração de terras fundada na formação territorial, o crescimento da pobreza na região associado ao modelo de produção agrícola dominante, as entrelinhas da reprimarização na América Latina e no Brasil situando o processo de especialização na produção de bens de origem primária, bem como a vulnerabilidade desse mercado. A literatura que embasa essas reflexões parte das leituras de Galeano (2012), Marx (1996), Marini (2011), Delgado (2010, 2011, 2012), Moraes (2000), Oliveira (2008), Prada Alcoreza (2012), Campos (2011), Leutwiler (2016) e relatórios fornecidos pela CEPAL (2018), FAO (2019), OXFAM (2016), UNCTAD (2019) além dos dados do MDIC.

O segundo capítulo, **Das entrelinhas do Imperialismo à Territorialização do Capital**, apresenta uma análise sobre a produção da natureza intermediada ao imperialismo, tendo como exemplo a atuação do Banco Mundial na consolidação das estruturas essenciais à circulação de capital. Também é realizada uma reflexão sobre o conceito de escala e produção do espaço no contexto da agricultura mundializada, além do papel do Estado como um instrumento que gerencia os interesses de uma diminuta parcela de proprietários no espaço agrário. A discussão abordada parte das seguintes leituras, Smith (1984), Bukharin (1994), Lima (2015), Wood (2014), Fontes (2010), Pereira (2006, 2010), Carlos (2011), Lefebvre (2006), Kautsky (1986), Fernandes

(2006), Furtado (2007), Oliveira (1995, 2012, 2015, 2016), Engels (2018), Mészáros (2011), Harvey (2004) e Saquet (2011).

O terceiro capítulo **O Monocultivo do Milho no Espaço Agrário de Sergipe**, é realizada uma discussão a respeito das condições que proporcionam a expansão do monocultivo do milho no estado, sobretudo enfatizando o papel do Estado no gerenciamento dos interesses intrínsecos a essa produção, os aspectos envolvidos na complexa cadeia entrelaçada ao monocultivo do milho, esboçando um panorama das contradições envolvidas nesse cultivo, também é realizado um debate a respeito do poder de ampliação do capital no campo sergipano alicerçado ao comércio de agrotóxicos. Corroboram essa análise os seguintes autores e instituições, respectivamente, Conceição (2011, 2013), Oliveira (2014), Prata (2013), Carson (1969), Bombardi (2017), Pignati (2017), Contini (2019), Abimilho (2019), dados coletados no IBGE, IBAMA, BACEN, CONAB, além de trabalhos de campo, aplicação de entrevistas e questionários.

O último capítulo **Da expansão do Capitalismo no campo aos riscos à Soberania Alimentar**, situa uma discussão sobre o processo que implementou a modernização da agricultura no Brasil no período do pós-guerra, fortemente subsidiada pelo Estado que financiou esse processo via crédito rural e viabilizou as condições desiguais de acesso à modernização no campo, acirrando as disparidades socioeconômicas entre produtores. Além disso, são discutidas as ameaças sobre a soberania alimentar empreendidas pelo avanço do capital no campo que especula a raridade da vida, os desdobramentos ocasionados pelo avanço do monocultivo do milho em detrimento da produção de alimentos no Sertão de Sergipe e o quadro da proliferação das sementes transgênicas sob o cultivo de milho no campo sergipano. Essa análise é fundamentada nas leituras de Graziano da Silva (1998), Delgado (2001, 2010, 2012), Teixeira (2005), Thomaz Júnior (2004), Alves (2007), Altieri (2012), Stédile e Carvalho (2010), Roberts (2009), Cunha (2015), Chonchol (2005), Santos (2012), relatórios da EMBRAPA, EMDAGRO e trabalho de campo.

Os procedimentos metodológicos que embasam as análises deste estudo são sustentados pelo Materialismo Histórico e Dialético. Por certo, “o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação “(MINAYO; SANCHES, 1993 p. 240). Martins (1994) argumenta que o método é reflexo das nossas necessidades

e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que nelas interfere. Desse modo, o método parte de uma concepção de sociedade e compreende um caminho a ser desenvolvido durante a pesquisa.

Esta pesquisa é realizada utilizando-se de aportes teóricos e práticos, os quais possibilitam a construção de um percurso para atingir a finalidade dos objetivos propostos no estudo de um determinado fenômeno. Seabra (2011) entende que a pesquisa é um conjunto de atividades para adquirir um determinado conhecimento. Parte-se do Materialismo Histórico e Dialético como método, para compreender as lógicas inerentes a multiescalaridade da produção do espaço, situadas no âmbito da especialização produtiva em commodities.

Para Becker (2005) o Materialismo Histórico parte da premissa de que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto dos processos da vida social, política e cultural. “O método dialético considera a dinâmica das coisas em constante transformação e inter-relação do todo” (p.57). Neste sentido, as reflexões tecidas sobre a produção do espaço geográfico devem levar em consideração os processos, mediante a exposição e o desvelar das contradições produzidas no âmbito do modo de produção e das forças produtivas que transformam continuamente a natureza, (...) “o método dialético é pensamento e realidade ao mesmo tempo, sendo a realidade contraditória, viva e móvel” (MARTINS, 2009, p. 2). Sendo uma realidade em movimento contribui para entender os processos construídos na produção social, bem como as relações materiais concretas, que se formam na produção do espaço, além dos sentidos intrínsecos a materialização das formas e conteúdos espaciais, no movimento de produção e reprodução da sociedade capitalista.

Segundo Ivo Tonet (2013, p. 10) “a justa compreensão da problemática do conhecimento implica que este seja tratado sempre em sua articulação íntima como conjunto do processo histórico e social, permitindo, assim, compreender a sua vinculação, mesmo que indireta, com determinados interesses sociais”. Assim, o processo histórico é uma produção social, por conseguinte, expressa as relações da existência do homem, as instituições que organizam a sociedade, as práticas materiais, os sistemas culturais. Dessa forma, a realidade expressa os interesses de determinados grupos na formação dos mecanismos que sustentam o modo de produção e suas singularidades.

Nesse viés, o Materialismo Histórico e Dialético, fornece os caminhos para entender, os conflitos, as contradições, que acompanham a produção social no modo de produção capitalista. Sader (2009, p. 29) considera que o papel da teoria é “decifrar as novas expressões das contradições que articulam os sistemas de exploração, de dominação e de alienação”. O autor analisa que a teoria é essencial para apontar as formas de acumulação, de construção da força econômica, social, política e ideológica que permita atualizar os processos de transformação revolucionária da nossa realidade. Seabra (2011, p. 23), por sua vez, define que:

A teoria é um conhecimento que se adquire por meio da investigação, sendo fundamentada num sistema organizado de preposições que orientam a obtenção e a análise de dados, que, por sua vez, estruturam os conceitos, os quais sintetizam os fenômenos processados no mundo real.

Assim, a teoria para o autor é um ponto de partida para investigação de um problema. Sendo a teoria fundamental para a construção dos conceitos que servirão de aporte para o desvelar do fenômeno estudado, no caso a produção do espaço sergipano pela monocultura do milho e os rebatimentos impostos à relação sociedade natureza. Por isto, nesse percurso os procedimentos metodológicos são de suma importância para atender as pretensões do estudo. Deslandes (1994, p. 43) considera que a metodologia é uma parte complexa, “indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico”. Constitui o momento de definição dos procedimentos para análise dos dados.

Como procedimentos metodológicos para a construção da presente pesquisa, foram feitos levantamentos bibliográficos em livros, artigos, dissertações, teses, monografias, sendo elegidas as leituras que possibilitaram o embasamento teórico do estudo, e por conseguinte, a construção de reflexões sobre o problema de pesquisa. Também foram realizados o levantamento de dados qualitativos e quantitativos nas seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Banco Mundial (BM), Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), Banco do Nordeste (BNB), Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Banco Central do Brasil (BACEN), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e OXFAM.

Os trabalhos de campo foram realizados durante o período de desenvolvimento da pesquisa, entre 2018/2020 somando um total de 5 visitas de campo sendo coletadas informações, dados sobre as relações e dinâmicas envolvidas no monocultivo do milho. A coleta de informações foi procedida com a utilização de registros fotográficos, observação, aplicação de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A e B) aos sujeitos sociais produtores das ações sobre o recorte espacial de estudo. Foram realizadas visitas de campo nos municípios de Carira, Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora Aparecida e Itabaiana. Nesses referidos municípios foram aplicadas entrevistas a pequenos, médios, grandes produtores, arrendatários e comerciantes de lojas fornecedoras de insumos para a monocultura do milho.

No total foram realizadas 38 entrevistas semiestruturadas, sendo distribuídas da seguinte forma, duas entrevistas com representantes comerciais de insumos químicos sendo um Engenheiro Agrônomo e o outro Técnico Agropecuário. As demais entrevistas foram realizadas com produtores arrendatários, grandes, médios e pequenos produtores de milho. Ressalta-se que os sujeitos sociais que participaram da pesquisa estão diretamente envolvidos com a cadeia produtiva do milho. Assim buscou-se no desenvolvimento da pesquisa de campo perceber as relações socioeconômicas entrelaçadas ao cultivo do milho.

Esse conjunto de procedimentos viabilizaram a sistematização dos dados configurados em mapas, gráficos, tabelas, quadros, figuras que dialogam com a realidade investigada nesse estudo, a expansão do capital via monocultivo do milho no campo de Sergipe. A análise do conjunto de informações tabuladas foi realizada por meio da dimensão qualitativa e quantitativa; sob esse aspecto Minayo e Sanchez (1993, p.244) argumentam que “a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza”. Nesse estudo, os sujeitos e o fenômeno analisado estabelecem um movimento dinâmico na produção da natureza.

Considera-se que a presente pesquisa possui significativa relevância para a Geografia, tendo em vista a compreensão das dinâmicas que envolvem o processo de reprimarização das economias vinculadas a expansão de monocultivos, a exemplo do milho no campo. Assim, o esforço de investigar a expansão do monocultivo do milho em Sergipe no âmbito das hierarquias escalares e processos construídas pela circulação

do capital apresenta um importante e necessário debate sobre os contornos e facetas envolvidos na produção do espaço agrário atual.

II- REPRIMARIZAÇÃO DAS ECONOMIAS NA AMÉRICA LATINA: REDESENHOS DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A produção do espaço agrário mundial se caracteriza no cenário contemporâneo pelo avanço de monocultivos, culturas uniformizadas ligadas a especialização produtiva de determinados bens primários. Essa expansão se estende por grandes áreas de terras, principalmente dos países periféricos, ou seja, aqueles onde perduram graves desigualdades na estrutura socioeconômica.

Nesse contexto a América Latina e a África são áreas territoriais visadas por poderosos grupos como as multinacionais que dominam a agricultura de mercado. Esta realidade ocorre em razão destes espaços possuírem grandes áreas de terras em condição de exploração ou ainda consideradas subutilizadas. Destarte, os preços das terras⁶ atrativos e a precária legislação⁷ contribuem para a dominação do capital sobre os referidos espaços geográficos destacados. Essa realidade de apropriação das terras pelo capital se realiza através de pressupostos, a exemplo da ilegalidade e as mudanças nas legislações agrárias estabelecendo novas regras para regularização de terras, medidas que contribuem para baixar o preço desse bem beneficiando sobretudo, grandes e médios proprietários que incorporam extensas áreas de terras públicas ao domínio privado. Entre alguns dos fatores que contribuem para a busca de terras na América Latina e África estão à alta no preço dos alimentos, a crise financeira global de 2008, a crise ambiental e a elevada demanda por fontes energéticas.

No Brasil esse quadro estimula diretamente ao processo de grilagem⁸ de terras diante dos benefícios concedidos pelas desastrosas legislações agrárias aprovadas para uma minoria de capitalistas que atuam no campo. Frederico e Almeida (2019, p. 128) apresentam uma análise do cenário de apropriação de terras de forma ilegal no Brasil, segundo os autores dentre os países subdesenvolvidos, o território brasileiro concentrou a maior parte das operações em terra e agricultura. “Segundo dados disponibilizados pela empresa de consultoria financeira EMPEA (2015), entre 2008 e 2014, os fundos

⁶ Ver mais detalhes em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/2018/07/27/baixo-preco-das-terras-publicas-subsidia-a-grilagem/>

⁷ <https://www.oeco.org.br/reportagens/mp-da-regularizacao-fundiaria-anistia-grilagem-de-terras-publicas-ate-2018/>

⁸ O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra, consistindo assim na falsificação de documentos.

agrícolas investiram um montante de US\$ 1,5 bilhão na agricultura brasileira, cerca de 80% do total de capital investido na América Latina”.

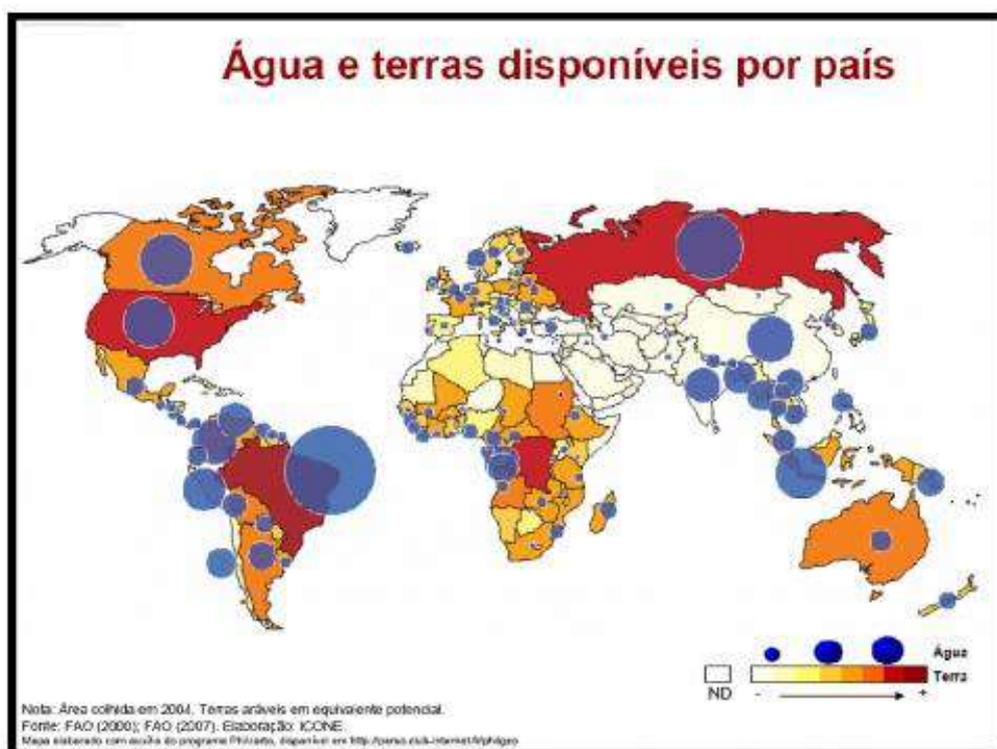
O panorama de apropriação de terras na América Latina é resultante das relações históricas, políticas, econômicas e sociais fundadas na *Divisão Internacional do Trabalho*⁹, em seu estágio mais desenvolvido. Segundo Pochmann (1997) a Divisão Internacional do Trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, inicialmente com a relação entre manufaturas e produtos primários, depois uma relação entre produtos industriais de maior e menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e manufatura.

Na atual conjuntura de crise estrutural do modo de produção capitalista os territórios agrários passam a serem espaços de grande valorização pelo capital estrangeiro e elites nacionais, sendo pensados como áreas de exploração para a prática das monoculturas, assumindo uma *Geopolítica*¹⁰ própria no que se refere à dominação dos recursos naturais e a exploração da terra destinada à produção de bens primários. Com isso, grandes extensões de terras paulatinamente são incorporadas à agricultura mundial o que repercute em desdobramentos na produção da natureza e sociedade, sobretudo com o aumento das desigualdades sociais diante da concentração de renda. Na figura seguinte, observa-se a disponibilidade de terras e água no mundo tendo a América Latina destaque quanto à presença desses recursos, fundamentais ao padrão de acumulação do capital estabelecido. Além disso, o Brasil é o território que dispõe das maiores reservas de água e terra no cenário regional, o que possibilita ser um alvo estratégico para os interesses capitalistas.

⁹ A nova Divisão Internacional do Trabalho parece referir-se mais à polarização entre a produção de manufatura, em parte nos países periféricos, e a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção no centro do capitalismo. Nas economias semi-periféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, proveniente da migração da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão-de-obra mais barata possível e qualificada não elevada, além do uso extensivo de matéria-prima e de energia, em grande parte sustentada em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos (POCHMANN, 1997 p. 15).

¹⁰ Se refere às relações de poder desenvolvidas no âmbito dos Estados em seus múltiplos aspectos econômicos, políticos e militares.

Figura 1 - Distribuição de Terras e Água no mundo



Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/3749>

É diante dessa potencialidade em termos de presença de recursos naturais disponíveis como terra e água que a América Latina na atualidade passa por constantes transformações na produção agrícola, com novos fenômenos vinculados ao processo de *reprimarização das economias* que se apresenta de forma complexa em cada país. A reprimarização, significa mais que a produção de bens primários para exportação, se trata da subsunção da agricultura, indústria e o conjunto de riquezas dos territórios às relações empreendidas pela geopolítica do capital em seu processo de circulação no espaço. As terras agrícolas e os recursos minerais explorados coloca a América Latina como a região de maior produção agrícola no cenário mundial. Ao mesmo tempo, sucede-se a voracidade da territorialização e a monopolização deste território pelo capital, com relações produtivas marcadas por conteúdos inerentes ao Imperialismo que se aprofundam na produção do espaço geográfico atual dos países latinos.

Nesta perspectiva, as ideologias do capital e seus alicerces se manifestam mediante as ações do Estado, que nos últimos anos tem realizado políticas de promoção científica, econômica, particularmente a agrícola, concatenadas com os ditames do capital. Essa conjuntura marca o chamado “Neodesenvolvimento”, vivenciado por

alguns países latinos nas últimas décadas. Esse processo se pauta na intervenção direta do Estado no setor produtivo com estratégias de planejamento de médio e longo prazos com investimentos em infraestrutura, medidas as quais foram acrescidas a prioridade ao comércio exterior e intensificação de políticas de assistência social (LAMOSO, 2012). O contexto de ‘novo desenvolvimento’ se refere aos saltos econômicos proporcionados pela reprimarização da economia, que corrobora a modernização das produções regionais, ligadas sobretudo a incorporação de novos processos produtivos, como pacotes tecnológicos na agricultura, o que traz inúmeras metamorfoses à produção do espaço agrário.

Assim, a expansão da atuação de empresas multinacionais, dominando os diversos setores que marcam a produção de produtos primários é uma constante. De certo, a sombra dos monocultivos como soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar se espacializam por esse território, sendo culturas controladas por estas empresas que exercem o poder sobre a totalidade das dimensões do processo produtivo. São multinacionais a exemplo da Syngenta, Bayer, Cargill, empresas de exploração mineral, que se apropriam da produção e extração de riquezas em um movimento contínuo de incorporação de territórios, subsunção da agricultura camponesa e acentuação dos conflitos territoriais.

São estes grupos econômicos que exercem o monopólio tecnológico, na busca por riquezas espacializando novas técnicas que impulsionam a mercantilização da natureza de forma aligeirada. Este processo se viabiliza conjuntamente ao apoio das elites agrárias dominantes que controlam a administração do Estado, os meios de comunicação e conseqüentemente as políticas públicas, que fomentam a territorialização do capital. As burguesias agrárias da América Latina se unem a estes grupos entregando as riquezas dos países latinos. Eduardo Galeano (2012 p. 167) afirma que as “burguesias destas terras nasceram como simples instrumento do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias”. Esta relação é simulacro da perpetuação do modelo de exploração agrária que sobrevive mediante o controle exercido pelas burguesias sobre os latifúndios e o aparelho do Estado, desta forma as ações desta classe fomentam o movimento de expansão do capitalismo agrário pelos territórios dos países latinos desde o momento da colonização europeia.

Nessa conjuntura, o modelo agrícola monocultor se expande e fortalece o fenômeno da reprimarização, diante dos acordos de favorecimento realizados pela elite agrária que legitima a expansão de seus interesses. Por isso, nos últimos anos o avanço do agronegócio e o conjunto de atividades da agricultura de mercado tem tido respaldo nas mudanças das legislações agrárias ligadas ao campo, com a flexibilização das leis para o acesso à terra que favorecem a grilagem, a intensificação na utilização de agrotóxicos e a maior intervenção de grupos ligados direta ou indiretamente ao agronegócio, ajustamentos situados no âmbito da política econômica do Neoliberalismo que possui o mercado como fator determinante no funcionamento das relações econômicas. Esta política se evidencia na venda de riquezas dos países, na vulgarização e entreguismo dos bens do Estado a grandes grupos econômicos.

Nesta busca de riquezas desenfreada, o campo latino é absorvido por renovadas formas de expansão do agronegócio evidenciando as marcas do capitalismo no processo de acumulação via expropriação, que se constitui legítimo ao fundamento do capital que são as relações assimétricas, correspondendo à desigualdade na produção do espaço mundial. Assinala-se que a Divisão Internacional do Trabalho vinculada às formas desiguais de exploração dos espaços, é extremamente desfavorável às economias primárias exportadoras de matérias-primas, sendo um divisor, cuja retórica justifica a exploração desigual. Para Nikolai Bukharin (1994) cada local cumpre um determinado papel existindo uma repartição específica das forças produtivas do capitalismo, sendo que a economia mundial é um “sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade” (p.24).

Tendo em vista essa perspectiva, é nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo, no contexto da *Acumulação Primitiva* pensada por Marx, que as transformações no campo relacionadas à Revolução Agrícola apresentaram efeitos agudos sobre os trabalhadores na Inglaterra. Marx (1996, p. 339) explica que a origem desse processo está na acumulação de riquezas de modo que:

(...) os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar.

Assim, o processo de acumulação tem como fundamento a concentração da riqueza nas mãos de uma diminuta parcela de pessoas que se apropriam da mão de obra

da maioria despossuída, formada pelos pobres. O autor considera que na história real, a conquista, a subjugação, os roubos e a violência desempenharam papel central no processo de acumulação, assim para ele a acumulação se define como:

O processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1996 p.340).

Ainda nas palavras de Marx, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece como sua libertação da servidão e da coação corporativa, “esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados” (p.341). Dessa forma, foi realizada a expropriação, efetivada por meio de ‘traços de sangue e fogo’. Além disso, foram as revoluções que impulsionaram a acumulação primitiva e alavancaram a classe capitalista em formação, ocorreram assim em “todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros” (p. 341). Vai ser a condição de expropriação da base fundiária do camponês, responsável pela formação desse processo que teve seu início no campo inglês.

Os métodos dominantes utilizados com os camponeses no campo inglês ilustram a realidade de cercamento, submissão vivenciada pelos povos camponeses, indígenas, quilombolas no espaço agrário latino, onde a absorção do campo pela agricultura capitalista ocorre de forma violenta expropriando milhares de pessoas no cenário atual. Esse processo de dominação do campo latino pelo capital tem suas singularidades na formação territorial, de modo que à América Latina, foi imposta a posição de subordinação na Divisão Internacional do Trabalho.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfunamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista (MARX, 1996 p.370).

Posto isto, são essas condições que engendraram a constituição da acumulação primitiva, baseada na exploração de riquezas e trabalho escravo. As relações imbricadas nesse processo ao longo da história sofreram redesenhos para servir as necessidades do capital, como podem ser notadas na produção do espaço agrário latino.

Galeano em *As Veias Abertas da América Latina* (2012) argumenta que desde os primórdios da colonização europeia com a utilização de métodos perversos, foi definido o papel de jugo da América Latina no cenário de produção mundial. O autor destaca a barbárie do processo de exploração colonial que se manifesta até os dias de hoje mesmo com a independência formal dos países. As bases agrícolas de exploração dos recursos minerais, a presença dos monocultivos, exploração da força de trabalho escrava, camponesa, indígena e negra constituem os alicerces da alimentação do sistema econômico de produção capitalista. Destarte, foi a construção da hierarquia escalar entre metrópole e colônia que significou as diversas formas de exploração da América Latina, que tem seus veios extraídos, expropriados em um movimento de genocídio da presença humana e da natureza. Ruy Mauro Marini (2011, p.134) considera que:

(...) a América Latina se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com um aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, que ao mesmo tempo em que permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.

Neste movimento, a América Latina, ao longo de seu processo de formação histórica foi tomada pelas amarras dos grupos dominantes, que se estabeleceram para viabilizar a gestação do modo de produção capitalista, de forma que essa região fornece as riquezas necessárias ao processo de acumulação de capital. O processo colonial ao subjugar as populações indígenas, a riqueza deste imenso território determinou a sua condição de subdesenvolvimento e dependência via genocídio, roubos, silenciamento de povos e concentração de terras. “Desenvolvimento e subdesenvolvimento são processos relacionados que emergem de forma simultânea e imbricada. São resultados do desencadeamento, expansão e amadurecimento do sistema mundial capitalista e das relações que o constituem” (OSÓRIO, 2016 p. 500).

Para Marini (2011) é a partir daí que se configuram os sentidos do desenvolvimento da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho; para este autor “a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre potências

formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. (p. 125). É neste contexto que ocorre a exploração do espaço dos países latinos via produção de bens primários que possuem baixo valor no mercado, mantendo-se a condição de dependência e subordinação ao modo de produção capitalista. Segundo Jaime Osório (2016, p. 506) “o sistema mundial capitalista e as divisões internacionais do trabalho que têm lugar em seu seio geram especializações produtivas que não propiciam nem conduzem todas as economias ao desenvolvimento”.

Por isso as terras da América ao se transformarem no centro de abastecimento agrícola e mineral dos países ricos, perderam a sua liberdade assumindo na lógica capitalista de produção o papel de profunda subordinação que perpassa mais de cinco séculos de extração de riquezas. As múltiplas mazelas associadas à monocultura e a exploração mineral se aprofundam no cenário contemporâneo diante da agressividade o qual o capital se materializa na mercantilização da natureza, sobretudo com a elasticidade do capital financeiro a nível mundial.

Ainda segundo as palavras de Galeano *a monocultura é uma prisão*; para ele a América Latina se especializou em sempre perder desde os tempos remotos, desde que os europeus lhe cravaram os dentes na garganta, continua trabalhando como serviçal. Assim trata-se de uma região incorporada de fato à engrenagem universal do capitalismo.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, para sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2012, p. 18).

É a determinação exercida pela circulação dos fluxos de capital no mundo, que estende os arames farpadas, as cercas das monoculturas forjando o processo de subordinação que este espaço geográfico desempenha no comércio internacional. As economias de base primária representam a violência exercida pelo capital em seu movimento de produção do espaço, demandando um modelo de acumulação agroexportador, baseado no aprisionamento do espaço agrário.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2011 p. 157).

É essa formação social, que tem alicerçado o desenvolvimento das economias dos países latinos americanos, o modelo agroexportador é o responsável pelos fluxos comerciais no cenário internacional, com a apropriação dos recursos naturais e manutenção das contradições que são peculiares a essa formação histórica implantada na América Latina, ao longo do processo de acumulação do capital. Essa realidade se processa na atualidade sob aspectos próprios, como a grave desigualdade em relação ao acesso a terra. O panorama da estrutura fundiária da América Latina mantém suas bases no que concerne ao domínio e o poder exercidos pelos grupos dominantes que controlam a produção agrícola nesse espaço agrário, sendo a distribuição da terra um problema estrutural. A estrutura fundiária concentrada faz dessa região aquela com os maiores índices de desigualdade de renda e terra no mundo.

Segundo o relatório da Oxfam Internacional¹¹ (2016), ao desenvolver um estudo sobre a estrutura fundiária da América Latina, a posse da terra na região pertence em sua grande maioria a uma diminuta parcela de proprietários rurais que exercem uma relação de poder sobre a terra ligados ao setor agroalimentar. O estudo apresenta a América Latina como a região mais desigual do mundo quanto à distribuição de terra. O índice de Gini¹² que mede os níveis de desigualdades e concentração de terras varia em um indicador de 0 a 1, sendo que 1 aponta a máxima desigualdade; a região possui um índice de 0,79, para a América do Sul o índice chega a 0,85 e América Central 0,75. Assim, esses níveis de concentração de terras são bem superiores aos encontrados na Europa 0,57, África 0,56 e Ásia 0,55.

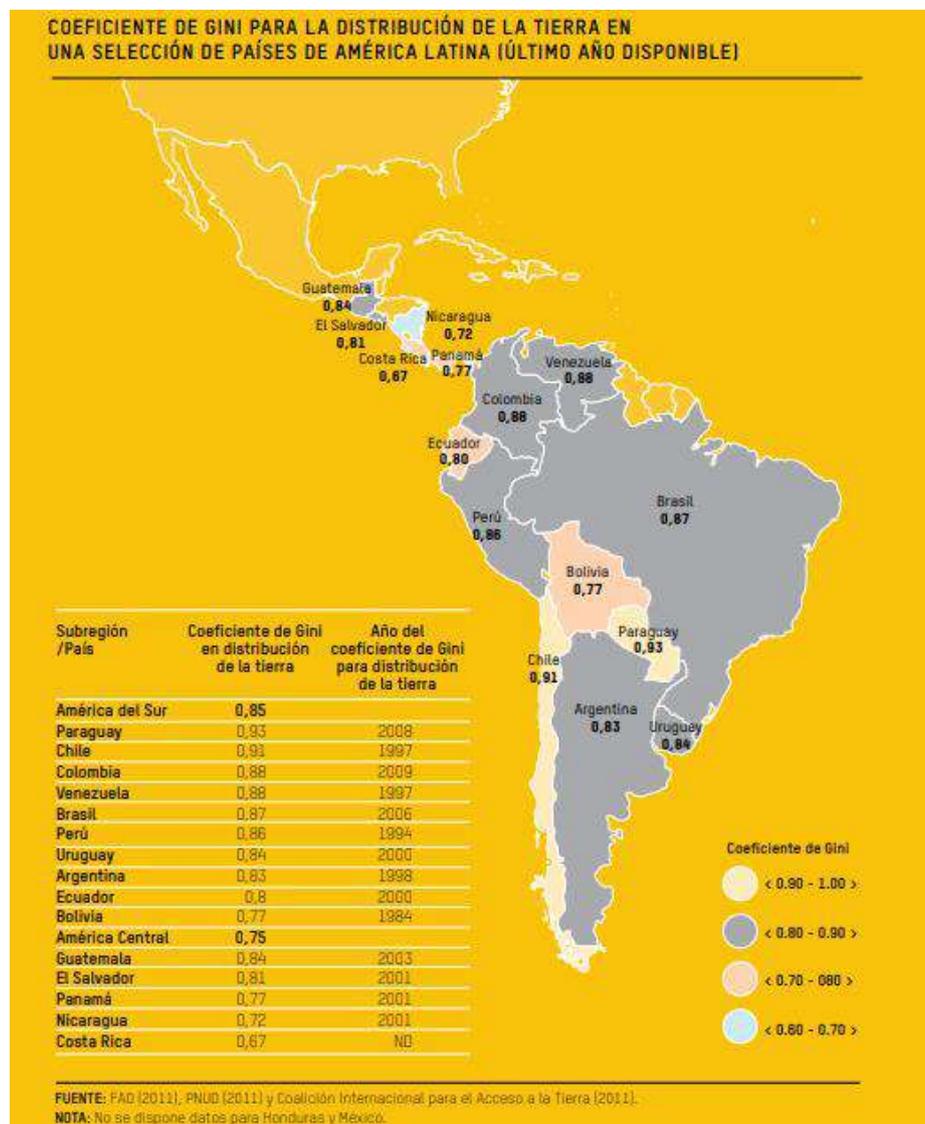
Isso mostra o quanto a posse da terra na América Latina é uma problemática estrutural relacionada às formas de acumulação do capital no campo. Além disso, o

¹¹ Trata-se de uma organização sem fins lucrativos formada por uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza.

¹² Segundo o IPEA, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

relatório apontou que 80% das propriedades pequenas ocupam somente 13% das terras, enquanto 1% das fazendas concentram mais da metade da área agrícola regional, monopolizando grande parte das terras. Na figura abaixo é apresentando o Índice de Gini quanto a distribuição de terra em alguns países da América Latina.

Figura 2 - Índice de Gini quanto à distribuição de terras em alguns países da América Latina



Fonte: Relatório da Oxfam Internacional (2016, p. 21).

Assim as maiores concentrações fundiárias se apresentam na América do Sul, tendo o Paraguai, Chile, Colômbia, Venezuela e Brasil, os maiores índices de desigualdades referentes à distribuição de terras se aproximando do valor 1 o máximo de concentração. Esse panorama se fortalece com o avanço do controle das terras por grupos privados, que paulatinamente se estabelecem nas áreas de melhores solos, água disponível, mão de obra barata e acessibilidade aos mercados. Nessa locomotiva de controle sobre os

recursos naturais as monoculturas se estendem por largas áreas de terras, o que incide na pauta econômica dos países latinos, quanto à dependência a exploração das terras, a troca de matérias-primas no mercado mundial, bem como a manutenção do controle sobre as terras exercido pelo poder das elites locais.

É mediante esse quadro que se desenvolve o *Boom das commodities* nessa região, correspondente às relações impulsionadas pelo comércio internacional na virada do século XXI, refletindo no avanço do agronegócio e da acumulação capitalista que sobrevive mesclada a sombra das monoculturas e suas prisões.

2.1 Reprimarização: a subordinação agrícola da América Latina

A reprimarização da pauta econômica dos países latinos legitima a exploração das terras com maior intensidade, pois está atrelada às novas formas requeridas pelo capital financeiro em seu movimento pelo espaço. De certo, o latifúndio histórico lança novos elementos que potencializam o processo de matança, submissão a qual convivem a diversidade de povos da América Latina. Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, México etc. Fazem parte dos territórios demarcados pelo poder do agronegócio e sua violência inerente: a produção da pobreza.

O antigo latifúndio aparece reformulado como grandes empresas capitalistas, que possuem um elevado patamar tecnológico, determinando o que se considera desenvolvimento regional. A formação de extensos desertos verdes pela produção de monocultivos, expressa os ciclos econômicos de exploração deste território pelo sistema de acumulação capitalista. Para Galeano (2012) em sua maioria os países latino-americanos se identificam, no mercado mundial, com uma matéria-prima ou com um só alimento. A região foi condenada a vender sobretudo produtos primários para dar trabalho às fábricas estrangeiras.

Nesta caminhada a produção de cultivos específicos em cada território determinada pela DIT, conduz ao processo de expropriação do campo, a formação da fome e a concentração de renda. Milhões de camponeses marginalizados por este modelo produtivo no campo abastecem as periferias das cidades latinas que concentram grande parte da população. Vivem em um constante movimento na busca por reproduzir-se socialmente, movimento este que sustenta a servidão ao trabalho informal,

a exploração nas fazendas, e minas e assim, a acumulação de mais valor (...) “*O invicto latifúndio nega trabalho*” (GALEANO, 2012 p. 347).

São os novos padrões alicerçados na revolução tecnológica difundida pelo espaço agrário que contribuem para a negação do trabalho no campo. Essa situação se torna mais grave com a reprimarização da pauta econômica, diante dos fluxos de capitais dependerem da demanda do mercado mundial, impactando em maiores transformações na estrutura produtiva da agricultura, sobretudo com o processo de instabilidades relacionadas a produção de commodities. A discussão do processo de reprimarização econômica tem sido levantada por diversos autores nos últimos anos, as preocupações e os debates são desenvolvidos, elencados em torno da geopolítica da produção de matérias primas, ou seja, a produção das economias pautadas sobretudo com a maior exploração de bens primários.

Salienta-se que as economias latinas, tem em sua estrutura econômica a presença do setor primário, peculiar a sua formação histórica. Porém ao longo do século XX, algumas economias, modificaram suas estruturas produtivas com um maior processo de industrialização passando a produzir mais produtos de origem manufaturada que os primários, a exemplo do Brasil, Argentina e México, que obtiveram mudanças significativas em sua base industrial e no desenvolvimento socioeconômico.

O padrão de geração de divisas a partir da atividade industrial durante uma parte do século XX, acompanhou as crises relacionadas ao modelo de acumulação do capital. As crises fazem parte da dimensão da própria lógica de acumulação, sendo inerente e funcional a esse fenômeno histórico. Assim, as relações econômicas no cenário contemporâneo se desenvolvem de acordo com esse circuito de reprodução capitalista. De forma que, foram às mudanças na reprodução do capital que produziram a crise no setor industrial dos países em desenvolvimento.

As transformações na economia mundial ao longo da década de 1980 incidiram sobre ajustes macroeconômicos promovidos pelo Consenso de Washington¹³, que se pautou em um conjunto de medidas econômicas formuladas por instituições financeiras, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no ano de 1989 em Washington. O objetivo principal foi o ajustamento dos mercados conforme o modelo

¹³ O Consenso de Washington serviu para a criação de um comércio de commodities, alimentos mais liberalizados, modificando por completo as relações de poder na produção agrícola em escala mundial.

econômico neoliberal sendo direcionadas aos países da América Latina. Os resultados do consenso foram sentidos imediatamente com a quebra da atividade industrial nas economias emergentes, ampliação do endividamento, privatização das empresas estatais, medidas que ocasionaram a diminuição dos investimentos no setor industrial.

Essas mudanças impulsionadas pelas recomendações do consenso, propagaram o modelo econômico Neoliberal impactando em diversos âmbitos como o setor primário, industrial e de serviços. Segundo Garcia e Junior (2015) as reconfigurações sofridas pelo Estado diante do neoliberalismo na América Latina, caracterizam-se pelo intenso processo de internacionalização produtiva que exige uma readaptação da estrutura política, social e econômica, por intermédio da abertura comercial, da privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, da flexibilização nas leis trabalhistas, flexionando a estratégias do mercado internacional e dando origem a novas modalidades de relações econômicas e sociais, fundamentadas na subordinação ao capital internacional.

Esses ajustes demandados pela política econômica Neoliberal logo foram colocados em prática através da ação de instituições multilaterais que atuam nos mais diversos setores. O Banco Mundial e o FMI concordaram em reestruturar a dívida dos países em desenvolvimento a fim de facilitar a liquidação. Mas, em troca, as nações devedoras tinham de reestruturar suas economias de acordo com as linhas do mercado livre. Os principais alvos dessa reestruturação foram os setores agrícolas dos devedores, que deveriam ser reconfigurados como máquinas hipereficientes e de alto volume, cujos excedentes seriam exportados e os rendimentos ajudariam a pagar as dívidas (ROBERTS, 2009).

Ainda segundo a análise do autor as nações devedoras deveriam liberalizar seus setores administrados pelo Estado com medidas como a redução ou eliminação de subsídios agrícolas que protegiam os pequenos agricultores, foram orientadas também a desvalorizar suas moedas de modo a tornar os produtos agrícolas mais baratos e atraentes para os compradores estrangeiros. Deveriam também abrir os mercados para entrada de capital estrangeiro e mais importações de insumos químicos para o novo setor agrícola de alto volume, caracterizado por uma maior produção de commodities. Essas mudanças engendradas pela liberalização dos mercados representaram o aprofundamento da competição desigual entre pequenos e grandes produtores; nesse bombardeio, a agricultura dos países pobres, muitos agricultores foram obrigados a

abandonar o campo tendo como repercussão o fim de qualquer aspiração à garantia da soberania alimentar.

É, diante desta perspectiva que o setor primário passa a ser incorporado ao papel de geração de divisas, impulsionado por um momento de crise macroeconômica de liquidez internacional a saída para estas economias foi a retomada mais incisiva das bases agrárias, suscitando assim uma explosão da produção de commodities entre final dos anos 1990 e início do século XXI. Na maioria dos países latinos, a abertura comercial facilitou o fluxo de commodities, com novas estratégias de acumulação, sobretudo com as dívidas sob o formato de capital financeiro. Deste modo, foram estas condições no mercado mundial que desencadearam a tendência a reprimarização da pauta econômica no cenário internacional tendo desdobramentos negativos a longo prazo para os países latinos. Guilherme Delgado (2010) analisa que a reprimarização produz uma pressão endógena diante da superexploração dos recursos naturais e apropriação da renda fundiária com consequências agrárias e ambientais negativas isso para viabilizar o ritmo de crescimento da produção dos produtos primários.

Entende-se nestas reflexões que o contexto de reprimarização das economias é a continuidade da prática imperialista, para acumulação de mais-valor, compreendendo o circuito de reprodução do capital em seu movimento histórico. A mercantilização da natureza de forma mais intensa e acelerada tornou-se fundamental para acumulação de riquezas, sobretudo nas áreas que apresentam grande disponibilidade de recursos naturais a exemplo da América Latina.

Dessa forma, no cenário contemporâneo o boom da produção de commodities contribui para uma maior exploração exercida mediante o sistema primário agroexportador. A intensificação da produção de matérias-primas, produtos de baixo valor agregado nos países periféricos, em detrimento de produtos industriais na atualidade recebe o conceito de reprimarização. Esta dinâmica é uma reconfiguração das condições de acumulação, processo em movimento desde as formas primitivas de constituição do capital. Envolve assim a totalidade das relações sociais constituindo uma reformulação do padrão de acumulação no contexto de crise do capital.

As relações socioespaciais formadas no âmbito da agricultura dos países em desenvolvimento, situa-se nas relações históricas de exploração do capital. Permanece a estrutura do modelo de produção agroexportador construída a partir de fundamentos

como: monocultura, trabalho escravo e latifúndio. Esta forma de produção se desenvolveu no processo de colonização europeia, sendo formatada nos liames das relações assimétricas, necessário à reprodução do capital. Sabe-se que o modelo de produção agroexportador está intrínseco a formação do modo de produção capitalista, sendo primordial a construção das relações desiguais necessárias nos territórios colonizados para o enriquecimento das metrópoles através da apropriação de riquezas minerais e matérias- primas.

(...) a formação de colônias, no período de vigorosa expansão capitalista, é um componente estrutural, mediante o qual os espaços assim conquistados transformaram-se na reserva de “acumulação primitiva” do sistema, que vai contribuir seja diretamente para a acumulação, mediante a apropriação do excedente produzido nas colônias, seja pela oferta de produtos primários, que vai contribuir para baixar o custo relativo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2008 p. 109).

Assim, o processo de formação territorial dos países periféricos em sua grande maioria está alicerçado na imposição de transferência geográfica de valor, que para Moraes (2000), é possibilitada pela espacialidade diferencial necessária a reprodução ampliada do sistema na economia- mundo capitalista. Prada Alcoreza (2012, p. 158) afirma que:

Los países de la periferia del sistema capitalista son convertidos en reserva de recursos naturales, productores y exportadores de materias primas. La división internacional del trabajo les asigna esta tarea, reduciéndolos a países que transfieren valores, que constantemente sufren de des-acumulación relativa y de despojamiento de sus recursos naturales y económicos, debido a la constante reaparición de la acumulación originaria de capital de la potencia hegemónica.

A transferência geográfica de valor, a partir de produtos primários a exemplo de matérias- primas compreende uma relação histórica dos espaços desiguais construídos pelo capital, que são continuamente aprofundados pela DIT, mantendo a base das economias denominadas de periféricas no cenário econômico mundial como produtoras e exportadoras de bens primários. Francisco de Oliveira (2008) analisa que os países não industriais do sistema, continuarão por muito tempo, dentro da divisão do trabalho com o papel de produtores de matérias-primas e produtos agrícolas.

Para Moraes (2000, p. 47) “a economia mundo capitalista sempre operou com a distinção complementar e hierárquica de funções entre áreas, com os mecanismos de intercâmbio desigual entre espaços constituindo um elemento essencial de alimentação da expansão de sua gênese”. O autor discute que a desigualdade geográfica básica

opera, inicialmente, por meio da especialização produtiva dos lugares com certas funções e relações, algumas estritas ao centro e outras direcionadas à periferia. Essa dinâmica faz parte das entrelinhas do modelo agroexportador que em seu movimento reformula-se para atender o desenvolvimento desigual necessário à reprodução do capital.

O conceito de reprimarização sugere que há um retorno à exportação de commodities e à especialização na produção de bens primários de baixo valor agregado, bem como, em muitos casos, um baixo conteúdo tecnológico (GARCIA; JUNIOR, 2015). Mâncio e Moreira (2012) analisam que a crise estrutural do capitalismo potencializou a dependência latino americana a partir da imposição da nova divisão internacional do trabalho, forçando um processo de reprimarização econômica destes países, agravando substancialmente a exploração sobre o trabalhador dos países periféricos. Além disso, para os autores essa forma de inserção comercial gera perda nas trocas comerciais, reforça a dependência econômica e a transferência de valor em direção aos países centrais.

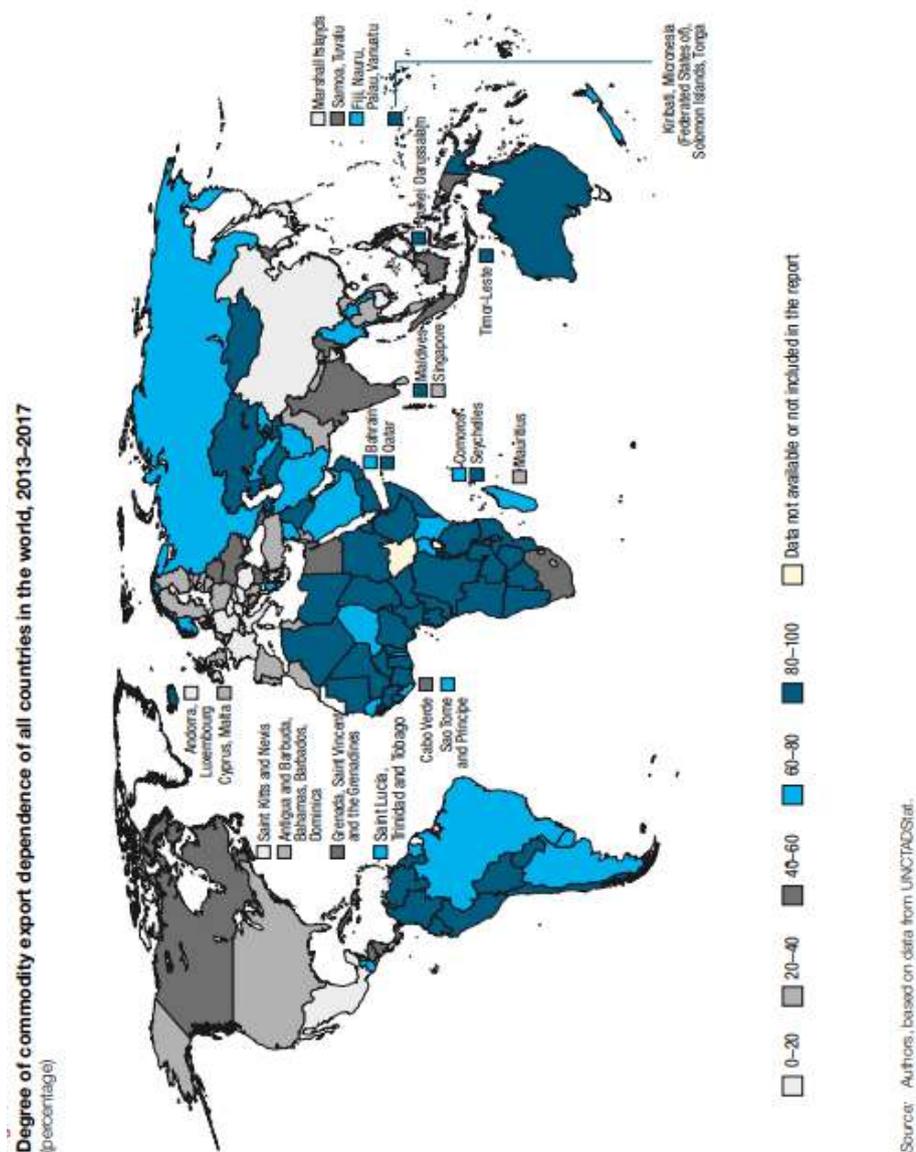
Medeiros (2016) por sua vez, considera que o processo de reprimarização obedece a demanda internacional por produtos primários, aliada a uma política econômica nacional que beneficia a instauração desmedida de capital estrangeiro e o favorecimento de pequenos grupos oligárquicos. O autor analisa que esse processo “aprofunda o extrativismo, a degradação ambiental, a flexibilização das normas ambientais e aumento de conflitos entre o investimento em infraestrutura e as sociedades tradicionais sob a prerrogativa de um modelo de crescimento sustentável” (p. 12). Assim, a tendência de exportação de produtos primários crescente, beneficia diretamente os que detêm o monopólio financeiro e o controle biotecnológico como bancos e corporações.

El extractivismo es una forma de organizar la economía de un país en torno a la extracción y explotación de recursos naturales en grandes volúmenes y principalmente para el mercado exportador, a menudo con un mínimo procesamiento y escaso valor agregado. Considerado en un sentido amplio, el extractivismo incluye tanto la explotación de recursos no renovables minerales e hidrocarburos como la de recursos renovables mediante la producción agrícola, ganadera y forestal a gran escala o la generación hidroeléctrica (OXFAM, 2016 p. 31).

Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) um país é considerado dependente de commodities, quando mais de 60%

de suas exportações totais de mercadorias são compostas de commodities. Como mostra os dados do relatório State of Commodity Dependence 2019, mais da metade de todos os países e dois terços dos países em desenvolvimento são dependentes de commodities. No período de 2013 a 2014, 102 dos 189 países (um total de 54%) eram dependentes de commodities como apresentado na figura 3 abaixo, a espacialização da dependência em relação a produção de commodities por países no mundo.

Figura 3 - Grau de dependência de exportação de commodities de todos os países do mundo entre 2013 a 2017



Fonte: Relatório da UNCTAD, 2019 (p. 2).

Verifica-se que o grau mais elevado de dependência de commodities se concentra na maior parte dos países em desenvolvimento. Chama-se a atenção também

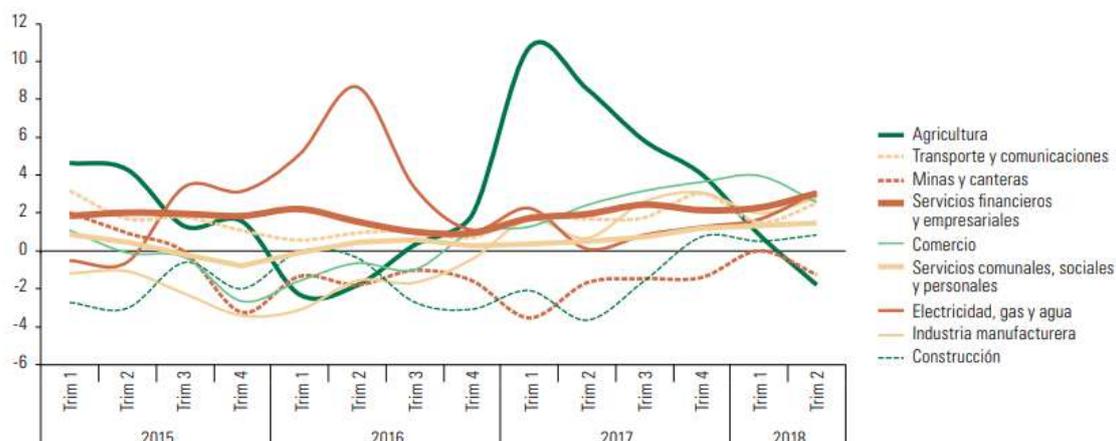
para o nível de dependência dos países latinos em relação à produção de commodities variando em sua grande maioria entre 60% e 100%. Essa realidade traz como rebatimento o aumento da instabilidade econômica destes países, tendo em vista que o setor primário possui alta vulnerabilidade no mercado.

Nesse contexto, a reprimarização econômica determina a especialização produtiva por setores específicos em cada país, mediante a maior intensificação da exploração dos recursos naturais, contribuindo para que os países da América Latina se especializem na produção de produtos específicos em cada território relacionados à produção de bens de baixo valor agregado no comércio internacional.

O relatório sobre o Balanço preliminar das economias da América Latina e Caribe de 2018 realizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), demonstra que os produtos primários possuem uma alta volatilidade quanto aos preços, portanto são instáveis, dependendo de vários fatores, isso pode gerar diversas crises nos países produtores de bens de baixo valor agregado. “Em países primário exportadores, um aumento ou uma queda internacional nos preços de commodities tem impacto direto nas taxas de câmbio, no balanço de pagamentos e no nível de renda e de emprego” (LEUTWILER, 2016 p. 13). Na figura abaixo se apresenta a alta variação do PIB (Produto Interno Bruto) na América Latina em alguns setores como agricultura, transportes e comunicação, serviços financeiros e empresariais, comércio, indústria manufatureira, construção, entre outros no período de 2015 a 2018.

Figura 4 - América Latina: Taxa de variação do PIB por setores de atividade econômica, 2015 a 2018 em porcentagem

América Latina: tasa de variación del PIB por sectores de actividad económica, 2015 a 2018
(En porcentajes)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe, 2018 (p. 57).

É notável a instabilidade quanto à variação do PIB relativo à atividade agrícola, apresentando altas e baixas na geração de valor entre um curto período de tempo (2015 a 2018). O cenário econômico regional para os próximos anos é complexo para os países dependentes da produção de commodities agrícolas, o que traz impactos severos ao processo de crescimento diante da dinamicidade proporcionada pelo mercado de matérias-primas. A tabela 1 mostra que no ano de 2018 os produtos básicos tiveram um alta de 11%; em 2019 espera-se que estes mesmos produtos tenham uma redução nos preços de -7% em relação ao ano anterior. Isso ocorre devido à instabilidade no comércio internacional, já que a China o maior comprador, passa por um processo de desaceleração econômica, impactando no mercado de commodities e assim no crescimento econômico dos países dependentes da produção de baixo valor agregado.

Tabela 1 - Variação interanual dos preços internacionais de produtos básicos, 2016 a 2019, em porcentagens baseadas em preços médios anuais

	2016	2017	2018 ^a	2019 ^a
Productos agropecuarios	4	0	3	-2
Alimentos, bebidas tropicales y oleaginosas	6	-1	0	1
Alimentos	10	0	-3	1
Bebidas tropicales	1	-2	-8	5

Aceites y semillas oleaginosas	2	-2	8	-1
Materias primas silvoagropecuarias	-3	5	12	-14
Minerales y metales	-1	23	5	-5
Productos energéticos ^b	-16	23	25	-13
Petróleo crudo	-16	23	28	-16
Total de los productos básicos	-4	14	11	-7
Total de los productos básicos excluidos los productos energéticos	2	11	4	-4

Fonte: Relatório da Cepal, 2018 (p. 21).

O cenário produtivo das commodities sinaliza assim altas variações no mercado, acentuando a relação de dependência e ampliando o processo de extração de riquezas naturais dos países latinos. Nesta corrida, a geração de divisas a curto prazo constitui o eixo da política de diversos governos nos países latinos. As perspectivas em relação a expansão desse modelo deve prevalecer nos próximos anos. Segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) perspectivas agrícolas 2019-2028, a América Latina e o Caribe devem responder por 25% das exportações globais de produtos agrícolas e pesqueiros no mundo até 2028. Além disso o relatório sinaliza que ao longo dos próximos 10 anos, a demanda mundial por bens agrícolas deve aumentar em torno de 15%.

O estudo aponta também que a demanda interna dos países latinos por produtos básicos como milho, arroz e carne bovina deverá ter um crescimento menor, enquanto a demanda internacional por sua vez, deverá ter um crescimento maior, o que indica que a maior parcela da produção agrícola dos países latinos continuará a ser direcionada à exportação. Portanto, na próxima década o cenário de permanência da presença de produtos primários deverá ser uma constante, tendo desdobramentos negativos principalmente sobre as relações de soberania alimentar na América Latina.

Contudo, o capital deve avançar ainda mais ao longo dos próximos anos no espaço agrário latino, assim o aumento da especialização produtiva tende a acentuar o comprometimento da diversidade alimentar da região e conseqüentemente alavancar o aumento da pobreza extrema. Os impactos produzidos pelo atual modelo de desenvolvimento agrário devem engendrar mudanças drásticas sobre as relações sociais

de soberania alimentar, o crescimento na utilização de sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes químicos, produzirá o desaparecimento de ecossistemas, alimentos, recursos medicinais, contaminação das águas, carências alimentares entre outros problemas às populações que vivem no espaço agrário e urbano.

2.2 O Capitalismo Agrário e a Produção da Pobreza

A pobreza da população de baixa renda da América Latina, explicitada no dilema da fome tem suas raízes na histórica e persistente concentração de terras, nas mãos de uma diminuta parcela de proprietários que se apropriam das riquezas dessa região. As carências alimentares do Brasil foram apontadas por Josué de Castro, que fez a denúncia das mazelas ligadas a fome ainda na década de 1950.

Mesmo com todo o ‘progresso’ resultado da revolução tecnológica no campo disseminada pela *Revolução Verde* a geopolítica da pobreza¹⁴ se tornou mais complexa, evidenciando a desigualdade social que compõe a reprodução do sistema econômico atual. As áreas de monoculturas a exemplo da soja, da cana-de-açúcar e do milho se transformam em extensas zonas de falta de alimentos para as populações camponesas. Os desertos verdes não produzem alimentos, compreendem espaços direcionados à sustentação das riquezas de minorias de grupos que controlam a circulação de capital.

A deterioração da produção de alimentos dos povos latinos é uma marca histórica da formação territorial, acentuada com o processo em curso da reprimarização econômica. “La desigualdad en torno a la tierra limita el empleo, amplía los cinturones de pobreza urbana con la expulsión desde las zonas rurales y socava la cohesión social, la calidad de la democracia, la salud del medioambiente y la estabilidad de los sistemas alimentarios locales, nacionales y globales” (OXFAM, 2016 p.11). Ademais, na atualidade a produção do espaço agrário submissa aos ditames do agronegócio alavanca a deterioração do conjunto dos sistemas alimentares e ambientais. Campos e Medeiros (2012, p. 103) afirmam que “o agronegócio busca continuamente ampliar seus territórios e, nos espaços apropriados, tem o poder de condicionar a produção e a

¹⁴ No cômputo geral, 900 milhões de pessoas, um sétimo da população são desnutridas e mais um bilhão sofre de deficiências crônicas e muitas vezes destrutivas de micronutrientes- uma estatística que, eis que é mais barato e mais fácil obter o alimento agora do que em qualquer outra época da história da humanidade, oferece a prova mais impressionante de que a economia alimentar moderna é um fracasso catastrófico. (ROBERTS, 2009, p. 147).

distribuição da maior parte da riqueza, contribuindo também para o seu reverso, a produção da pobreza”.

Em pesquisa desenvolvida por Campos (2011) no município de Cruz Alta/RS grande produtor de grãos, evidencia-se a estreita relação existente entre agronegócio e pobreza. Dos segmentos da população mais atingidos pela precarização do mundo do trabalho estão as mulheres. De acordo com a autora, nos territórios do agronegócio, são poucos os espaços de trabalho para as mulheres, e, os que existem são em condições precárias, contribuindo para retroalimentar a pobreza bem como o aprofundamento das desigualdades de gênero.

Dados recentes organizados e divulgados pela CEPAL, em relatório sobre *O Panorama Social da América Latina (2018)*, apontam um grande retrocesso em relação aos índices de pobreza extrema nos países latinos, mesmo com as melhorias nas condições de vida efetuadas pelas políticas de assistência social nas últimas décadas. Desde 2015 a extrema pobreza vem aumentando na maioria dos países sendo que neste ano existiam em torno de 52 milhões de pessoas nessa condição aumentando as cifras para 63 milhões de pessoas em 2018, um crescimento gritante em um período curto de tempo como mostram os dados das figuras abaixo a pobreza e a pobreza extrema em porcentagem gráfico A, e por milhões de pessoas gráfico B.

Figura 5 - América Latina (18 países): Taxas de pobreza e extrema pobreza e pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, 2002-2018

América Latina (18 países): tasas de pobreza y pobreza extrema, y personas en situación de pobreza y pobreza extrema, 2002-2018^a
(En porcentajes y millones de personas)

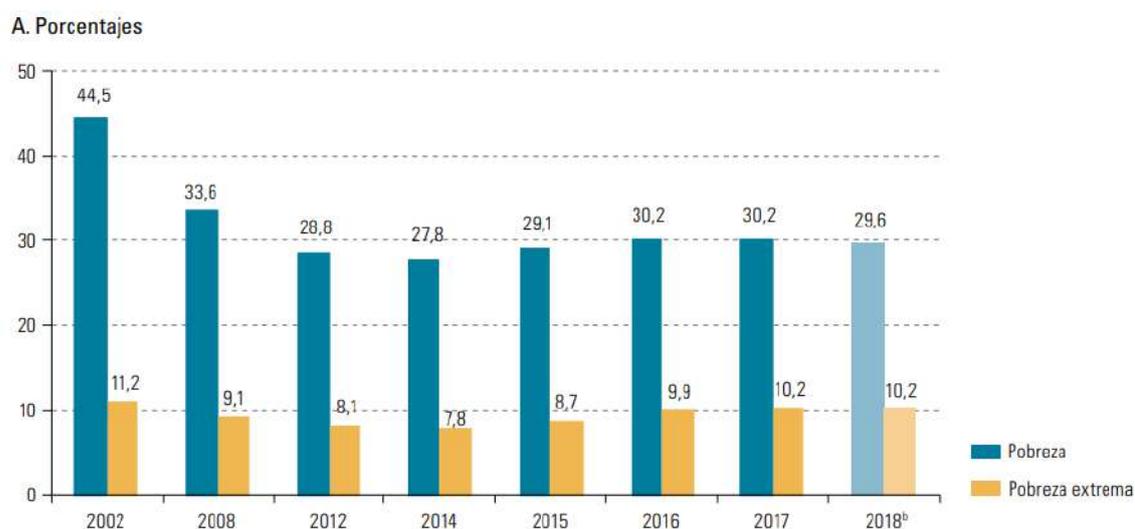


Figura 6 - América Latina (18 países): Taxas de pobreza e extrema pobreza e pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, 2002-2018



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Banco de Datos de Encuestas de Hogares (BADEHOG)

^a Promedio ponderado de los siguientes países: Argentina, Bolivia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela (República Bolivariana de).

^b El dato de 2018 corresponde a una proyección.

Fonte: Relatório da CEPAL, 2019 (p. 20).

Deste modo, entende-se que o aumento da pobreza extrema na América Latina, configura-se como um desdobramento das desigualdades de distribuição de renda e concentração de terras que tem se agudizado nos últimos anos. O avanço do agronegócio, ao impor novas condições de produção, resulta na expropriação dos trabalhadores do campo, pois as relações de produção do modelo monocultor é incompatível com o modo de vida dos camponeses. Com isso, o aumento do êxodo rural, a diminuição de empregos no campo, o controle das terras por parcelas minoritárias de proprietários contribuem largamente para estas cifras. Os estudos realizados por Conceição ratificam essa realidade, com a ênfase no processo que envolve as relações de trabalho.

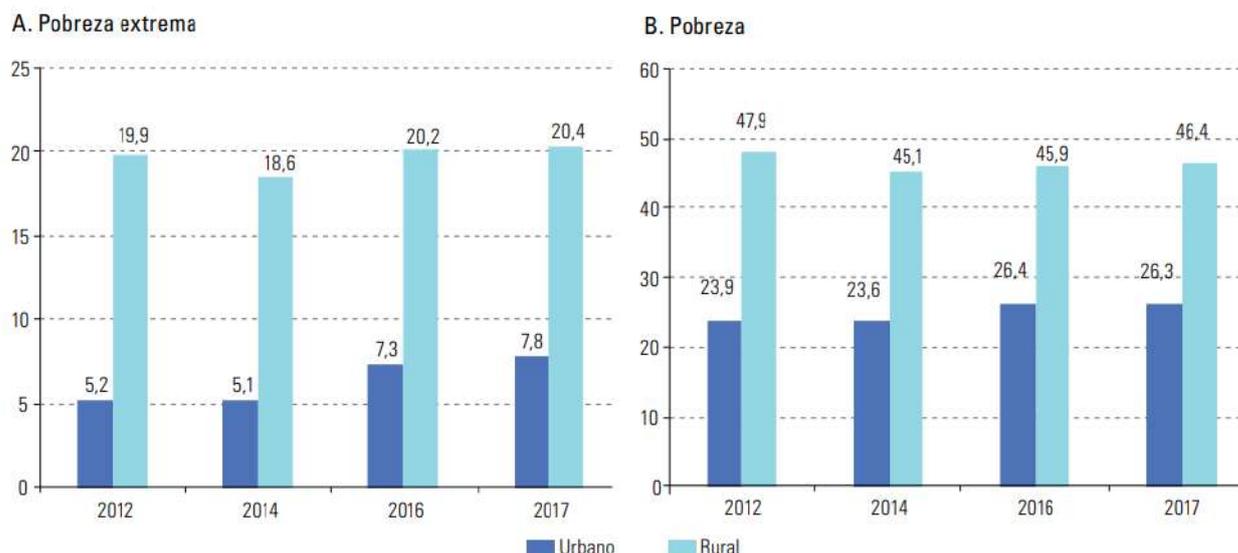
(...) o agronegócio tem provocado a expropriação do camponês da terra tornando-o móvel, enquanto força de trabalho que será absorvida no próprio agronegócio local, ou na procura de trabalho no setor industrial, sujeitos a condição de trabalho precarizado ou escravo. Expulsos da terra se tornam errantes para ampliação e consolidação do controle sociometabólico do capital. (CONCEIÇÃO, 2013 p. 85).

Ainda segundo os dados do relatório, as formas de pobreza atingem diferentemente as áreas rurais e urbanas na América Latina. As taxas de pobreza e pobreza extrema entre as pessoas que moram nas áreas rurais se mantiveram acima das

áreas urbanas. Em 2017 46,4% dos habitantes das áreas rurais se encontravam em situação de pobreza e 20,4% em situação de extrema pobreza, enquanto isso nas áreas urbanas as taxas se apresentam mais baixas com a população que convive em condição de pobreza situando-se em 26,3% e a população que convive em extrema pobreza com o percentual de 7,8%. Sendo que entre os anos de 2014 e 2016, a pobreza extrema aumentou em ambas as áreas como observado na figura abaixo (pobreza e pobreza extrema por área de residência).

Figura 7 - América Latina (18 países): pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza por área geográfica de residência, 2012- 2017

América Latina (18 países): personas en situación de pobreza y pobreza extrema por área geográfica de residencia, 2012-2017^a
(En porcentajes)



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Banco de Datos de Encuestas de Hogares (BADEHOG).

^a Promedio ponderado de los siguientes países: Argentina, Bolivia (Estado Plurinacional de), Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela (República Bolivariana de).

Fonte: Relatório da CEPAL, 2019 (p. 97).

Esta realidade se coaduna ao contexto socioeconômico vivenciado pelos países latinos diante da fragilização de suas bases econômicas pelos ajustes fiscais. Além do que, a alta concentração de terras favorece no campo o aumento dos índices de extrema pobreza, sobretudo com as inovações tecnológicas aplicadas no desenvolvimento dos cultivos agrícolas. Deste modo a pobreza acompanha a expansão dos monocultivos no espaço agrário latino americano.

No cenário contemporâneo boa parte das terras dos países da América Latina é ocupada e/ou capturada pela atividade agrícola destinada ao mercado. Vivencia-se a

crônica escassez de alimentos, em terras onde a produção agrícola avança crescentemente com a produção de matérias-primas para alimentar o mercado dos países ricos, tendo como consequência a corrosão das culturas alimentares. Mesmo diante desse panorama, são as populações camponesas sem terras ou empurradas para áreas de solos inférteis quem abastecem os mercados com sua diversidade alimentar fruto das relações históricas desenvolvidas no trabalho com a terra.

A estrutura do atraso do campo latino-americano, opera também como uma estrutura do desperdício: desperdício de força de trabalho, da terra disponível, dos capitais, do produto e, sobretudo, desperdício das esquivas oportunidades de desenvolvimento...O regime de propriedade imprime sua marca no regime de produção: 1,5 por cento dos proprietários agrícolas latino-americanos possui a metade das terras cultiváveis, e a América Latina gasta anualmente mais de 500 milhões de dólares para comprar no estrangeiro alimentos que facilmente poderia produzir em suas imensas e férteis terras (GALEANO, 2012 p.181).

Portanto, a concentração de terras neste imenso território que forma a América Latina é o elemento determinante para a crônica escassez de alimentos expressa na seguinte contradição: a maior área de produção agrícola do mundo na atualidade depende da importação de alimentos. Esta relação corrobora ao entendimento das diversas mazelas sociais que fazem parte do cotidiano massacre do campesinato dos países latinos como a pobreza. A importação de alimentos representa a sombra dos monocultivos que inviabilizam a produção dos alimentos básicos destinados ao consumo da população. O crescimento sem limites de commodities para exportação acentua este processo de dependência e acumulação de riquezas. “Cada vez vale menos o que a América Latina vende e, comparativamente, cada vez vale mais o que ela compra” (GALEANO, 2012 p. 334).

Deste modo o processo de reprimarização legitima a subordinação econômica da América Latina impulsionando a disputa pelos recursos naturais e agravando os problemas sociais. Essa expansão do capital na América Latina possui diversos limites e contradições, mediante as sombras das monoculturas que inviabilizam a própria reprodução da vida. Torna-se demasiada a amplitude dos arames farpados o qual requer o capital e suas relações simultâneas embrionárias como a pobreza, a exploração do trabalho humano, feições intrínsecas aos apêndices formatados pelos grupos capitalistas ao se apropriarem do conjunto das riquezas no espaço geográfico.

No Brasil este contexto vem sendo incentivado pelas políticas públicas¹⁵ que tem a pauta econômica associada ao agronegócio. No que se refere às políticas públicas são criadas como instrumento para o desenvolvimento econômico, certamente estas proporcionam uma maior liberdade ao capital ao se desdobrarem em planos, projetos, pesquisas e base de dados. É este impulso que tem favorecido nos últimos anos o modelo de desenvolvimento agrário dominante no campo. As terras brasileiras tem sido palco da exploração de monocultivos, gerando diversos desdobramentos negativos ao espaço agrário. Este processo de produção do espaço agrário faz com que a tendência a reprimarização imbricada ao capital financeiro ganhe força desde o início do século XXI no país.

2.3 A Reprimarização do Campo Brasileiro

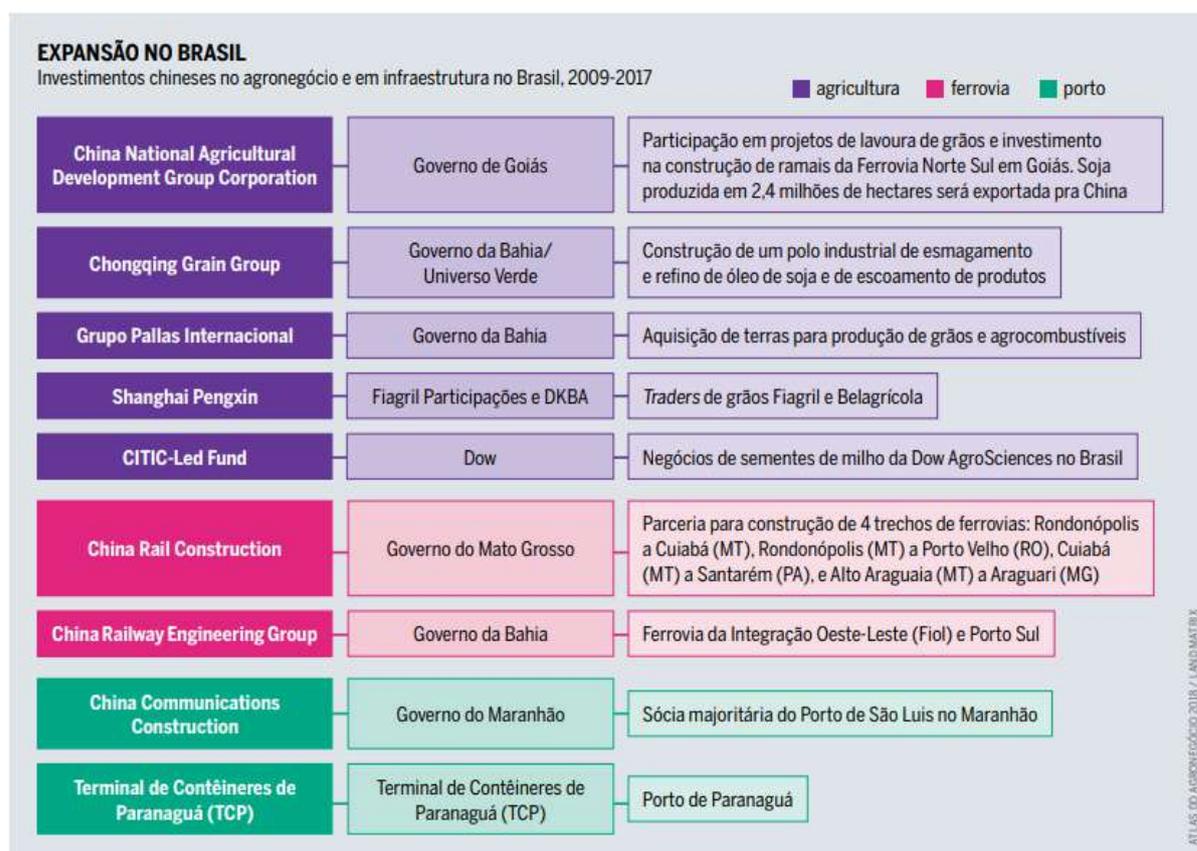
O processo de reprimarização no Brasil tem suas origens nas mudanças ocorridas no comércio exterior brasileiro na década de 1980. Transformações que impulsionaram uma diminuição de investimentos na atividade industrial, gerando assim o fenômeno da desindustrialização. De acordo com a análise de Berriel (2016, p. 26) iniciada a reestruturação neoliberal da economia brasileira em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, o enfraquecimento da indústria nacional esteve relacionado a exposição súbita à concorrência internacional. Isso favoreceu a redução da “participação relativa desta no PIB nacional ao passo que se atribuiu ao setor primário o protagonismo na geração de saldos comerciais positivos no comércio exterior, assumindo-se um papel primário exportador na política comercial internacional”.

É diante dos impactos associados à política neoliberal que o século XXI, inicia com mudanças no contexto da economia mundial que influenciaram nos direcionamentos da economia brasileira. Assim, é o grande salto econômico da China, que irá impor a ascensão das trocas comerciais de base primária. O desenvolvimento econômico deste país terá grandes exigências quanto à importação de matérias-primas para manter no cenário mundial a sua condição de potência, pois a forte indústria de base e a condição de maior população mundial demandam commodities e matérias-primas em abundância.

¹⁵ Celina Souza (2006, pág. 26) sintetiza a política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”.

Nessa conjuntura a crise mundial de 2008 vai levar a China a fazer investimentos em terras, sendo que em 2009 torna-se o maior parceiro comercial do Brasil. De acordo com o Conselho Empresarial Brasil-China, em um primeiro momento a relação entre os dois países buscou assegurar o fornecimento dos recursos naturais para atender à demanda provocada pelas altas taxas de crescimento da economia chinesa. Foi a fase dos projetos de mineração, petróleo e gás, e a comercialização de commodities agrícolas. Posteriormente, os investidores chineses avançaram para os setores de infraestrutura, telecomunicações, energia elétrica, indústria automotiva e, mais recentemente, o setor de serviços (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). A figura 8 apresenta um panorama dos investimentos chineses no território brasileiro entre os anos de 2009 a 2017. Esses investimentos estão distribuídos entre projetos voltados para o agronegócio, bem como para o setor de infraestrutura.

Figura 8 - Investimentos chineses no Agronegócio e em Infraestrutura no Brasil, 2009-2017



Fonte: Atlas do Agronegócio (2018, p. 37).

É notável o avanço do capital chinês no território brasileiro, essa expansão alarga as relações comerciais entre países aprofundando o papel do Brasil no cenário de

relações comerciais como fornecedor de commodities. Isso incrementará a exploração de trabalho, de terras, tornando os países latinos cada vez mais subservientes a produção de commodities. O grande crescimento da economia chinesa no período mais recente e sua enorme demanda por commodities têm sido importantes fatores para manter as cotações e os preços de produtos primários em patamares bastante elevados (LEUTWILER, 2016).

Verifica-se que o Brasil, entre 2000 a 2014, insere-se na economia internacional de forma cada vez mais intensa como fornecedor de matérias-primas, perdendo, no comércio de produtos manufaturados, seu mercado tanto no âmbito interno quanto no externo e, ainda, tendo como principal concorrente a China, seu maior parceiro comercial desde 2009. A elevação dos preços das commodities que se inicia nos anos 2000, apesar de ter trazido benefícios para o país, não alterou a lógica de crescimento restringido e com profundas implicações para o desenvolvimento em longo prazo provocado pela especialização nessas mercadorias (LEWTWILER, 2016).

Assim, é neste momento que no Brasil ocorre o boom das commodities provocado por esta demanda do mercado chinês e consigo o avanço do agronegócio sobre o território brasileiro, o que representou a geração de divisas em curto prazo. Delgado (2010) situa que nos anos 2000, ocorrerá o boom das commodities no Brasil. Entre as razões para este movimento está o crescimento do mercado chinês, além de um conjunto de políticas internas que vai proporcionar um relançamento de uma peculiar estratégia de acumulação na agropecuária brasileira, o agronegócio. Este estímulo vai partir pelo crédito rural, concomitante a valorização do preço das terras.

Nesta perspectiva, vários autores entendem a ocorrência de um processo de reprimarização das bases econômicas brasileiras, uma retomada da intensificação de um cenário produtivo baseado na produção de bens de origem primária e uma redução na produção de manufaturados, produtos industriais de maior valor agregado no mercado internacional, correspondendo assim à chamada doença holandesa¹⁶, que ocorre para denominar situações em que aumenta as receitas de exportação de bens primários ocasionando a desindustrialização do país.

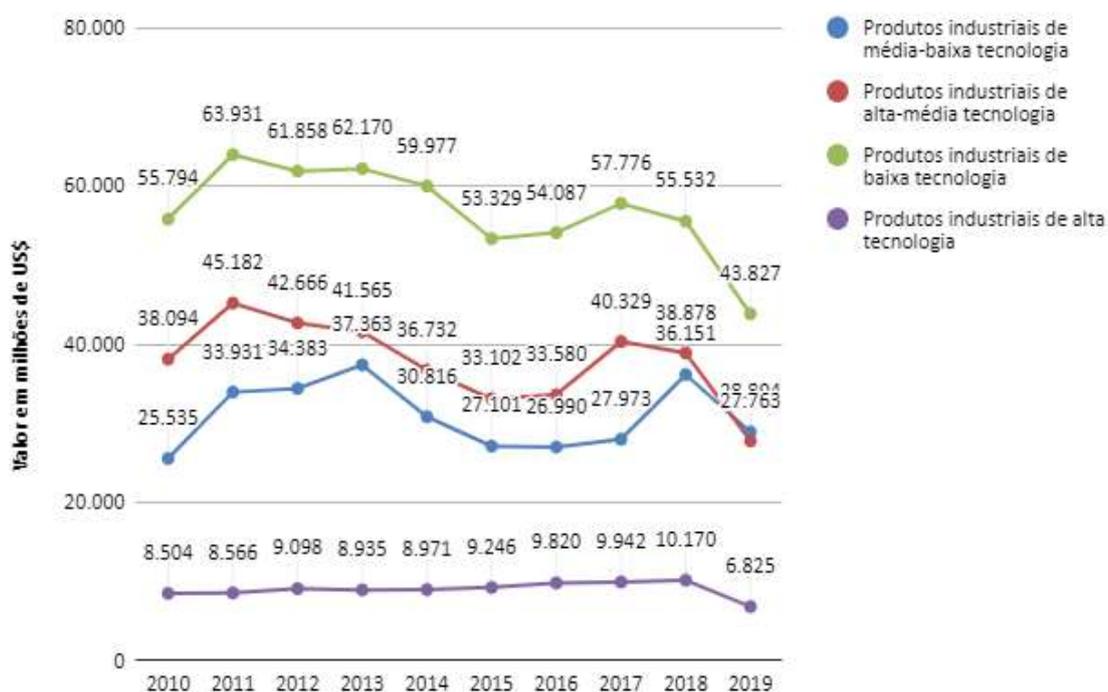
Em pesquisa desenvolvida por Leutwiler (2016) o autor analisou que a baixa nos preços das commodities dos últimos anos já traz reflexos negativos para os países com especialização nessas mercadorias, além disso, entre 2000 e 2014 houve um aumento da

¹⁶ A terminologia foi utilizada pela primeira vez na década de 1960, para identificar os efeitos que a elevação dos preços do gás natural e das receitas cambiais associadas a esse recurso produziu nos Países Baixos: valorização cambial e quedas significativas na fabricação de produtos manufaturados (LEUTWILER, 2016).

importância das exportações dos produtos de baixo valor agregado e dos semimanufaturados, ocorrendo um menor desempenho das exportações dos produtos de alto valor agregado. Segundo Lopes (2017) em 2010 a parcela de exportações de bens primários superava, tanto em volume como em valor, a dos bens manufaturados e semimanufaturados, o que passou a ser chamado de reprimarização da pauta de exportação brasileira.

Os dados fornecidos pelo Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) mostram o padrão da produção industrial do Brasil por nível de intensidade tecnológica. No período de 2010 a 2019 predominam os produtos industriais de baixa tecnologia, ou seja, aqueles que possuem um baixo valor agregado, ocorrendo também uma diminuição em todos os produtos que recebem valor agregado pela tecnologia nos últimos anos, como verificado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Produção industrial brasileira em intensidade tecnológica, 2010 a 2019

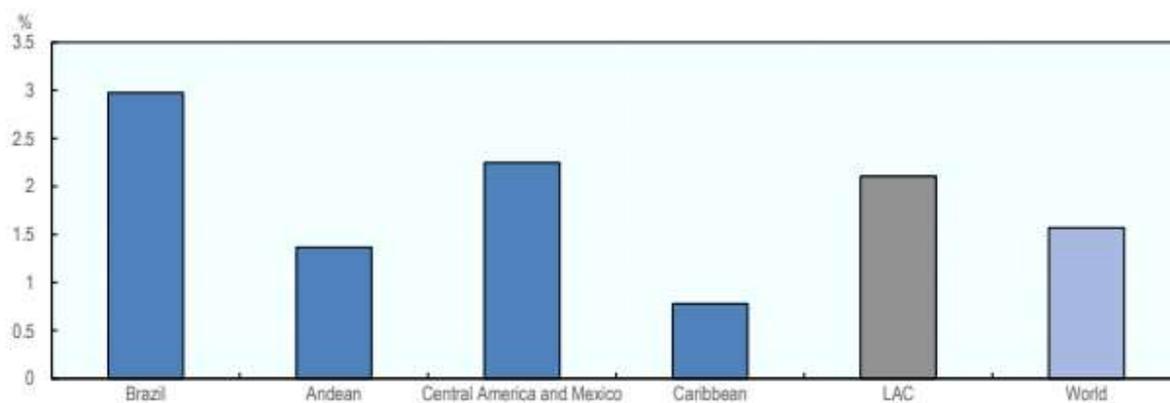


Fonte: MDIC, 2019. Elaboração própria.

Além disso, os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, FAO (2019), registraram que o Brasil foi um dos líderes de crescimento agrícola tanto regional como no mundo, com uma taxa média de crescimento de 4,1% entre 1991 e 2015, fenômeno esse que corrobora a especialização produtiva de bens

primários. A figura abaixo mostra que em termos de crescimento por produtividade no período citado, o Brasil teve taxas de crescimento superiores na agricultura em relação a outras regiões no mundo, a exemplo da América Latina e Caribe, América Central e México.

Figura 9 - Gráfico Crescimento anual de produtividade total dos fatores na agricultura, por médias ponderadas entre 1991- 2015



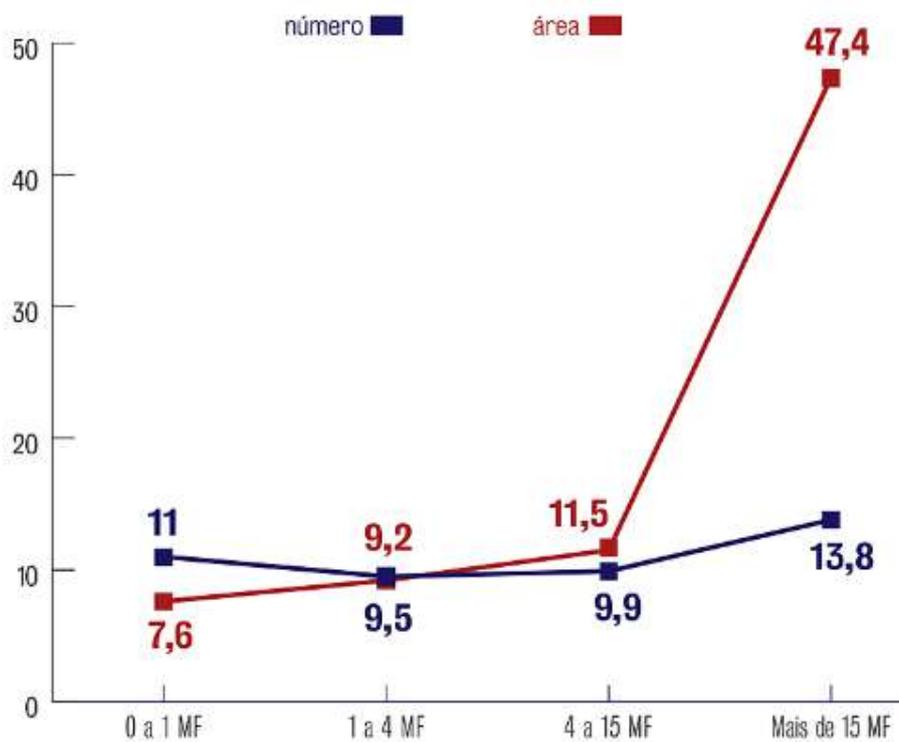
Fonte: Relatório da OECD-FAO, 2019 (p. 74).

Neste contexto, segundo as Nações Unidas Brasil, o Brasil é hoje o maior exportador agrícola e de alimentos do território latino-americano e caribenho; em 2017 foram 79,3 bilhões de dólares em exportações. Atrás do país, vêm a Argentina (35 bilhões de dólares), México (32,5 bilhões de dólares), Chile (17 bilhões de dólares), Equador (10,4 bilhões de dólares) e Peru (8,8 bilhões de dólares).

Assim, a reprimarização econômica brasileira é um processo em curso, com diversos efeitos negativos, demonstrando o modo agressivo de acumulação efetuado pelo capital no campo. Nas reflexões de Delgado, a inserção primária promove a exacerbada valorização da renda fundiária, pressão sobre a superexploração dos recursos naturais e do trabalho humano. Assim, a especialização primária gera como rebatimentos no espaço agrário a concentração de terras, diante dos interesses monopolistas de uma pequena minoria e a alta valorização da renda decorrente do retorno rápido de ganhos com a especialização na produção de determinados produtos.

O gráfico seguinte apresenta os dados¹⁷ do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) responsável por fazer o registro de declarações de propriedades de imóveis entre 2016 e 2018. Na classe acima de 15 módulos fiscais (MF) o crescimento da área nesse período atingiu 47,5%, O número de minifúndios (0 a 1 MF) cresceu 11%, mas a área ocupada por esses aumentou apenas 7,6%, o número dos pequenos (1 a 4 MF) aumentou 9,5% e a área 9,2%. Já no caso dos imóveis médios (4 a 15 MF) o número aumentou 9,9% e a área cresceu 11,5%. No entanto, no caso das grandes propriedades o número cresceu 13,8%, mas a área aumentou 47,4%. Ou seja, as grandes propriedades se apropriaram de 88,1% da variação da área dos imóveis ocorrida entre 2016 e 2018, 223,5 milhões de um total de 253,7 milhões de ha. (BRASIL DE FATO, 2020).

Gráfico 2 - Variação do Número e da Área dos Imóveis Rurais por Classe de Área (%) - Brasil/ 2016-2018



Nessa conjuntura está claro o avanço de uma minoria de proprietários sobre extensas áreas de terras nos últimos anos no Brasil estimulados, sobretudo por condições engendradas pelas mudanças ocorridas nas legislações agrárias desde o ano de 2016 no pós- golpe. Delgado (2010, p. 121) destaca o panorama de expansão do

¹⁷ Dados disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/30/artigo-crescimento-das-terras-cadastradas-no-incra-e-a-mp-910-prenuncio-de-crime>

capital no campo brasileiro nas palavras do autor, há uma dupla pressão por obtenção de ganhos de produtividade com recursos naturais.

De um lado a incorporação de novas áreas ao espaço econômico explorado, atual e potencialmente. Nestes novos territórios, a expansão agrícola se inicia adotando pacote tecnológico pré-existente, e exercendo um consumo crescente de recursos naturais como solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas. De outro lado, nas zonas de agricultura já consolidada, haverá certamente pressão crescente por aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do pacote tecnológico agroquímico, com consequências ambientais também predatórias sobre o meio ambiente.

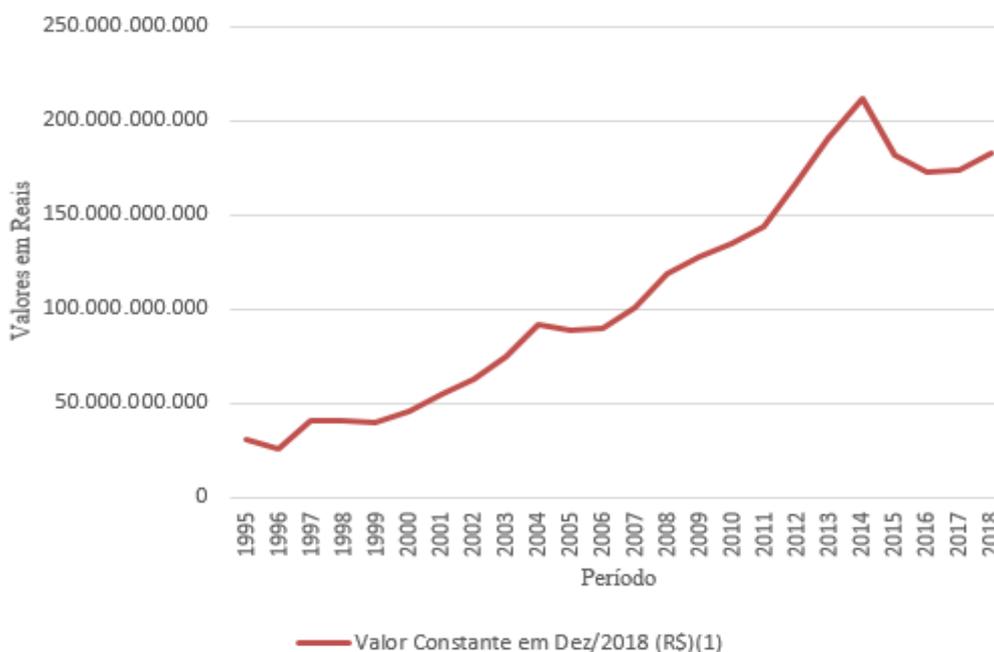
Cabe ressaltar, que este modelo de desenvolvimento agrário, cuja pauta é a especialização primária, gera diversos desdobramentos que perpassam as relações de produção no campo. O crescimento acelerado das áreas de terras destinadas aos monocultivos, a difusão do pacote tecnológico, são formas agressivas para a produção da natureza, o que resulta em problemas relacionados à precarização do trabalho humano nestas áreas, além dos impactos de cunho ambiental, os quais se aprofundam com a utilização intensa e indiscriminada de insumos químicos nas culturas agrícolas. Com isso, ocorre um comprometimento da própria reprodução da natureza e do homem, diante das estratégias ligadas à especialização produtiva primária.

Nesse cenário o campo brasileiro tem suas relações de produção incorporadas à dinâmica do agronegócio subordinado ao caráter estrutural do desenvolvimento desigual orientado pelas políticas neoliberais fortalecendo o uso das terras para os monocultivos, tendo a soja, a cana de açúcar, o milho e o algodão, adentrado grandes áreas territoriais se acentuando um grande deserto verde dominado por latifundiários, que controlam os meios de produção no campo.

Assim, os interesses capitalistas possuem a mão do Estado como um protagonista essencial, no fornecimento de subsídios para o fortalecimento do capital de forma mais intensa no campo. O crédito rural concedido de forma díspare entre os produtores repercutiu no benefício de uma minoritária parcela de grandes proprietários que controlam e exercem o poder sobre as terras no Brasil. Por isso, a atividade da produção das monoculturas em larga escala se expande por vastas áreas de terras brasileiras. No gráfico abaixo é observado a evolução dos recursos do crédito rural para financiamentos entre os anos de 1995 a 2018, tendo grande impulso, sobretudo depois dos anos 2000. Em 1995 o crédito rural fornecido foi de R\$ 30.534.209.285, no ano de

2014 por sua vez alcança a cifra de R\$ 211.567.444.507 bilhões de reais segundo os dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Gráfico 3 - Crédito Rural Evolução dos Recursos Financeiros, 1995-2018



Fonte: Banco Central do Brasil, (BCB) e Sistema de Operações do Crédito Rural e Proagro (Sicor), 2019. Organização Própria.

É esse aporte proveniente dos volumosos recursos do crédito rural que viabiliza as condições de expansão do agronegócio no campo. No Nordeste as monoculturas cada vez ocupam mais espaço, se territorializando nas terras do semiárido. No estado de Sergipe o menor do Brasil em termos de extensão territorial, a monocultura do milho tem ganhado expressão nos últimos anos. A captura e expansão do agronegócio via subordinação da produção camponesa é uma constante. Esse quadro converge para a constituição de ameaças à soberania alimentar no referido estado, diante da larga e crescente ocupação de terras pelo cultivo do milho.

A expansão da monocultura do milho em Sergipe está relacionada ao novo valor que a produção vem recebendo nos últimos anos, a crescente demanda impulsionada pelo setor de carnes tem promovido a alta dos preços do milho em grão, bem como do milho forrageiro. Esse panorama resulta em uma maior expansão do agronegócio gerando conseqüentemente o aprofundamento das relações de mercantilização da natureza pelo capital.

Assim a produção de milho está imbricada na reprimarização da economia, pois a exportação de carnes depende da produção de grãos. Deste modo, está inserida nos ditames das relações de comércio mundiais estabelecidas sobre os países pobres e especificamente os latinos com a produção de matérias- primas para abastecer o circuito global da acumulação capitalista. Em termos de contribuição de exportações para o mercado mundial os principais produtos comercializados pelo estado de Sergipe possuem baixo valor agregado, tendo uma base, sobretudo primária, destacando-se o suco de laranja com 54%, a produção de calçados com o percentual de 15%, o açúcar refinado com 4,8%, demais produtos manufaturados 4,6% entre outros itens exportados de acordo com os dados do MDIC.

Figura 10 - Visão geral dos principais produtos exportados pelo estado de Sergipe

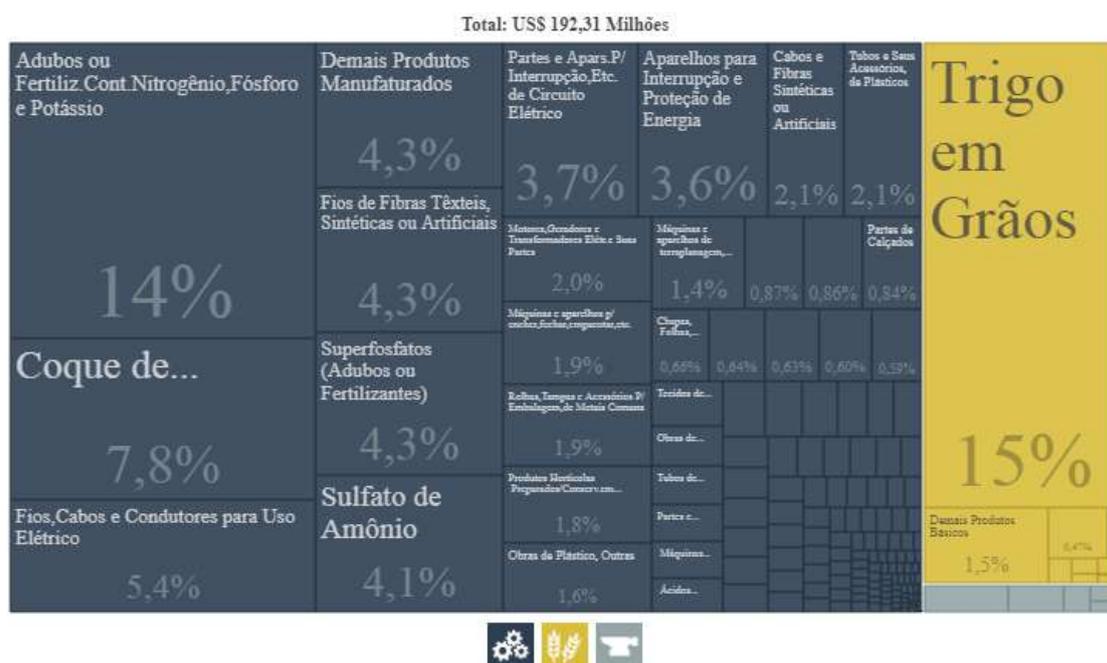


*Variações em relação ao ano anterior. O tamanho dos retângulos é proporcional à participação em relação ao Valor FOB total.

Fonte: Comex Vis, MDIC 2019.

No que se refere às importações entre os principais produtos importados pelo estado, se encontram o trigo com um valor de 15%, adubos, nitrogênio, fósforo e potássio com 14% além de outros produtos apresentados na figura seguinte.

Figura 11 - Visão geral dos principais produtos importados pelo estado de Sergipe



*Variações em relação ao ano anterior. O tamanho dos retângulos é proporcional à participação em relação ao Valor FOB total.

Fonte: Comex Vis, MDIC 2019.

Todavia, as dinâmicas entrelaçadas ao processo de reprimarização se coadunam as relações circunscritas ao Imperialismo, processo inerente a acumulação do capital na atualidade que se desenvolve mediante a ação de instituições multilaterais como o Banco mundial (BM) responsável por conduzir, em muitos casos, as estruturas necessárias à territorialização do capital no espaço geográfico.

III- DAS ENTRELINHAS DO IMPERIALISMO À TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

As relações imperialistas se fazem presente na produção do espaço agrário atual acompanhando o deslocamento do capital. Nessa mobilidade esse processo assume feições peculiares na produção da natureza.

No cenário contemporâneo as relações de produção no espaço agrário passam por constantes mudanças determinadas pelas (re) configurações da acumulação de capital. A produção da natureza, enquanto ativo de mercado, subjugada à mercantilização em todas as suas dimensões, sobretudo os interesses pelo controle da terra, se insere na chamada agricultura mundializada para aqueles que detêm o poder dos negócios desse mercado. Para Neil Smith (1984) é a produção para troca que permite a produção da natureza em escala ampliada, sendo neste processo que as contradições se concretizam. Como analisa o autor:

A reprodução da vida material fica totalmente dependente da produção de excedente. Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca de recursos materiais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção.

Assim, a natureza passa a ser um objeto produzido no modo de produção capitalista assumindo o valor de troca. A transformação da natureza, a condição de mercadoria, remete ao que Marx (1996, p. 673) conceitua de acumulação primitiva definida como “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção”. Esse processo está na base do desenvolvimento inicial da acumulação de capital, que tem em suas origens a violência, a expropriação e a submissão. Todas essas relações, foram métodos utilizados para a constituição das práticas imperialistas, via produção da natureza e do conjunto da vida social, fundamental ao enriquecimento e a acumulação de capital.

Por essas razões o Imperialismo é uma relação que faz parte do desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção, nutrindo e sendo a base de todos os mecanismos de produção da natureza em sua espinhosa busca de acumulação de lucros. Bukharin (1994) na obra *A economia mundial e o Imperialismo*, ao examinar os fatos

essenciais da economia mundial, considera o imperialismo como um estágio determinado do capitalismo em seu mais alto nível de desenvolvimento fazendo parte da evolução da economia mundial e das prováveis modificações de sua estrutura interna.

O autor analisa o Imperialismo enquanto uma política do capital financeiro, essa política é o agente da estrutura financeira capitalista e subordina o mundo ao domínio do capital financeiro, constituindo esse processo o elemento central do capitalismo moderno um valor historicamente definido. Assim, ainda nas palavras de Bukharin o imperialismo corresponde à estrutura econômica do capitalismo, se mantendo presente na expansão do capital para além das fronteiras nacionais, nas operações de grandes bancos, no desenvolvimento das forças produtivas, na formação de gigantescos conglomerados que monopolizam o mercado mundial.

Para Lima (2015, p. 18) “o imperialismo contemporâneo corresponde à continuidade da fase do modo de produção capitalista, iniciada nos albores do século XX, com alterações importantes. No imperialismo contemporâneo a produção de riqueza fictícia assume patamares jamais vistos e comanda toda a produção social”. Na análise do autor esse não anula as relações desiguais de produção e troca entre os países, preservando a histórica sujeição dos países periféricos, que condiciona o desenvolvimento econômico destas formações sociais a uma articulação subordinada aos países centrais. Deste modo, o Imperialismo se fundamenta na fase atual do capitalismo diante de sua capacidade expropriadora, cuja escala tem dimensões mundiais circunscritas ao capital financeiro.

Ellen Wood (2014) destaca que o imperialismo capitalista exerce seu domínio por meios econômicos, pela manipulação das forças do mercado, inclusive da arma da dívida. Sendo que o capitalismo é movido por imperativos sistêmicos, a exemplos da concorrência, da maximização de lucros e da acumulação com estrita prioridade do valor de troca em detrimento do valor de uso e das pessoas.

O modo capitalista de imperialismo econômico é o primeiro imperialismo da história que não depende da captura deste ou daquele território, ou da dominação de determinado povo. Cabe a ele supervisionar todo o sistema global de Estados e assegurar que o capital imperial possa navegar com segurança e lucratividade por todo esse sistema. Procura-se assim não somente resolver dos Estado “bandidos” ou dos Estados “fracassados”, mas também manter os Estados subalternos vulneráveis à exploração (WOOD, 2014 p. 11).

É nesse processo de navegar com segurança que o imperialismo demanda das ações do Estado para garantir sua caminhada desimpedida. De forma que instituições como o FMI, BM são essenciais na elaboração das regras e atuação nas situações que permitem as relações desiguais entre os países convergindo para a estruturação do imperialismo. “O Estado, tanto nas economias imperiais quanto nas subordinadas, ainda oferece as condições indispensáveis de acumulação para o capital global tanto como para as empresas locais; e em última análise, é o criador das condições que permitem ao capital global sobreviver e navegar no mundo” (WOOD, 2014 p. 106).

Para Fontes (2010), definir o capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e da Guerra Fria. Teve como efeito exacerbar a concentração concorrente de capitais sendo que ao final da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo iniciava sua conversão contraditória para capital-imperialismo, assim o capital passou a expandir-se sob o imperialismo com novas determinações.

Nesse contexto, a agricultura capitalizada é realizada mediante o aprofundamento das desigualdades sociais no espaço agrário sobre os fundamentos do imperialismo. Esse aparece no poder exercido pelas forças monopolistas que atuam na produção do espaço, determinando as trocas desiguais de produção a exemplo da força exercida pelas corporações agroindustriais. A expansão da monocultura do milho é subserviente desse processo, que monopoliza a produção camponesa, concentra terras e determina os preços sobre a produção. Pode-se dizer que as estruturas institucionais do capital, como as instituições multilaterais, corporações multinacionais, se articulam sobre diversos setores como da agricultura, de forma extremamente predatória, cuja relação é de submissão para acumulação de riquezas.

Desta forma, as assimetrias estão atreladas ao movimento do capital e suas práticas imperialistas sobre a agricultura. Define-se como ações imperialistas: a expansão sobre grandes áreas de terra promovendo a concentração, espacialização de monoculturas, intensificação do uso de agrotóxicos/venenos, sementes transgênicas, expropriação de trabalhadores camponeses do campo, exploração de trabalho, destruição da natureza.

Fontes (2010 p. 149) analisa a dominação do capital a partir do capital-imperialismo:

Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica.

Desse modo, a produção de monocultivos, está associada ao processo de produção do espaço, com expropriação de milhares de trabalhadores diante da diminuição das condições de reprodução social ocasionadas pelas mudanças nas relações de produção. Por certo, a esfera do capital sobre o campo articula transformações que afetam diretamente o modo de vida das famílias camponesas, bem como a perda das condições ambientais diante da intensa utilização de mecanização e insumos químicos.

Todo o conjunto da vida social se torna subordinado agora não apenas à empresa – e os grandes conglomerados subsistem, em muitos casos ainda muito mais poderosos – mas à lucratividade. A imensa escala da concentração não resulta apenas na condensação da propriedade sob a forma da empresa, ou mesmo do conglomerado multinacional: transborda para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como, por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida, mas apenas iniciando-se sobre a própria genética humana (FONTES, 2010, p. 203).

Nessa perspectiva, o cenário mundial de crescimento da agricultura baseada em monoculturas é consubstanciado por estruturas institucionais do capital. Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), pressionam a abertura de mercados, regulam os preços, propõem sugestões políticas, econômicas e sociais sobre diversos setores como a agricultura, promovendo a circulação e a reprodução do capital. Assim, essas instituições assumem um papel determinante no mercado mundial efetivando políticas agrícolas, sobretudo nos países periféricos, exercendo a prática do imperialismo, no que concerne ao estabelecimento das normas para as trocas desiguais, definindo os princípios da Divisão Internacional do Trabalho.

O Banco Mundial executa um papel determinante na circulação do capital no espaço geográfico com ações diretamente sobre a produção da agricultura. João Márcio Mendes Pereira (2010) analisa o conjunto de ideias, sugestões políticas e econômicas sobre o que deve ser feito em matéria de desenvolvimento capitalista pelo referido banco. Nesse contexto, o BM, possui uma função extremamente relevante dentro de

uma estrutura de poder global, executando um papel imperialista, através de imposições políticas, econômicas em diversos setores que geram lucratividade como infraestruturas, desenvolvimento social e rural. Assim, enquanto agência financeira faz diversos empréstimos, principalmente a países de renda média e baixa, aqueles que ocupam o mundo denominado de subdesenvolvido.

O Banco Mundial teve sua criação no pós- guerra para contribuir na reconstrução do mundo desenvolvido. A sua atuação direcionada aos países pobres ocorreu somente na década de 1970, com maior quantidade de empréstimos para o desenvolvimento da agricultura desses países. “A agricultura tornou-se o terreno operacional em que o banco mais explicitamente explorava as ligações entre o aumento da produtividade e a redução da pobreza” (PEREIRA, 2010, p. 171). Nesse momento, a agricultura passou a ser um setor primordial para investimentos do banco nos países considerados pobres. De forma que, o discurso de superar a pobreza através do desenvolvimento via modernização técnica, tornou-se elemento chave para a articulação das políticas do BM, que tinha como objetivo mover dinheiro de forma veloz. Nesse período as ações estiveram pautadas em financiamentos de institutos agropecuários, aprovação de projetos de forma rápida para o setor agrícola, sendo que nos anos 1970, o banco foi o maior financiador externo da agricultura.

A ênfase no desenvolvimento rural tinha o objetivo de aumentar a produtividade agrícola, por isso promoveu a liberalização de forma indiscriminada de crédito externo, endividando várias economias dos países pobres. Nos anos 1980, a perspectiva do banco passa a ser o enfoque neoliberal, que consiste na abertura de mercados ao capital. O BM prescreve “a realização de uma agenda coerente nas reformas políticas, comercial, cambial e agrícola voltada para a promoção da liberalização comercial e da especialização produtiva voltada para a exportação de bens primários” (PEREIRA, 2010 p.246).

Nessa caminhada o banco acompanha as diretrizes da reprodução do capital assim, a grande preocupação passa a ser a abertura de mercados como saída para a crise. Desse modo, o Banco cumpre um papel primordial construindo os alicerces das políticas neoliberais, bem como o ajuste macropolítico. Nesse contexto, diversos países passaram a submeter-se às regras do banco para liberação de empréstimos e negociação de dívidas. Com isso, foi fácil às políticas de ajuste neoliberal serem implementadas na maioria dos países, cujos sentidos se referem às saídas do capital da crise.

No que concerne à agricultura na década de 1990 o banco reduziu os empréstimos a este setor, pois o objetivo central das políticas do banco passou a ser a redução da pobreza. “A questão do alívio da pobreza absoluta como prioridade em 1990, logo se diluiu no objetivo mais geral de expandir o espaço geográfico de valorização do capital” (PEREIRA, 2010 p. 301). Desse modo, a abertura de mercados significou a submissão efetiva das riquezas nacionais dos países ao capital, sobretudo na América Latina, África e Ásia. A entrada de instituições multilaterais e corporações direcionadas aos padrões econômicos mundiais contribuiu para um novo ciclo de acumulação do capital, a predação da natureza e do trabalho.

Nesse contexto, o BM, enquanto instituição a serviço da circulação do capital cumpre um papel determinante, sobretudo na elaboração de políticas para o campo, a exemplo do Desenvolvimento Rural; assim, executa as condições necessárias para a ação de outras instituições. Salienta-se que a sua atuação na agricultura compreende ciclos econômicos de acordo com a rentabilidade dos investimentos, bem como as crises cíclicas de produção do capital. Fundamenta-se a importância de pensar o banco como um agente promotor de políticas e sugestões sobre a agricultura que consolidam a apropriação da natureza no século XXI, bem como a mercantilização agrícola no cenário mundial.

No Brasil, o Banco tem tido um papel relevante concernente às políticas pautadas no Desenvolvimento Rural. A ideia central se internaliza mediante a retórica da pobreza. Com isso os investimentos são direcionados à melhoria da condição de vida dos pobres no campo. A saída para solucionar esta questão, é a defesa de uma exploração mais racional e produtiva das terras camponesas. Assim, alicerça diversos projetos em âmbitos como agricultura, infraestrutura, proteção social, educação, energia, abastecimento de água. Em Sergipe o banco desenvolve projetos direcionados principalmente à agricultura; um dos projetos denominado *Projeto integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural*¹⁸. Propõe integrar as estratégias do desenvolvimento rural de Sergipe na busca de inclusão no cenário brasileiro. Entre as pautas do projeto está:

¹⁸ Este projeto tem por objetivo gerar atividades produtivas por meio de associações e cooperativas locais, aumentando a renda dos pequenos agricultores em Sergipe, garantindo emprego e desenvolvimento e melhorando a qualidade de vida dos indivíduos. O empréstimo tem a finalidade de ajudar a capacitar as comunidades rurais para se organizarem coletivamente e atenderem às suas próprias necessidades; melhorar a governança local das organizações comunitárias e dos Conselhos Municipais; e

(1) melhorar o acesso dos pobres rurais à infraestrutura socioeconômica básica; (2) aumentar a renda e os bens de capital, por meio de investimentos em atividades produtivas e aumento de vínculos entre pequenos produtores e mercados; (3) fortalecer a integração intersetorial de investimentos em áreas rurais através de um melhor planejamento participativo e monitoramento nos níveis local, municipal e estadual (BANCO MUNDIAL, 2008).

O referido projeto¹⁹ atua como uma locomotiva no avanço de monoculturas, técnicas provenientes da agricultura moderna e em programas de assistência técnica no campo de Sergipe. Assim, corrobora com a territorialização da monocultura do milho, como uma produção vinculada ao mercado, uma estratégia para lançar o desenvolvimento rural, como uma possibilidade de aposta na redução da pobreza. Ao mesmo tempo em que ocorre a uniformização de cultivos no campo como o milho, subordinado às relações de mercado.

Seguramente, os empréstimos do banco direcionados a política para a ‘pobreza em Sergipe acompanham o projeto de desenvolvimento agrícola posto no campo brasileiro. De forma que, o discurso do combate à pobreza se reveste das facetas do capital em seu movimento de reprodução, via subordinação das áreas de produção camponesa, a agricultura mercantilizada controlada por grupos econômicos. O desenvolvimento local naturaliza as condições de exploração do campo e transforma os espaços para acumulação do capital com maior velocidade. Neste contexto, pode-se afirmar que ocorre um processo de crescimento econômico no campo, porém abrange as perspectivas dos grupos dominantes que possuem o poder econômico e não das populações camponesas inseridas na cadeia produtiva de mercado. Esta política é na verdade promotora do aumento da exploração do trabalho no campo, diante da racionalidade produtiva imposta pelo capital.

Portanto, o Banco Mundial ao propor e realizar ações no setor agrícola mediante políticas para pobreza constrói uma política econômica aberta ao capital. Deste modo, é responsável por articular relações imperialistas no espaço agrário, com objetivos e finalidades direcionados ao ajuste econômico elencado na reforma liberal. Pois, ao mesmo tempo em que garante empréstimos, negocia as dívidas com os Estados mediante políticas prudentes ao capital como a liberalização econômica. Diante disso,

promover maior integração de políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural em nível local (BANCO MUNDIAL, 2008).

¹⁹ O projeto teve o encerramento de suas atividades em 30 de Junho de 2012, o montante do compromisso foi de US\$ 20,80 milhões de dólares. Não há dados disponíveis sobre a avaliação do projeto. Na atualidade o banco possui projetos ativos no estado de Sergipe voltado para infraestruturas.

ocorrem novas formatações na produção do espaço agrário que reforçam as relações de reprodução do capital a exemplo daquelas circunscritas ao Banco Mundial. É nesse movimento de produção do espaço que são desenvolvidas as hierarquias escalares próprias à circulação do capital no contexto de uma agricultura mundializada.

A escala configura-se na produção do espaço geográfico pelo capital no seu movimento de reprodução. Sua extensão é definida pelas possibilidades de circulação e geração de mais-valor. Assim, a delimitação da escala vai ser realizada, sobretudo, pelas dimensões das relações sociais, econômicas e políticas que se apresentam no espaço geográfico. Nesse sentido, Smith apresenta grande contribuição para pensar a escala como produto do capital; assim, para ele, a criação de um espaço-economia é integrado e organizado em escalas, sendo este, “um processo dinâmico; por mais fixas que as escalas se apresentem, elas estão sujeitas à mudança e é através da contínua determinação e diferenciação interna da escala espacial que o desenvolvimento capitalista é organizado” (SMITH, 1984, p. 197). Em sua concepção destaca a importância de entender as origens, a coerência interna e a diferenciação destas escalas contidas na estrutura do capital.

Assim, as escalas são determinadas pelo movimento de produção do espaço geográfico, sendo sujeitas a contínuas dinâmicas, fruto das práticas sociais concretizadas nas relações, vinculadas ao controle do capital sobre a produção da natureza. As escalas, local, estadual, regional, nacional, global, apresentam funções de acordo com as singularidades do capital em seu movimento de reprodução. Devem ser analisadas mediante os elementos e fenômenos presentes na produção do espaço.

Neste estudo a análise parte da multiescalaridade, cujo objetivo é desvelar a essência, materializada nos fenômenos inerentes a concretude do espaço produzido, pela monocultura do milho e as relações socioespaciais estabelecidas concernentes aos interesses do capital. Para Gómez (2006) as escalas são socialmente produzidas, são criação, recriação, expressam relações de poder, sendo resultado de uma construção social. Deste modo, as escalas são produzidas na dinâmica do movimento de reprodução da sociabilidade capitalista. Produzem-se nas relações estabelecidas nas práticas sociais, na materialidade concreta da produção do espaço.

Portanto, as escalas são dinâmicas, flexíveis às relações inerentes a sua construção. Certamente, se configuram no espaço ao mesmo tempo em que podem

sofrer transformações, mudanças nos sentidos que expressam os fenômenos do espaço geográfico. As esferas de análise que transcorrem ao longo das reflexões deste estudo, acompanham este movimento.

Assim, as escalas devem ser utilizadas mediante o desvelar, do fenômeno estudado, sendo complexas, ocorrendo hierarquias entre elas. Devem expressar as singularidades a serem entendidas, refletidas em uma determinada problemática, o conjunto de relações irá definir sua utilização. Neste caso a análise compreende uma totalidade que abrange diversas escalas, diante da dimensão da temática. Deste modo, a escala global, contribui para compreender o fenômeno de espacialização dos monocultivos circunscritos a uma agricultura mundializada, cuja presença de capitais monopolistas, financeiros, agências multilaterais como o Banco Mundial exercem grande controle nas dinâmicas e expressões presentes no cultivo da produção agrícola hoje no campo brasileiro. Além de que, o padrão na especialização produtiva de matérias- primas voltadas a exportação se insere nas dimensões da Divisão Internacional do Trabalho.

Ademais, neste movimento é possível perceber as relações presentes no cenário nacional, onde a figura do Estado exerce um papel significativo na construção das condições que permitem a territorialização do capital no campo brasileiro, consubstanciando a expansão do modelo produtivo do agronegócio via acesso a financiamentos. Com isso, no processo de expansão do agronegócio do milho em Sergipe, ocorrem singularidades próprias a esse cultivo, como as ligações entre a produção de milho e leite, que favorecem a expansão desta monocultura no semiárido, bem como as necessidades de circulação de capital inerente ao consumo de agroquímicos e sementes presentes no cultivo desta produção que fundamentam o discurso de desenvolvimento para o campo, materializado na modernização da produção. Diante desta perspectiva, a produção do espaço, se faz mediante as relações escalares que influenciam diretamente nas configurações presentes na concretude dos fenômenos produzidos no espaço geográfico e suas expressões no decorrer do processo histórico.

Por isso, “o espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza, processo no qual o homem se produz como ser genérico numa natureza apropriada e condição de nova produção” (CARLOS, 2011, p. 64). Para a autora o espaço é uma realidade concreta, possui materialidade e representação. Lefebvre (2006,

p. 39) teoriza que “a prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Assim, para se analisar a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço”. Na concepção do autor o espaço é dialético, produto, produtor, suporte das relações econômicas e sociais, sendo resultado das forças produtivas. Desse modo, a sociedade produz o espaço, se apropria, ou seja, organiza para seus fins. Smith (1984, p. 130) conceitua o espaço geográfico como “a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção”.

Assim, o espaço geográfico é resultado das forças produtivas que definem as práticas sociais dos sujeitos, sendo esse apropriado e transformado de acordo com os objetivos de cada classe social. Nesse contexto, as atividades de produção sobre o espaço estão relacionadas a um tempo histórico, o qual é determinado pelas condições materiais desenvolvidas pelos homens. “A produção se define com características comuns em diferentes épocas, fundadas em relações reais que se desenvolvem no bojo de um movimento real e, em cada momento dessa história, em suas particularidades” (CARLOS, 2011, p. 28). Também nesse sentido, Smith (1984, p. 70) destaca que a produção, “é a relação material básica entre os seres humanos e a natureza”. O processo de evolução agrícola faz parte dessa relação de transformação da natureza pelo homem, foram vários os momentos de modificações que os processos ligados à produção da terra sofreram.

Foi aos poucos que as sociedades, desenvolveram habilidades, aperfeiçoaram instrumentos, que permitiram realizar a domesticação de plantas, o cultivo dos primeiros alimentos, mediante a aplicação de novos conhecimentos técnicos, modificando as relações sociais no trato com a terra. E dessa forma, lentamente construíram-se novas dimensões materiais no espaço de acordo com a evolução técnica estabelecida em cada modo de produção. Neste movimento, a produção do espaço se faz a partir de rupturas, de transformações que contribuem para a materialização de formas e conteúdos necessários aos interesses de cada sociedade em seu processo de produção/reprodução.

Porém, o desenvolvimento das forças produtivas mais avançadas aplicadas à agricultura se refere à formação da sociabilidade capitalista. É nessa sociedade que as

transformações sobre o espaço geográfico irá atingir seu ápice, diante do avanço na técnica. Esse processo compreende a transformação da natureza em uma segunda natureza,²⁰ que assume a condição de social. De tal forma, o campo ampliou o uso da tecnificação gradualmente, à medida que as inovações foram se ampliando. Kautsky (1986) ao analisar a evolução da indústria sobre a produção rural mostra que a penetração de novos instrumentos de forma mais rápida ocorreu à medida que aumentaram as relações entre o campo e a cidade. Sendo que neste processo a indústria capitalista elimina aos poucos a indústria camponesa que produz para seu próprio uso, ocorrendo assim a submissão da população agrícola, bem como da produção ao mercado.

A consequência deste processo na análise do autor é a transformação da existência do camponês pela difusão de uma forma de utilização da propriedade agrícola irracional, ligada às novas técnicas provenientes da revolução capitalista que formou novas condições de exploração da terra, nos moldes de uma agricultura moderna relacionada à indústria. Essa dinâmica nas relações produtivas do espaço agrário se configura de forma incipiente ainda na Idade Média consolidando-se com a formação do capitalismo, cujas metamorfoses se acentuam na direção de uma agricultura moderna, com as condições de realização subordinadas à atividade industrial no curso dos séculos XVIII a XIX, momento de explosão da Revolução Industrial até a sua terceira fase vivenciada na segunda metade do século XX, no qual mudanças importantes se estabeleceram sobre as relações de produção no espaço agrário. Entre estas mudanças situam-se os avanços tecnológicos direcionados a agricultura, constantemente aprimorados, que por sua vez são produtores de diversos desdobramentos no cenário de produção agrícola contemporâneo.

Entende-se que o cenário construído no campo agrário brasileiro na atualidade é resultado das novas demandas ocasionadas no processo produtivo, baseadas no alto desenvolvimento tecnológico formado no âmbito das sucessivas Revoluções Industriais,

²⁰ Esse processo compreende a expansão do capitalismo com o maior controle dos seres humanos sobre a natureza, que passa a ser cada vez mais humanizada, formando uma segunda natureza que se sobrepõe em prejuízo da primeira. Giovani Alves (2007, p.16) argumenta que é na formação social burguesa que “ocorre o recuo significativo das barreiras naturais em virtude do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. A natureza é, cada vez mais, natureza social ou socializada, no sentido de ser constituída, em si e para si, por determinações sociais. Cada vez mais o ser social imprime a sua marca na paisagem natural”.

acrescidas à reestruturação produtiva²¹ dos anos 1970. Assim, a produção do campo, passa a ampliar a lógica produtiva baseada na inserção da técnica que subjugava a agricultura à atividade industrial, processo esse que está associado à modernização das estruturas produtivas no campo.

Desse modo, o atual processo produtivo, transforma o espaço geográfico de forma acelerada, em razão dos avanços no conhecimento científico que foram aplicados à produção e dos processos ocorridos em tempos pretéritos. A nova dinâmica de apropriação da natureza produz inúmeras territorialidades formadas pela necessidade que o sistema de produção possui que é a transformação da natureza em mercadoria. A produção do espaço agrário assim abrange diversos interesses de grupos sociais distintos, de modo que a apropriação da natureza de forma acelerada é resultado daqueles que detém o controle das forças produtivas, ou seja, que produzem o espaço visando à geração de riquezas.

Na concepção de Smith (1984, p. 94) “a produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade em particular: lucro”. Essa perspectiva faz parte da classe burguesa que exerce o domínio dos meios que produzem a natureza. Por outro lado, outra parte dos grupos sociais representantes da classe trabalhadora produz o espaço agrário com o sentido de reprodução social. Assim as transformações realizadas ocorrem para a realização da vida. Neste caso a agricultura é desenvolvida para a garantia da existência social.

Fernandes (2006) assevera que o espaço geográfico é produzido pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Essas inter-relações expressam conflitos entre grupos sociais distintos no campo, que se materializam no controle da propriedade privada, no domínio, nas lutas de permanência na terra. Carlos (2012) argumenta sobre a necessidade de entender a produção do espaço pela tese em que a sociedade no seu processo constitutivo de humanização, produz continuamente um espaço, em um movimento perpétuo, tornando-o imanente à própria existência. De

²¹ Corresponde às transformações na base industrial, como a flexibilização do trabalho. Está ligada a Terceira Revolução Industrial de caráter técnico científico, é também denominada de capitalismo flexível. No Brasil esse processo ocorre nos anos 1970, diante da crise no modelo de desenvolvimento de substituição de importações, o que levou a necessidade de ajustes aos padrões internacionais e assim a necessidade de inserção de novas técnicas a produção.

forma que, a produção do espaço se realiza através da própria necessidade de reprodução do homem na transformação da natureza.

Nesta perspectiva, os fenômenos espaciais que se produzem no espaço agrário com a ampliação das áreas de terras destinadas ao monocultivo do milho em Sergipe estão situados nas dimensões do avanço do capital no campo. A produção desse espaço está condicionada às determinações econômicas inerentes a proposta de desenvolvimento para o campo que é controlado pela reprodução do capital no espaço. Considera-se que o fenômeno espacial do avanço dos monocultivos, produz novas reconfigurações a sociedade e a natureza. A expansão de novas condições de produção altera a dinâmica de produção de um espaço para formação de outros sentidos que correspondem a uma nova correlação de interesses do processo de desenvolvimento das forças produtivas em determinado momento histórico.

Neste sentido o espaço agrário brasileiro desde o processo de formação territorial colonial, tem em seu caráter uma produção direcionada a uma classe específica, a burguesia latifundiária, que se beneficiou de todos os ciclos produtivos a começar pela cana-de-açúcar, algodão, borracha, café. A histórica concentração de terras formada na colonização perdurou no campo, definindo os processos espaciais, as políticas públicas, os projetos agrícolas, as dimensões da propriedade. Essa realidade se reflete nos padrões produtivos, o qual se insere o cultivo do milho hoje, em suas diferentes escalas de produção.

Furtado (2007, p. 143) ao tratar sobre o processo de formação histórica da economia brasileira, mostra que em 1831, a única classe em expressão, com “ascensão definitiva do poder da classe colonial dominante era formada pelos senhores da grande agricultura de exportação”. Essa classe sempre obteve facilidades de créditos e vantagens para a grande plantação de produtos tropicais. Assim, o aumento da produtividade das lavouras sempre esteve na pauta do processo de acumulação no espaço agrário brasileiro. São essas condições de classes que serão mantidas durante todo o período do Brasil colônia, e que irá se reproduzir até na contemporaneidade. Na conjuntura atual a produção do espaço agrário brasileiro, é direcionada a atender os interesses desta elite dominante, que durante séculos, mantém o latifúndio e a estrutura produtiva de uma agricultura para exportação.

Francisco de Oliveira (2008) discute que no Brasil, a opção das classes dominantes foi por formas de divisão do trabalho que preservassem a dominação social, sendo a formação histórica econômica agrária desigual. Assim a tese do autor é que o processo de expansão da economia brasileira é entendida de forma geral como da economia capitalista. Para o autor as classes proprietárias rurais sempre mantiveram a estrutura do poder e os ganhos da expansão do sistema, continuando inalterado mesmo com a mudança do padrão agrário para o industrial nos anos 1930. Ainda que registradas modificações na forma de acumulação, incorrerá um pacto de classes com a burguesia industrial, sendo algo de caráter estrutural em que a elite agrária manterá assim, a hegemonia sobre o controle das relações externas da economia.

Neste panorama, as relações de produção no espaço agrário baseadas no cultivo de gêneros agrícolas correspondem a uma determinação histórica do processo de formação territorial brasileiro. A inserção do modelo agroexportador, associado a uma estrutura agrária dominada pelo poder de classe formado nas sucessivas hierarquias coloniais, marcam as formas de cultivos agrícolas e o monopólio da estrutura da terra concentrada nas mãos desta antiga classe que determina o projeto de acumulação capitalista na produção do espaço agrário.

É esta mesma classe que se territorializa no cenário atual sob os moldes do denominado agronegócio e que exerce a subordinação da renda da terra camponesa. Aliada a grupos monopolistas, buscam espaços lucrativos e espacializam-se no campo, determinando o que produzir, como no caso do cultivo de milho em Sergipe. O que se entende é que as necessidades de mercado, do circuito produtivo, o qual está inserido o agronegócio é que define os produtos agrícolas mais rentáveis a serem produzidos no campo, ou seja, aqueles mais lucrativos para a classe dominante.

Desta forma, no campo sergipano a produção do espaço agrário ocorre na lógica da racionalidade do capital. O cultivo do milho expressa esta realidade, uma produção lucrativa para o capital em seu movimento de reprodução no espaço geográfico, sendo um monocultivo determinado pelo contexto de uma agricultura mundializada.

3. 1 Sob a Égide da Agricultura Mundializada

A formação do capitalismo transformou a esfera mercantil em espaço de constrangimento, estruturado a partir dos imperativos fundamentais do capital: a

acumulação, a exploração da força de trabalho e o aumento da produtividade (PEREIRA, 2006). “O processo de mundialização da economia assumiu as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala mundial, e, criando as empresas mundiais” (OLIVEIRA, 2012, p.2). A produção do espaço pelo capital no cenário da agricultura mundializada passa a ter novas feições. As relações de produção, comércio se produzem no contexto do mercado e os agentes que dominam o processo de circulação do capital. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1995), argumenta sobre o desenvolvimento da agricultura em sua etapa monopolista, cujos traços típicos são a presença de complexos industriais que integram a produção agropecuária, constituindo um processo de industrialização do campo.

No contexto da mundialização da agricultura o autor analisa a transnacionalização da economia, com novas alianças entre as burguesias nacionais e mundiais formando grupos monopolistas que atuam no mercado. Destaca então três processos simultâneos que permitiram esta aliança mundial das burguesias: a necessidade de movimentos mundiais de capitais, produção capitalista mundial e existência de ações de governos em nível mundial. Esses processos determinam a formação do mercado agrícola mundial; o autor ressalta que a mundialização, por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas mundiais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc. Esses grupos fazem da agricultura um grande negócio de mercado lucrativo. Oliveira (2016, p. 123) assevera que a agricultura brasileira na atualidade assume “a tríade: produção de commodities, bolsas de mercadorias e de futuros e a formação das empresas monopolistas mundiais”. Para o autor o processo de territorialização via monopólio nasce, simultaneamente, do controle da produção imediata de circulação.

Assim, a constituição de uma produção agrícola mundial segue a lógica e as práticas imperialistas do capital, na busca de mais-valor. No mercado mundial diversas matérias- primas e produtos de baixo valor agregado são negociados, não sendo raro as vezes em que o produto nem foi produzido mas já se encontra vendido nas bolsas de valores. Entende-se que a agricultura assume expressão como negócio de mercado ao adquirir a forma de commodities. Nesse circuito, as grandes empresas multinacionais movimentam-se pelo mundo na busca pelos melhores espaços para produção de riquezas.

Deste modo, grandes grupos monopolistas formados pelas burguesias internacionalizadas dominam a produção agrícola mundial. Essa dominação se realiza pelo controle sobre a tecnificação que agrega maquinários, sementes, agrotóxicos, fertilizantes. Esses insumos técnicos correspondem à alta produtividade agrícola para atender as demandas do mercado. Formam-se assim grupos econômicos que decidem sobre os instrumentos técnicos a serem comercializados para a agricultura, monopolizando todas as etapas do processo produtivo.

A leitura da expansão da produção de commodities no mercado mundial situa-se nas entrelinhas dos setores monopolistas, pois a produção das monoculturas é subserviente às regras e normas do comércio mundial dos grandes grupos que monopolizam o mercado agrícola. Ainda para Oliveira, as principais commodities produzidas hoje são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras. No Brasil acrescenta-se também, etanol e boi gordo. Assim, na atualidade compreende-se a presença de uma agricultura mundializada, direcionada à produção de commodities, bem como a exportação de alimentos para diversas partes do mundo.

Esse processo faz parte da pauta econômica dos grandes grupos monopolistas que dominam a agricultura mundial em termos de decisões. No Brasil a agricultura voltada para a produção de commodities destinadas ao mercado externo possui forte apoio do Estado que financia via crédito rural concomitante aos interesses da classe burguesa no campo.

3. 2 O papel do Estado

O desenvolvimento da sociedade e a conseqüente ampliação da complexidade das relações sociais conforma a origem de instituições que possam regular os interesses dos grupos sociais. As mudanças e transformações ocorridas ao longo do tempo formaram e extinguiram diversas formas de instituições que organizavam determinados aspectos de cada sociedade. Neste processo, uma das instituições que emergem como uma demanda da organização das sociedades no seu processo de desenvolvimento é o Estado. Sua origem está associada à propriedade privada, sendo uma necessidade de uma classe para assegurar o poder de posse sobre bens e riquezas.

As sucessivas divisões do trabalho ocorridas na família e na agricultura com a especialização dos grupos em atividades específicas contribuíram para a constituição de excedentes econômicos, logo, ao excedente de mercadorias e a formação de riquezas com a individualização da sociedade para manter esses bens. A destituição da constituição gentílica e a formação da família patriarcal criaram as condições para que o Estado aos poucos fosse normatizado como uma instituição que zela pelo direito de todos, ou seja, um árbitro para mediar os conflitos de classe. A invenção do Estado como contextualiza Engels (2018) ocorreu para dar continuidade a nascente divisão da sociedade em classes, mas também para legitimar o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora, com o domínio da primeira sobre a segunda. Ainda para o autor o Estado nascente sancionou a usurpação e a constituição de famílias poderosas, sendo o Estado um produto da sociedade quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento.

É nesse processo de formação, produto das relações sociais que o Estado se constitui aos poucos, atingindo sua forma mais elevada de organização na sociabilidade capitalista. Diversas sociedades tiveram um Estado, como elemento de normatização de regras, Leis, que por certo, contribuía para a manutenção de hierarquias sociais, de acordo com a singularidade de cada grupo presente nas práticas sociais historicamente formadas no movimento das sociedades na produção do espaço. Smith (1984, p. 79) analisa que o Estado surge historicamente como meio de controle político. “É função do Estado administrar a sociedade de classe, conforme os interesses da classe dominante; é o que faz através de suas armas militares, jurídicas, ideológicas e econômicas “.

Deste modo o Estado é representante dos interesses de classe, tendo em seu âmbito diversas funções correspondentes a uma estrutura social formada pelo poder de uma classe. “É o estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (ENGELS, 2018, p. 211). Para o autor assim foi o Estado antigo, dos senhores feudais e o moderno Estado representativo, instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. Por isso, o Estado é um elemento essencial à sociedade capitalista atual, pois é um mediador de conflitos ao mesmo tempo em que formaliza diversas regras para servir a exploração de uma classe, de seu trabalho, em benefício da minoria de

proprietários que detêm o poder da propriedade privada e exercem a dominância sob o poder econômico.

Esta instituição mesmo nos primórdios embrionários de sua formação construiu historicamente as condições de manutenção do poder das classes dominantes que, mediante a posse de riquezas em mãos e no curso do desenvolvimento da divisão social do trabalho, irá produzir o Estado Moderno, o mais organizado de todos os tempos, para afirmar os interesses e perspectivas de uma classe. “A estrutura de classe específica do capitalismo torna a acumulação de capital uma condição necessária para reprodução da vida material” (SMITH, 1984, p.87). Além disso, esse Estado assume uma dimensão que segundo Mészáros (2011, p.121) “é coesiva de seu imperativo estrutural”. Logo proporciona a unidade que necessita o capital para a reprodução no espaço geográfico.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno (MÉSZÁROS, 2011 p. 106).

Esse é o papel do Estado desde seu processo inicial de formação, defender o interesse da propriedade privada e as forças produtivas burguesas. Um Estado que produz as contradições necessárias ao próprio desenvolvimento da sociedade do capital, ao mesmo tempo em que é um mediador do interesse de todos. Para Chauí (2005) o Estado aparece como a realização do interesse geral, representa a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade, uma figura unificadora, uma forma muito especial de dominação: anônima e impessoal, exercida através das leis. Aparece assim como uma forma de poder que não pertence a ninguém, como se fosse uma instituição que representasse a todos de forma igual. Todavia o Estado regula de forma desigual os interesses de cada classe, a burguesia enquanto poder dominante, que na maioria das vezes está à frente do Estado, conduz seus interesses ao realizar as condições, as normas para manutenção da hierarquia social, a exemplo do controle exercido sobre a classe trabalhadora.

Neste contexto, a produção material do espaço, as legislações, a própria dimensão cultural na sociedade capitalista são pensadas e instituídas pelo Estado. Para assim manter as condições o qual requer o capital, em seu movimento expansionista produzir mais-valor via produção do espaço. “A dominação burguesa ocorre simultaneamente em múltiplos níveis, desde a produção de mais-valor até o Estado,

passando pela cultura, pelas formas de estar e de sentir o mundo e pelas modalidades de participação política” (FONTES, 2010, p. 218).

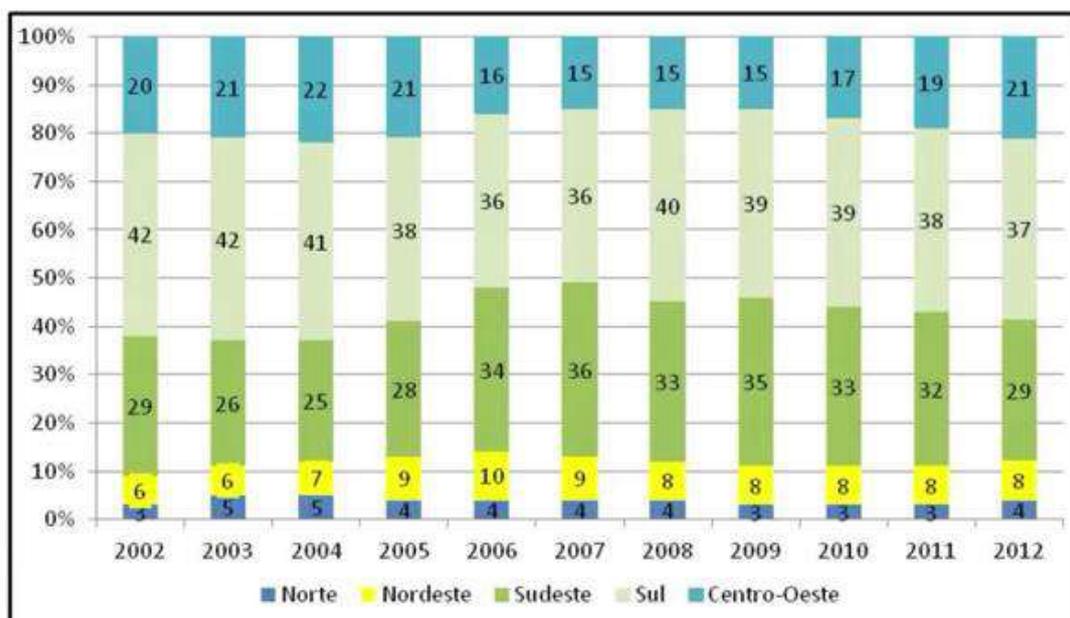
De certo, a agricultura, a indústria, o comércio, os serviços, o trabalho, são esferas controladas e regidas pela normatização do Estado. Este é responsável pelas políticas direcionadas a estes segmentos, as leis que determinam a formação do contexto de produção destes distintos campos, são pensadas mediante o desenvolvimento socioeconômico. Nas palavras de Harvey (2004, p. 80):

A condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classes e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas).

É nessa perspectiva, que podemos pensar o Estado como um instrumento de regulação de conflitos, bem como produtor das estruturas relacionadas ao projeto de desenvolvimento dominante no espaço agrário. Assim, estabelece diálogos com diversos grupos a fim de mediar às relações desiguais. Este possui um papel determinante para a consolidação do modelo produtivo da cadeia do agronegócio no espaço agrário brasileiro; assim como instituiu a propriedade privada da terra, forneceu historicamente medidas para viabilizar a acumulação de capital nas relações de produção no espaço agrário. De forma que é um Estado elitista que tem como ações a modernização da base produtiva agrícola no pós-guerra, a constituição do crédito rural e as políticas públicas que sustentam o agronegócio no cenário atual de produção agrária no Brasil cujo objetivo é a manutenção dos interesses da elite agrária.

Em relação à distribuição do crédito rural pelo Estado brasileiro o panorama de disparidades entre as regiões é gritante. É grande a quantidade de crédito contratado por produtores sobretudo das regiões, Sul, Sudeste e Centro Oeste, por outro lado às regiões Norte e Nordeste possuem menores volumes em termos de distribuição de crédito, como pode ser visto na figura abaixo.

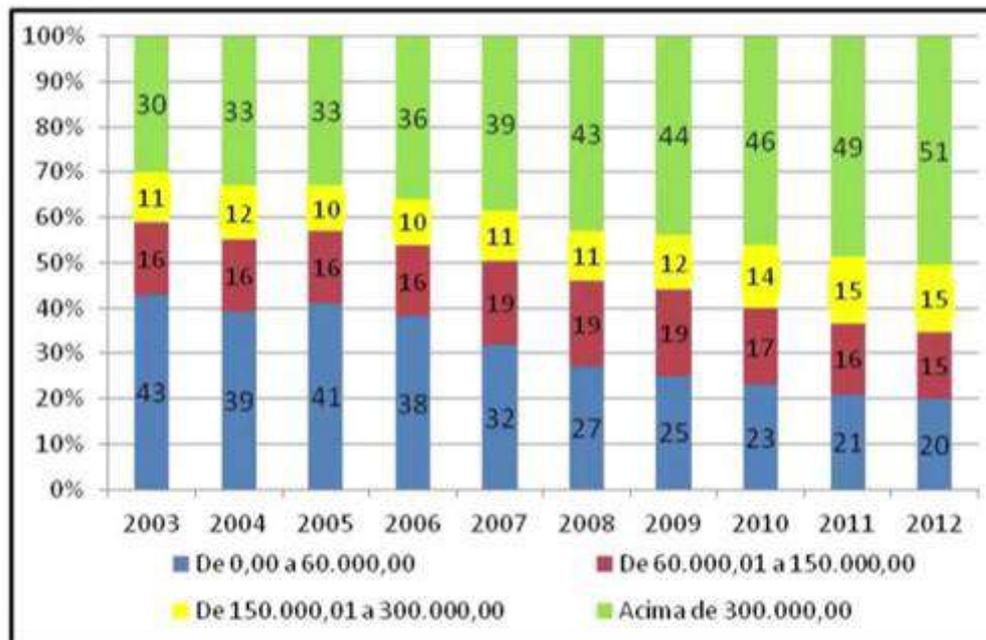
Figura 12 - Distribuição de crédito rural contratado no Brasil por região- 2002 a 2012 (em%)



Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN, 2013).

Entende-se assim, que o Estado é um aporte à expansão do capital no campo, pois financia a construção das infraestruturas necessárias ao avanço do circuito ligado à agricultura patronal vinculada ao agronegócio. Deste modo, através das políticas públicas, contempla os interesses das burguesias latifundiárias na produção do espaço, tendo como dimensão principal a desigualdade no acesso ao financiamento entre regiões e entre grandes proprietários de terras e os camponeses. Na figura abaixo é ilustrada a distribuição de crédito rural por faixa de valor de contratos. Em 2012, 56.472 contratos enquadrados na faixa acima de R\$ de 300 mil (2% do total) obtiveram 51% do valor financiado pelo SNCR. Enquanto os contratos com valores de até R\$ 60 mil, ocuparam somente o valor de 20% do total financiado.

Figura 13 - Distribuição de crédito rural no Brasil por faixa de valor dos contratos- 2003 a 2012 (em%)



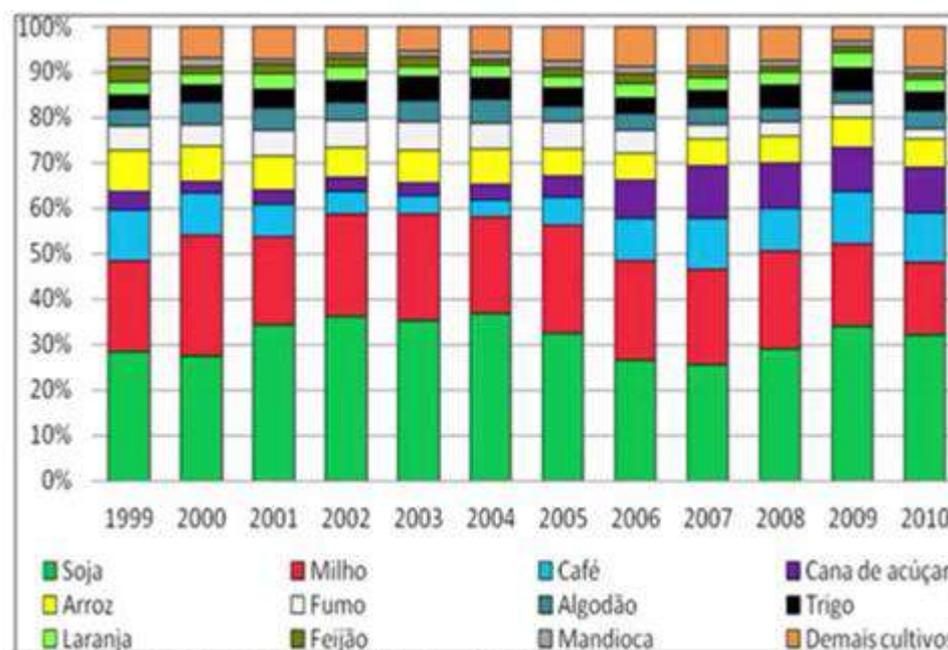
Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN, 2013).

Nota: Por conta do arredondamento, nos anos de 2007, 2011 e 2012 os valores superam a marca de 100%.

Esse panorama de distribuição díspare do crédito rural tendo em vista as faixas de valores legitima o poder de uma diminuta parcela de proprietários que controlam a maior parte dos meios de produção no campo. Os grandes proprietários de terras majoritariamente são aqueles que adquirem contratos acima de R\$ 300 mil, obtendo diversos outros aportes do Estado expandindo suas atividades. É por essa circunstância, que o desenvolvimento do campo é acompanhado pela pobreza da esmagadora maioria de trabalhadores no espaço agrário brasileiro. Os projetos que financiam a produção agrícola de um grande produtor são distintos daquele direcionado a um camponês que possui uma pequena propriedade de terra para produzir. Destaca-se que esta relação se intensifica com a especialização na produção de monoculturas, onde o objetivo é sempre o aumento da produtividade para o conseqüente lucro. No espaço agrário de Sergipe, foi constatada a desigualdade nas relações de créditos viabilizadas pelo Estado. Um grande produtor de milho, (A) informou que para uma área plantada de milho com o equivalente a 1000 tarefas, consegue um financiamento para o cultivo de até R\$ 500.000, um camponês por sua vez, que possui uma área para produzir de 10 tarefas obtém um financiamento de R\$ 7.000.

A distribuição dos valores de crédito também apresentam imensas disparidades em relação a destinação dos recursos por produto agrícola. Nesse quadro, as maiores fatias de crédito são direcionadas em sua grande maioria aos monocultivos que ocupam extensas áreas de terras, produtos de largo interesse de grandes proprietários de terras, como as culturas da soja e do milho, os dois principais grãos produzidos no espaço agrário brasileiro. Dessa forma, são as grandes monoculturas destinadas à exportação que possuem maior respaldo de crédito fornecido pelo Estado; esses dois cultivos referidos representam o poder do agronegócio concentrado nas mãos de poucos proprietários. Nessa conjuntura, por sua vez, os cultivos alimentares produzidos em sua grande maioria em pequenas propriedades camponesas, recebem diminutas parcelas de crédito do Estado, a exemplo dos cultivos de arroz, feijão e mandioca; como é percebido na figura abaixo a discrepância entre a distribuição de créditos no campo para os cultivos em larga escala como as monoculturas e o financiamento da produção de alimentos no campo brasileiro.

Figura 14 - Distribuição dos recursos do SNCR por produto agrícola - 1999 a 2010 (Em %)



Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (BACEN, 2011).

Nota: Dados elaborados por Delgado, Leite e Wesz Jr. (2011).

Por isso, é essa atuação do Estado ao favorecer uma classe específica que legitima a expansão do capital no espaço agrário brasileiro. Diante desse quadro de profunda seletividade concernente a distribuição do crédito rural, a competição no

mercado, as formas de produção entre grandes produtores e pequenos são marcadas pela extrema desigualdade. Por isso o modo como ocorre o financiamento agrícola contribui para a expropriação de milhares de camponeses do campo.

Sublinha-se que esse processo é acentuado com o perdão das dívidas relativas ao financiamento do custeio da produção agrícola na ocorrência da perda de safras. Nesse caso os grandes proprietários de terras responsáveis pela obtenção de altos valores de empréstimos de custeio são os mais beneficiados, isso contribui diretamente para aumentar o capital desse grupo e as disparidades de renda no campo brasileiro. É sob esse aspecto quanto à distribuição desigual do crédito rural que a territorialização do capital amplia-se no campo, assentada na cadeia produtiva vinculada ao agronegócio.

3.3 Territorialização do Capital e Agronegócio

Os estudos a respeito do avanço do capital no campo brasileiro têm revelado múltiplas contradições diante da territorialidade de agentes produtores do espaço que buscam se apropriar de riquezas. Ariovaldo Umbelino de Oliveira analisa essa realidade a partir de dois processos: a territorialização do capital, quando esse se apropria da terra tornando propriedade privada e a monopolização da produção atrelada a definição do que produzir em determinada área.

O autor esclarece que a monopolização do território se dá através das empresas de comercialização ou processamento industrial da produção agropecuária que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2015). Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (OLIVEIRA, 2015). Nesse viés o capital se articula por meio das atividades ligadas ao agronegócio para extrair e se apropriar da renda da terra. Segundo Paulino e Almeida (2010, p. 41) “a renda da terra é sempre o lucro extraordinário obtido acima do lucro médio” consistindo na extração de mais-valia da terra.

Assim, o capital transforma os espaços geográficos continuamente, formando territórios para atender o seu principal objetivo, a sua reprodução. “O capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física de sua própria imagem, e requisito para

suas próprias necessidades em um instante específico de tempo, depois podendo destruir essa paisagem em outro tempo” (HARVEY, 2005, p. 148). Nesse sentido, o capital cria e recria as condições para o seu processo de acumulação; e no espaço agrário esse processo se coaduna na formação de arranjos produtivos através da reorganização da lógica de produção do espaço geográfico.

Nesse movimento, ocorrem metamorfoses no espaço transformado para assumir novas lógicas de produção. Para Santos (2007, p. 42) “quanto mais se expande o capital, ampliam-se as demandas pela obtenção de capital, aumentando a subordinação. A subordinação do agricultor – do seu trabalho e da sua renda”. Essas condições impostas pelo avanço do capital ocasionam a expropriação do campesinato seja da terra ou do trabalho. A modificação das relações de produção é um processo necessário à circulação do capital no espaço agrário.

Por isso, ao longo de seu processo de expansão no campo movimenta-se sobre diversas formas de territorialização. De acordo com Thomaz Júnior (2004, p. 10) “o movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do metabolismo do capital e sua expressão nos lugares”. Nessa perspectiva, o espaço agrário passa por um processo de transformação que representa os novos territórios construídos pelo agronegócio no campo. Saquet (2011, p. 22) argumenta que:

Territorialização, significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados.

Para tanto, o capital monopoliza o território de forma perversa, mediante a subordinação da produção camponesa a sua esfera de produção de mais-valor. Assim, ao determinar as formas de produção, extrai a renda da terra dos sujeitos, o que ocasiona a perda da autonomia camponesa no processo de produção.

Neste processo ocorre o estabelecimento de novas relações sociais com mudanças nas formas de produção. Oliveira (2008) analisa que a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, com implicações diretas na valorização, produção e reprodução. Desta forma, a expansão do capital ao territorializar-se no campo, está relacionada à formação de condições desiguais, como o controle das forças produtivas nas mãos de poucos

proprietários de terra e a circulação da produção destinada a setores específicos. Por isto, “o sistema produtivo, a tecnologia, as adaptações espaciais se orientarão para a reprodução dos grupos dominantes com base na acumulação de capital, subordinando a classe trabalhadora a uma determinada forma de produzir” (BERNARDES, 2000, p. 246).

Esse movimento torna-se necessário ao capital quando se articula sobre determinado território, promovendo a formação de arranjos produtivos que atendam à lógica de obtenção de lucros. (...) “O sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação* essa é a determinação mais profunda do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.100). O autor considera que o capital para poder funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, a sociedade deve se sujeitar em todas as suas funções produtivas e distributivas. Assim, na produção do espaço agrário, esta assertiva se revela no projeto de desenvolvimento proposto pelos grupos que dominam a produção no campo brasileiro, o agronegócio. Este compreende um conjunto de elementos que se revestem a partir do antigo latifúndio como uma propriedade modelo, que assume a denominação de ‘empresa agropecuária’. A territorialização desta forma de desenvolvimento no cenário brasileiro nos últimos anos tem ocasionado a ampliação da expansão sobre os recursos naturais.

Segundo Delgado (2012), é no final da década de 1990, que vai ocorrer a estruturação das condições econômicas e políticas para constituir uma nova estratégia de acumulação na agricultura, cuja pauta é a exportação através da economia vigente do agronegócio. De acordo com o referido autor, (2012, p.89) “o agronegócio é um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado”. Para ele, o agronegócio na acepção brasileira é uma associação do grande capital agroindustrial com a propriedade fundiária.

Em sua análise sobre o agronegócio, Campos (2011, p. 109) chama a atenção que o agronegócio se refere “à articulação de capitais propulsora de grandes transformações no processo produtivo agrícola e, por conseguinte, nas relações sociais e na organização socioespacial”. Segundo a autora o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolidam no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais em aliança com o latifúndio e o Estado. Assim, o agronegócio é articulado pela união de capitais direcionados a obter ganhos sobre a produção agropecuária.

Ramos Filho (2013, p. 84) argumenta que “o agronegócio é o modelo de desenvolvimento que produz um território marcado pela concentração, padronização e artificialização da natureza, voltado para a atividade agrícola (altamente mecanizada) informatizado e globalizado”. O autor ainda enfatiza que o agronegócio constitui-se no conjunto de empresas capitalistas que relaciona os diferentes processos de produção, beneficiamento, industrialização, distribuição e comercialização dos produtos e subprodutos advindos da agropecuária, extrativismo e pesca, com a produção composta no geral por monoculturas voltadas à exportação.

Santos (2012) considera o agronegócio como uma nova/velha forma de exploração envolvendo a agropecuária e a estrutura produtiva, maculando a sociedade e contribuindo de forma irreparável para o movimento de exclusão de uma massa humana sem acesso aos meios de sobrevivência. Esse projeto de desenvolvimento se organiza no campo através da exclusão social, tendo como base a ampliação da concentração de terras no Brasil. As condições ligadas à estratégia do agronegócio na agricultura brasileira são simultaneamente matriz da moderna questão agrária (DELGADO, 2005).

Concorda-se com o autor, pois a produção agrícola orientada pelo agronegócio aprofunda a estrutura agrária concentrada; diante da necessidade de grandes extensões de terra para a prática das monoculturas, que servem de aporte aos empresários donos dos meios produtivos. Segundo Camacho (2010, p. 184) “a produção agrícola para o capitalismo e, conseqüentemente, para o agronegócio não passa de mais uma mercadoria, onde o alimento também se torna mercadoria, cuja produção depende do retorno financeiro que esse “negócio dará”. Por isto, há uma constante tendência à transformação de grande parte dos produtos advindos do agronegócio.

Ao mesmo tempo em que os grandes monocultivos estão na pauta do agronegócio, com a especialização produtiva em determinados segmentos, ocorre o aprofundamento do processo de mercantilização da produção agrícola alimentado pela abertura de mercados, uma das diretrizes do neoliberalismo. “A proposta neoliberal apresenta na realidade a mercantilização, a transformação de todos os bens em mercadorias, com preço no mercado, onde tudo se vende, tudo se compra” (SADER, 2009, p.147).

Assim, o agronegócio se territorializa no campo brasileiro, na busca por extração de riquezas, com a transformação da produção para o mercado. “A lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde

quer que esteja no mundo” (OLIVEIRA, 2016, p.123). Diante disso, o que é considerado neste movimento de transformação dos cultivos agrícolas em mercadoria, são as possibilidades de retorno financeiro pelos grupos econômicos que controlam a produção agrícola mundial.

É nesse cenário que ocorre a expansão do cultivo de grãos no Brasil, cuja logística de produção é baseada na capacidade de produtividade. Em Sergipe a monocultura do milho se expande por diversos municípios produzindo diversos rebatimentos a relação sociedade/ natureza.

IV- O MONOCULTIVO DO MILHO NO ESPAÇO AGRÁRIO DE SERGIPE

O milho é o cereal mais produzido em todo mundo com uma produção de mais de 1 bilhão de toneladas, podendo servir a diversas finalidades como consumo humano, animal, uso em indústrias e geração de energia. É originário do México, presente na base de consumo dos povos americanos como as civilizações Maias, Incas e Astecas. Esse cereal se espalhou pelo mundo com a chegada dos colonizadores europeus, sendo na atualidade produzido em diversos países. São conhecidas 150 espécies diferentes de milho, tendo esse cereal considerável valor energético para o organismo, considerado rico em vitaminas, proteínas, gorduras, amido e carboidratos. Em relação à demanda no Brasil o milho em sua grande maioria é destinado ao consumo animal, sendo que o consumo humano ocupa um percentual de 2% apenas, além de que ao ser processado industrialmente gera uma variedade de produtos, podendo também ser utilizado na indústria farmacêutica, química e de biocombustíveis (ABIMILHO, 2019).

Entre os países que se destacam na produção mundial de milho se encontram os Estados Unidos como o maior produtor, seguidos pela China, Brasil, União Europeia e Argentina. O Brasil no ranking de produção mundial assume o terceiro lugar, com grandes áreas de terras ocupadas pelo cultivo de milho nos últimos anos. Essa expansão da produção de grãos no país é viabilizada pelas políticas públicas que garantem subsídios à expansão do agronegócio e assim o grande crescimento da produção de grãos. O milho é cultivado em todas as regiões do Brasil com produção em diferentes épocas e de acordo com as condições climáticas. O cultivo de verão, é denominado de primeira safra, o semeio se concentra na primavera/verão e predomina na maioria das regiões produtoras, com exceção das regiões Norte e Nordeste, em que, pela época de maior concentração de chuvas serem a partir do mês de janeiro, o período de semeadura é denominado segunda safra. O cultivo do milho semeado na região Centro-Sul do Brasil, realizado após a colheita da soja, com semeio concentrado no verão/outono, é denominado de safrinha (CONTINI, et al. 2019).

Os estados que mais produzem milho no Brasil é o Mato Grosso, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. A ampliação da produção de milho no decorrer do século XXI, tem suscitado o aumento descontrolado das áreas de terras para monocultivos, aliados a

graves impactos ambientais pelo uso intensivo de tecnologias, produzindo desequilíbrios ecológicos e sociais. Da safra de 2000/01 para a de 2017/18, a produção mundial de milho passou de 591 milhões de toneladas para 1,076 bilhão de toneladas (representando um aumento de 82%), por causa principalmente, do uso como ração animal para a produção de frangos e suínos (CONTINI et al., 2019). Nesse quadro, a maior parte da demanda de milho vem do setor de rações para animais e geração de energia, nas palavras do autor são várias as cadeias ligadas à agricultura e pecuária que dependem do milho nas suas diferentes formas de exploração. Seja na forma de silagem (em que a planta inteira é utilizada como fonte de nutrição animal), grão e, mais recentemente, na produção de etanol.

Dessa forma, o milho se torna uma commodity de relevância, sobretudo para o investimento de capitais que busca lucros rápidos sobre essa produção agrícola. São as grandes corporações internacionais, que fornecem tecnologias para a produção de milho, ocasionando a demanda de mais terras diante das supersafras possibilitadas pela intensificação da mecanização. Assim, as vendas de sementes e insumos para essa produção fez com que os cultivos transgênicos (como ressaltado anteriormente) saltassem de 6% do total disponíveis na safra 2008/09 para 65% do total do cultivo de milho na safra 2017/18. Esse fenômeno torna o milho um grande negócio para o capital, pois nos últimos anos a ampla demanda elevou os preços deste cereal no mercado mundial. O crescimento da produção de milho no Brasil entre a safra de 2010/11 a 2016/17 foi de 70,43% tendo a safra saltado de 57.407 mil toneladas para 97.842,8, como observado na evolução da produção de milho na tabela 2 abaixo a partir dos dados fornecidos pela Conab.

Tabela 2 - Produção de milho no Brasil entre 2010/11 a 2017/18 por 1000 (t)

Ano	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Produção de milho	57.407	72.980	81.506	80.052	84.672	66.531	97.842,8	85.003,5

Fonte: Conab, 2019. Elaboração própria.

Com isso, é notável a expansão do cultivo do milho pelo território brasileiro nos últimos anos, sobretudo pelas demandas provenientes da criação de animais que precisa de grande volume de ração para a alimentação. É o crescimento da exportação de carnes

do Brasil para o mercado externo que reflete na elevada demanda por milho em grão e forrageiro, ocorrendo um aumento considerável desse cultivo para servir ao consumo animal. Na tabela 3 abaixo, é observado à cadeia produtiva em termos dos principais setores que demandam o consumo da produção de milho brasileira, segundo os dados fornecidos pela Abimilho (Associação Brasileira das Indústrias de Milho). Sendo que o consumo animal exigiu em 2018/19 um total de 49,703 milhões de toneladas seguido pelas exportações com 34,000 milhões de toneladas.

Tabela 3 - Demanda de milho no Brasil entre 2014/15 a 2018/19 em milhões de toneladas

Demanda de milho	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Consumo animal	49,454	48,067	49,720	48,214	49,703
Aves de corte	24,578	24,086	24,617	23,755	24,230
Aves de postura	4,074	3,992	4,377	4,224	4,309
Suinocultura	13,247	12,584	13,141	12,747	13,384
Bovinocultura	4,158	4,075	4,189	4,126	4,250
Outros animais	3,397	3,329	3,396	3,362	3,530
Consumo industrial	6,589	6,523	7,023	8,189	8,760
Consumo humano	1,863	1,845	1,882	1,901	1,948
Outros usos	4,227	3,584	3,876	3,914	3,954
Perdas	1,743	1,582	2,000	1,650	2,077
Sementes	403	443	420	451	460
Exportação	28,924	21,873	29,261	23,566	34,000
Demanda total	93,203	83,917	94,181	87,872	100,112

Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Milho (2019). Organização própria.

Por isso, é nessa conjuntura que nos últimos anos o cultivo do milho tem apresentado crescimento na região Nordeste, tendo uma ampla expansão mediante os subsídios do governo federal para esse setor. No Nordeste, a cultura do milho é realizada mediante a presença de sistemas de produção variados que incluem desde o cultivo do milho com a utilização de pouco uso de implementos agrícolas, normalmente praticado em pequenas propriedades, até o cultivo do milho com intensivo uso de tecnologias formando áreas com a presença de agricultura de alto grau de precisão.

Logo, nos últimos anos evidencia-se a intensificação do processo de modernização agrícola no campo nordestino por meio da proliferação de novas tecnologias empreendidas sobretudo pela Embrapa²² que desenvolve estudos e produz o melhoramento genético na produção de milho; a realidade produtiva da cadeia do milho tem assumido importância, se consolidando como uma agricultura de mercado em muitos estados da região. Entre as tecnologias implementadas sobre a cultura do milho segundo a Embrapa, destacam-se:

1. Utilização de cultivares de alto potencial genético²³ (híbridos simples e triplos) e de cultivares não transgênicas e transgênicas com resistência a lagartas e ao uso do herbicida glifosato.
2. Espaçamento reduzido associado à maior densidade de plantio, permitindo melhor controle de plantas daninhas, controle de erosão, melhor aproveitamento de água, luz e nutrientes, além de permitir uma otimização das máquinas plantadoras.
3. Melhoria na qualidade das sementes associada ao tratamento dos grãos, especialmente o tratamento industrial, máquinas e equipamentos de melhor qualidade, que garante boa plantabilidade boa distribuição das plantas emergidas, garantindo assim maior índice de sobrevivência do plantio à colheita.
4. Uso intensivo do Manejo Integrado de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas (MIP).
5. Correção do solo baseando-se em dados de análise e levando em consideração o sistema, e não a cultura individualmente.

São as pesquisas voltadas para o desenvolvimento dessas novas tecnologias que lançam no mercado um grande fluxo de insumos técnicos sobre a produção de milho como a presença das sementes transgênicas e híbridas, que se territorializam sobre esse cultivo no Nordeste. A aquisição das modernas técnicas oferecidas pelo mercado se consolida pelo aporte financeiro disponibilizado pelo Estado. Assim, o crédito rural é

²² Empresa pública de pesquisa agropecuária, criada em 26 de abril de 1973, sendo vinculada ao Ministério da Agricultura promovendo o desenvolvimento de inovações tecnológicas direcionadas à produção do campo brasileiro.

²³ Disponível em: <https://www.spo.cnptia.embrapa.br/>

um instrumento primordial para a produção de milho na região, diante do número de contratos aprovados para o custeio da produção agrícola. Um dos principais projetos de financiamento destinado ao campo pelo governo federal é o Pronaf²⁴ (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa viabiliza a compra de insumos para a produção de milho pelos pequenos agricultores sobremodo o pacote tecnológico fornecido pelas grandes corporações que controlam a produção agrícola.

Os incentivos desse projeto contribuem para a expansão de monoculturas como o milho. No estado de Sergipe o avanço do cultivo do milho sobre as pequenas propriedades tem o forte respaldo dessa política pública, que subsidia empréstimos para esse cultivo, com o discurso de promover o desenvolvimento e a melhoria nas condições de vida dos agricultores. Nas palavras de Cunha (2015), essa política de crédito não assegura nenhuma estabilidade ao produtor. Pelo contrário, torna esse produtor vítima de um ciclo vicioso de endividamento, provocado pelas estratégias dos bancos em aumentar sua capacidade de retorno, ou seja, a expansão ampliada e crescente dos lucros. Desse modo, o endividamento de produtores no campo é um fenômeno cada vez mais constante, diante da elevada procura por empréstimos, produzindo assim endividamentos tendo em vista que o mercado de um monocultivo como o milho apresenta grande vulnerabilidade, pois a agricultura é influenciada, também, por fatores climáticos.

Em Sergipe nas duas últimas décadas, a monocultura do milho vem ganhando cada vez mais espaço e se tornando a cultura com a maior área de produção plantada. A expansão do agronegócio no campo sergipano sobre as atividades agropecuárias tem ocasionado desdobramentos significativos à produção do espaço agrário. O avanço da modernização de base técnica sobre a produção de alimentos e matérias-primas redefine as relações produtivas que, por sua vez, passam a ser direcionadas pelos determinantes do mercado. Alexandrina Luz Conceição (2011, p. 2) em estudos sobre o panorama da expansão do agronegócio no campo sergipano situa que no período de 1970-1995, foram verificadas mudanças significativas no uso da terra com a expansão da atividade agropecuária e ocupação da fronteira agrícola. A autora aponta que o Estado brasileiro possui um papel importante na atração de investimentos privados para o agronegócio. Assevera que “o modelo do agronegócio tem contribuído para a baixa

²⁴ Trata-se de um projeto criado pelo governo federal em 1995, com uma linha de crédito rural direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar sendo financiadas atividades e serviços agropecuários e não agropecuários. Ver, Vinte anos do Pronaf, 1995- 2015 de Valter Bianchini.

qualidade da alimentação, principalmente pela expansão da monocultura com uso cada vez maior de agrotóxicos e recentemente na produção de alimentos transgênicos”.

Deste modo, nos últimos anos Sergipe tem recebido diversos investimentos que consolidam a territorialização da cadeia produtiva ligada ao agronegócio. A expansão de monocultivos, a exemplo do milho, coloca esse estado como um dos maiores produtores de grãos e forragem deste cereal no Nordeste. Ratifica-se que a espacialização do agronegócio é viabilizada pelo Estado ao promover as políticas públicas direcionadas à expansão da cadeia produtiva do milho, cana-de-açúcar, laranja e também da pecuária. A nova lógica de produção, se insere nos liames do desenvolvimento rural, que assume o discurso da pobreza para implementar ações pautadas de acordo com as potencialidades de cada território. Nesse movimento, as políticas de desenvolvimento rural sobre a ‘agricultura’ estabelecem as condições para a territorialização do capital via projeto de acumulação do agronegócio, que por sua vez, transforma a dinâmica de produção do espaço agrário, para subordinar a produção camponesa, determinando os cultivos a serem produzidos e, por conseguinte, monopolizar a renda da terra.

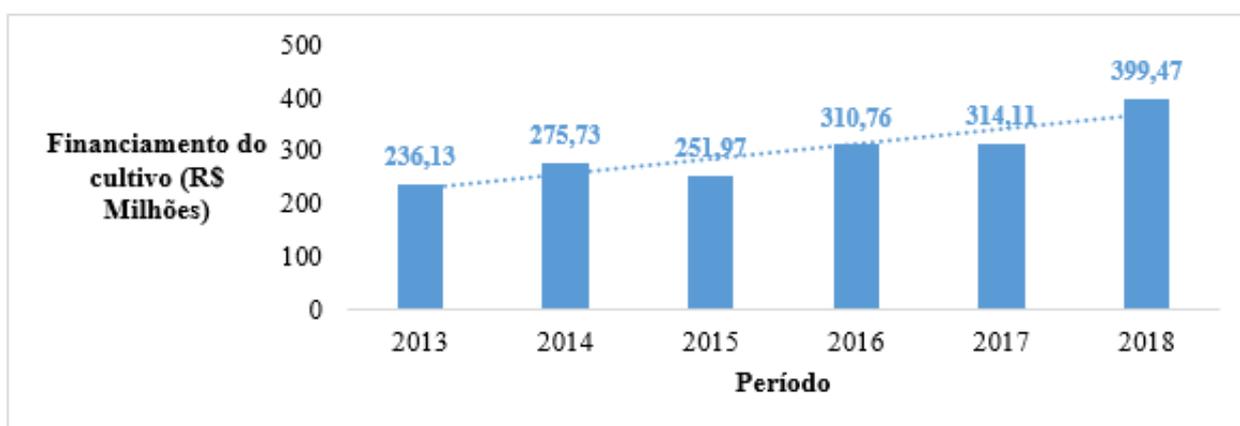
Alguns estudos já fazem apontamentos a respeito da expansão do cultivo do milho em Sergipe, situando a territorialização de elementos que correspondem ao panorama da complexa cadeia produtiva envolvida nessa produção. Cunha (2015) ao analisar o agronegócio do milho transgênico no Oeste de Sergipe, apresenta este cultivo enquanto uma cultura especializada e tecnificada. Desse modo, destaca o papel do capital monopolista sobre o território, o que resulta em novas configurações espaciais mediante a expansão da produção de transgênicos com diversos impactos nas relações camponesas de produção. Oliveira (2014) destaca as transformações relacionadas à dinâmica agrícola da produção de milho no município de Pinhão e suas contradições. Nesse sentido, a autora faz um panorama das mudanças na produção do espaço, com apontamentos importantes, a exemplo da diminuição da mão de obra no campo diante da mecanização agrícola, além da apropriação do espaço pela commodity do milho em substituição a produção alimentar, a expropriação do campesinato por essas relações de produção e os impactos ambientais.

Prata (2013), por sua vez, situa os fatores responsáveis pela rápida elevação da produção de milho em Sergipe, ao discutir sob a ótica econômica, o crescimento desta produção com destaque para o papel da modernização na análise das variáveis que implicam no crescimento da produção de milho. Entende esse processo como resultante

da elevação da produtividade, do preço e o aumento da demanda por esse produto. Neste contexto é possível situar diversos aspectos relacionados à cultura do milho em Sergipe que se desenvolve com maior intensidade nos últimos anos. Diante disso, estes estudos sobre a produção do milho no estado, são de grande relevância na compreensão de elementos e aspectos relacionados à territorialização do capital neste espaço agrário.

Para tanto, é o crédito rural concedido pelo governo federal, como ocorre em outras unidades da federação, que tem fomentado a produção do agronegócio em diversos municípios sergipanos. Nos últimos anos os financiamentos para a prática de uma agricultura pautada na estrutura intrínseca ao projeto do agronegócio tiveram grande crescimento, principalmente aqueles destinados aos monocultivos. Foi grande o respaldo financeiro sob a forma de crédito designado para a cultura do milho no Nordeste, como importante segmento do agronegócio, segundo os dados do Bacen, (Banco Central do Brasil) tabulados pela Conab em levantamento sobre a produção de grãos no período de 2013 a 2018. Como podemos observar, o gráfico 4 demonstra o aumento dos financiamentos para o custeio da produção de milho no Nordeste com base nas instituições financeiras oficiais patrocinadoras do Sistema de Operações de Crédito Rural e Proagro (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária). De modo que, entre 2017 e 2018, de Janeiro a Maio, ocorreu um aumento expressivo de crédito para o cultivo do milho no Nordeste representando um percentual de 27, 17%, o que proporciona um crescimento com maior velocidade deste monocultivo na região.

Gráfico 4 - Financiamento do cultivo do Milho no Nordeste de Janeiro a Maio de 2013-2018



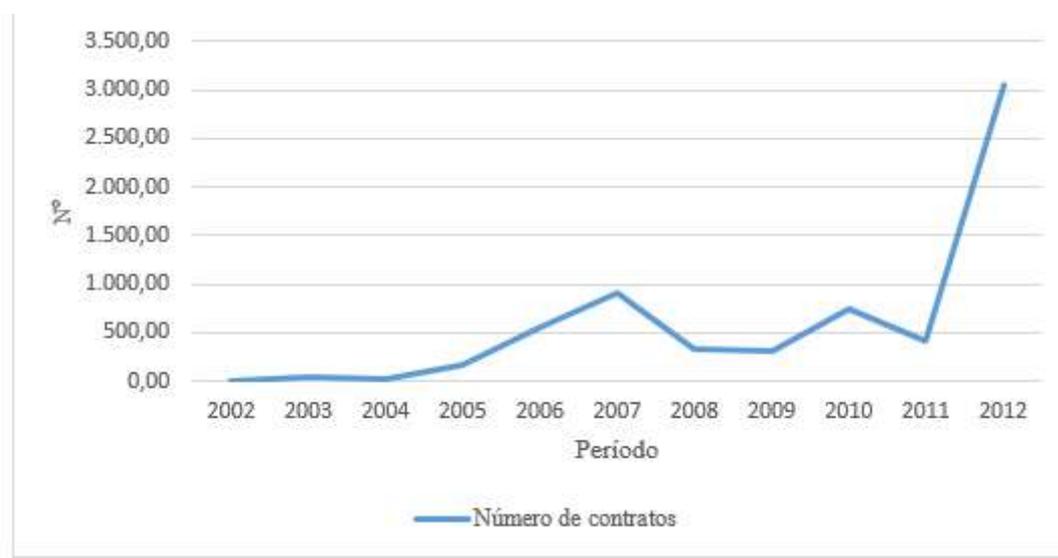
Fonte: CONAB, com base nos dados do BACEN. Adaptado.

Nessa perspectiva, a difusão de ações do Estado na agricultura, tem beneficiado grandes corporações multinacionais que comercializam sementes transgênicas,

maquinários, adubos e agrotóxicos. Esses grupos se territorializam no campo, aliado às condições de expansão dos monocultivos como o milho, que se expande significativamente no estado de Sergipe, elevando a posição no cenário nacional e regional com uma expressiva produção.

Assim, para além dos incentivos da União nos últimos anos, o governo do estado tem colocado em pauta o desenvolvimento de projetos que impulsionam determinados cultivos. As políticas públicas para mecanização e distribuição de sementes, tem representado uma considerável inserção técnica nos cultivos agrícolas de grandes, médias e pequenas propriedades. Deste modo há uma significativa ampliação da mecanização das atividades agrícolas em Sergipe, concomitante a expansão de monocultivos. Nos últimos anos o número de contratos para o custeio da compra de máquinas e equipamentos pelo PRONAF, tem apresentado visível crescimento, assim o financiamento de maquinários assume relevância para a expansão desse cultivo. No gráfico abaixo é apresentado o número de contratos para investimentos agrícolas na compra de máquinas e equipamentos em Sergipe pelo Pronaf no período de 2002 a 2012.

Gráfico 5 - Número de contratos para investimentos agrícolas, em máquinas e equipamentos pelo (PRONAF) em Sergipe



Fonte: Bacen, 2019. Anuário estatístico do crédito rural 2002 a 2012. Elaboração própria.

A elevação do número de contratos direcionados a compra de maquinários tem ocasionado o aumento do quantitativo de tratores nas atividades agrícolas. Na tabela 4, nota-se esse crescimento a partir do histórico de dados fornecido pelo IBGE entre o

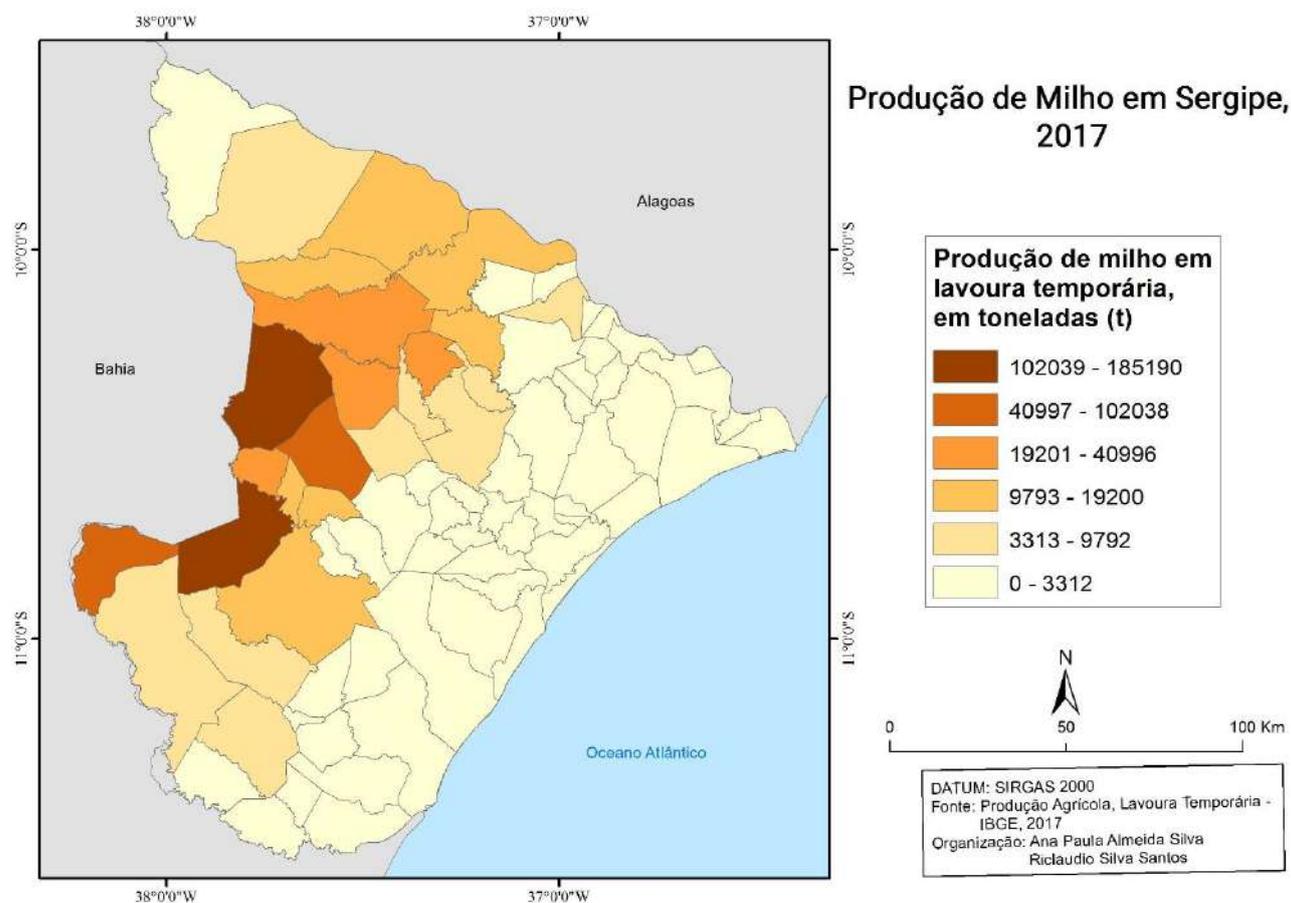
período de 1970 a 2017. Chama-se atenção os dados referentes ao crescimento do número de tratores entre os dois últimos censos. Em 2006 tinha-se a presença de 2.989 unidades de tratores aumentando em 2017 para 4.839 unidades, portanto em termos percentuais houve um crescimento de 61, 89%. Esse aumento decorre do acesso ao crédito, destinado a compra de tratores para ampliação da produtividade nas áreas de cultivo agrícola como o milho.

Tabela 4 - Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários em Sergipe entre 1970 a 2017

Ano	Número de Tratores por unidade (Sergipe)
1970	420
1975	1.056
1980	1.934
1985	2.054
1995	2.984
2006	2.989
2017	4.839

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários. Elaboração própria 2018.

Assim, o projeto de modernização do campo sergipano, é respaldado pela política pública efetivada pelo Estado em escala federal e estadual. Neste sentido, as diversas iniciativas que consolidam a expansão do monocultivo do milho incluem a distribuição de sementes a famílias camponesas para plantação de milho em territórios como do Alto Sertão Sergipano, corroborando a expansão deste cultivo que tem atingido marcas históricas de produtividade no estado. A exploração da cultura de milho vem contribuindo para uma produção recorde nos últimos anos, chegando a 793,7 mil toneladas em 2017, em uma área colhida de 170,2 mil hectares e produtividade média de 4.663 kg/ha (EMDAGRO, 2017). A safra bateu o recorde de 2014, quando a produção de milho em grão atingiu 762, 4 mil toneladas. Essa produção se concentra sobretudo em alguns municípios sergipanos localizados no Oeste do estado, Agreste Central como também sobre alguns municípios do Sertão e Centro Sul do estado. A expansão do monocultivo do milho em Sergipe é destacada no mapa seguinte.

Mapa 2 - Produção de Milho em Sergipe, 2017

Nesse contexto o crescimento da cadeia produtiva do agronegócio do milho fomentado pelo Estado, se efetiva pelos programas de financiamentos direcionados a modernização dos cultivos, aliado a investimentos em infraestruturas. São projetos voltados para assistência técnica no campo, distribuição de sementes e horas de uso de maquinários que possibilitam o avanço do agronegócio do milho em uma proporção cada vez mais acentuada. No quadro 1 situa-se alguns dos programas inseridos no âmbito das políticas públicas efetivadas pelo estado e os recursos financeiros destinados a cada projeto. Estes programas fazem parte do projeto de modernização para o campo de Sergipe, sendo elaborados em parceria com instituições multilaterais como bancos, além de institutos de pesquisa.

Quadro 1 - Resumo dos recursos financeiros por programa em Sergipe- 2017

Indicadores	Recursos (R\$)
1- Chamada Pública de ATER	1.300.487,00
2- Programa Agricultura Familiar	124.880,00

3- Programa Águas de Sergipe ²⁵	9.330.000,00
4-Programa de Distribuição de Sementes	2.218.997,00
5- Programa de Distribuição de Silagem de Milho	3.844.790,00
6- Programa de Regularização Fundiária	1.183.023,00
7- Projeto Dom Távora ²⁶	9.301.433,00
8- Programa Garantia Safra ²⁷	186.150,00
9- Programa Mão-Amiga Cana-de-Açúcar	3.051.400,00
10-Programa Mão-Amiga Citricultura	1.687.580,00
11- Programa Mecanização agrícola	1.600.000,00
12- Projeto Dom Helder ²⁸	495.000,00
TOTAL	34.323.740,00

Fonte: Emdagro, 2017. Adaptada pelo autor.

Juntamente a esses programas são viabilizados empréstimos, condições de inserção técnica a produção agrícola e pecuária com setores específicos a serem direcionados. No caso, o discurso do desenvolvimento socioeconômico e de redução da pobreza conduzem muitos projetos sobre os camponeses que passam a cultivar aquilo que o mercado determina. Por isso que o monocultivo do milho se desenvolve com grande intensidade, inclusive sobre as pequenas propriedades, sendo os camponeses envolvidos em um projeto que garante lucros a grandes grupos que monopolizam a produção. Assim é notório que há um crescimento econômico, entretanto em sua essência é permeada por contradições inerentes à dinâmica do capital na busca de extração de lucros.

Nessa perspectiva, o Pronaf é a política de crédito rural que mais tem alavancado a produção de milho em Sergipe assumindo centralidade na territorialização do capital e monopolização da produção no campo. É o custeio da produção agrícola que permite aos produtores a compra do pacote tecnológico que possibilita as supersafras no estado. Nessa conjuntura, desde 2002 o financiamento para o custeio da produção de milho via programa do governo federal, tem ensejado a espacialização desse cultivo. No gráfico 6

²⁵ Acordo firmado entre Governo do Estado/Banco Mundial/SEMARH. A EMDAGRO é responsável pela execução de parte das ações.

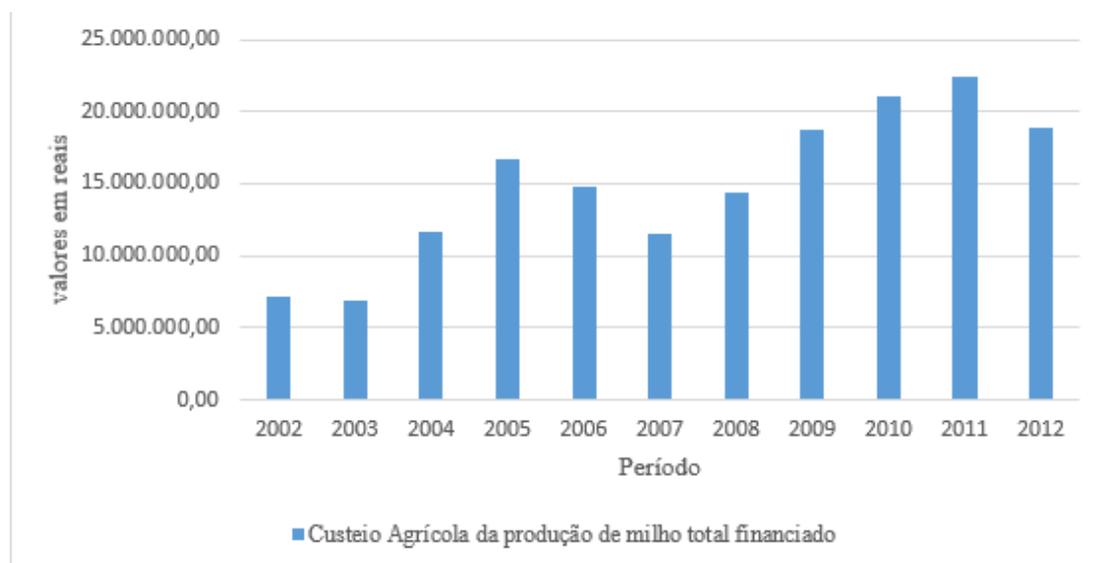
²⁶ Acordo firmado entre o Governo do Estado/Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA/SEAGRI, com participação da EMDAGRO na execução

²⁷ Programa em parceria entre MDA/Governo do Estado/Prefeituras, executado pela EMDAGRO.

²⁸ Termo de Parceria firmado entre ANATER/Governo do Estado/SEAGRI/EMDAGRO, executado pela EMDAGRO. Recursos liberados em novembro 2017. (EMDAGRO, 2017).

nota-se o crescimento do valor financiado para o custeio da produção de milho entre 2002 a 2012 em Sergipe.

Gráfico 6 - Custeio Agrícola da produção de milho em Sergipe total financiado, Pronaf



Fonte: Bacen, 2019. Anuário Estatístico de Crédito Rural. Organização Própria.

Tendo em vista essa configuração a expansão do cultivo do milho, fragiliza a produção de outras culturas alimentares como a produção de feijão. À medida que o Estado desenvolve mecanismos para engendrar o crescimento da produção de milho, os demais cultivos passam a receber pouco, ou nenhum subsídio. Essa realidade é observada no cultivo do feijão, apresentando tendência à diminuição dos contratos de custeio dessa produção em Sergipe desde 2002 em relação ao milho como observado no quadro abaixo.

Quadro 2 - Número de contratos para custeio agrícola das produções de milho e feijão em Sergipe pelo Pronaf de 2002 a 2012

Nº de contratos para Custeio Agrícola	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Milho	6.375	4.564	6.174	7.039	6.416	4.900	4.904	4.405	4.094	3.647	2.511
Feijão	4.622	5.049	3.431	2.697	1.867	1.342	310	348	286	251	165

Fonte: Bacen, 2019. Elaboração própria.

Ainda no que se refere aos incentivos para o cultivo do milho, em 2019 o governador do estado Belivaldo Chagas assinou um decreto beneficiando os produtores de milho, buscando tornar a produção mais competitiva frente a outros estados estabelecendo em 2% o ICMS (Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços), sobre a venda de milho nas operações internas e interestaduais. Essa medida favorece a expansão do respectivo cultivo, pois proporciona um subsídio aos produtores quanto aos preços do produto no mercado, atuando assim como uma possibilidade de alargamento das áreas cultivadas.

Nesse cenário o monocultivo do milho engendra diversas dinâmicas a produção do espaço agrário sergipano, sobretudo nos aspectos referentes às relações sociais e ambientais, diante das metamorfoses inerentes a esse cultivo.

4.1 Dinâmicas da Territorialização do cultivo do Milho em Sergipe

A monocultura do milho no estado de Sergipe tem produzido receitas significativas no que concerne a respectiva cadeia produtiva. A proliferação desse cultivo das grandes as pequenas propriedades é uma constante, agudizando uma série de contradições e questionamentos quanto a esse monocultivo. O aumento da quantidade produzida e da área plantada da produção de milho no decorrer do século XXI, tem significado o processo de escassez de terras para esse cultivo e o exaurimento da capacidade produtiva pelo intenso uso de substâncias químicas. Os dados abaixo fornecidos pelo IBGE apresentam a quantidade de milho em grão produzida e a área plantada de milho em Sergipe no período de 2009 a 2018 nas tabelas 5 e 6 respectivamente.

Tabela 5 - Milho em grão, quantidade produzida entre 2009 a 2018 em Sergipe

Ano	Milho em Grão quantidade produzida em toneladas (t)
2009	703.294
2010	1.055.166
2011	480.476
2012	290.575

2013	700.902
2014	762.472
2015	495.729
2016	140.962
2017	843.762
2018	106.814

Fonte: IBGE, produção agrícola, Lavoura Temporária. 2019. Organização própria.

Ressalta-se que a redução na quantidade produzida de milho em grão especialmente nas safras de 2012, 2016 e 2018 se relacionam a diminuição das chuvas nas áreas de produção, esse fator incide diretamente nas oscilações presentes na quantidade produzida ao longo dos últimos anos, como observado na tabela acima. O fenômeno de estiagens mais frequentes ocasiona em muitos casos a perda quase total da safra, reforçando o quadro de endividamento de muitos produtores que utilizam o financiamento para custeio da lavoura.

Tabela 6 - Milho em grão Área Plantada em (ha) em Sergipe entre 2009 a 2018

Ano	Milho em grão Área Plantada em hectares (ha)
2009	172.941
2010	204.826
2011	173.922
2012	153.933
2013	161.154
2014	178.409
2015	175.135
2016	172.285
2017	169.462
2018	145.126

Fonte: IBGE, Produção Agrícola- Lavoura temporária, 2019. Organização Própria.

Nesse contexto, são os grandes e médios produtores aqueles mais beneficiados com a monocultura do milho, já que possuem maior respaldo do Estado para investirem

nesse cultivo. Assim, é por deterem a posse de grandes áreas de terras e os meios de produção que conseguem ter elevados lucros com a cultura do milho. Por outro lado, milhares de produtores camponeses são incorporados ao mercado com escassos recursos, o que corrobora ao processo de endividamento de diversas famílias no campo, bem como a expropriação diante da dificuldade de permanecer em suas terras.

A produção do milho demarca uma cadeia complexa iniciada no processo de cultivo até a comercialização e destinação da produção. Assim, as disparidades entre grandes e pequenos produtores são aumentadas, sobretudo pelas diferenças de poder aquisitivo desses sujeitos sociais. Em trabalho de campo foi registrado a dificuldade de inserção no mercado dos pequenos produtores; os mesmos falam das dificuldades encontradas no cultivo do milho principalmente para pagar os custos da produção que são elevados. Essa dinâmica inclui empréstimos bancários, contratação de maquinários, compra dos insumos agrícolas como sementes, venenos e adubos que são extremamente custosos deixando na maioria das vezes muitos produtores endividados, pois a produção final, às vezes, não cobre os gastos investidos. Desse modo, o universo amostral dessa pesquisa contou com a aplicação de 36 entrevistas semiestruturadas a produtores de milho distribuídos entre pequenos, médios e grandes produtores.

Logo, uma grande parte dos produtores de milho entrevistados em trabalho de campo dependem dos recursos financeiros adquiridos via empréstimos bancários pelo Pronaf, obtidos majoritariamente na agência do Banco do Nordeste²⁹. São esses recursos que permitem o investimento na compra do pacote de implementos necessários para a produção do cultivo do milho. Quando questionados em relação ao processo de endividamento, a maioria dos produtores relataram dificuldades para executar o pagamento da dívida com o banco. De forma que, em diversos casos é necessária a venda de algum bem para conseguir saldar o montante adquirido via empréstimo.

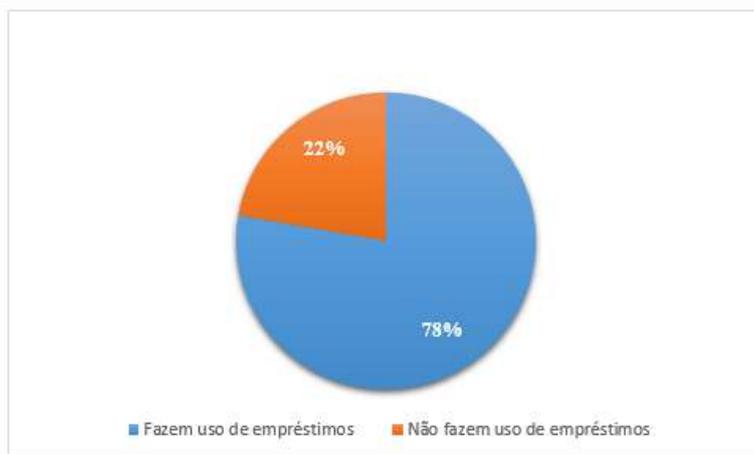
A rotina de endividamento mediante os empréstimos realizados para o cultivo do milho não é algo raro, esse processo atinge milhares de produtores de milho, sobretudo aqueles que detêm poucas posses. Em campo foi constatado que em torno de 86% dos produtores de milho já tiveram dificuldades para saldar os financiamentos de custeio da produção. O camponês A. A. de 41 anos, opta por custear a produção do monocultivo do milho por conta própria pois, de acordo com ele que já obteve empréstimos bancários os juros cobrados no financiamento são elevados, “nesse caso você tem que

²⁹ É o principal agente financeiro do Pronaf na região Nordeste, com um saldo de R\$ 9,2 bilhões de reais.

trabalhar só pra pagar o banco, prefiro trabalhar para mim mesmo” (Pesquisa de campo, Carira em jun./2019). Outro aspecto relevante citado pelos produtores é a irregularidade na quantidade de chuvas que chega a caracterizar seca, repercutindo em prejuízos.

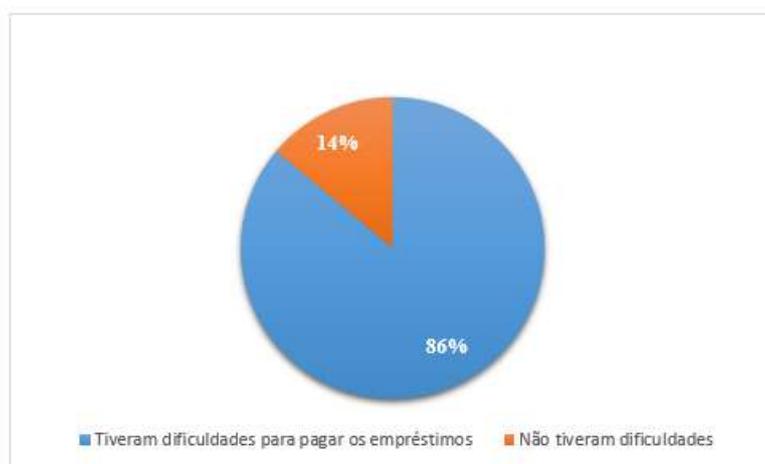
Para os produtores, é comum se realizar um investimento que no final do processo produtivo não cobre os gastos; nesse caso o produtor precisa retirar do próprio bolso para custear a dívida. Entende-se que as instabilidades climáticas e de mercado relacionadas ao cultivo do milho, é um dos principais processos de endividamento dos produtores. Nos gráficos abaixo 7 e 8 são considerados a porcentagem de produtores que adquiriram empréstimos para o monocultivo do milho, bem como os que tiveram dificuldades para pagar os financiamentos.

Gráfico 7 - Produtores que fazem uso de crédito para o Monocultivo do milho (em %)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Elaboração própria.

Gráfico 8 - Produtores que tiveram dificuldade no pagamento de empréstimos de custeio da produção de Milho (em %)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Elaboração própria.

Ainda sobre o fenômeno do endividamento de produtores no cultivo de milho, ressalta-se que muitas vezes, o empréstimo bancário para o custeio da produção demora a ser liberado pelo banco, envolvendo uma série de burocracias. Desse modo, ao ser liberado o recurso de crédito após o início do plantio do milho, pode desencadear uma produção baixa, já que o período chuvoso é restrito a poucos meses. Outra forma de endividamento contraída pelos agricultores é a partir de empréstimos que visam a compra de tratores. Assim, muitos produtores acabam colocando suas terras como forma de pagamento das dívidas contraídas, que por sua vez, se prolongam em múltiplas parcelas. Esse ciclo faz com que os produtores fiquem reféns do banco, encontrando uma série de dificuldades para saldar a dívida contraída.

Desse modo, é notável que a produção de milho é um processo vinculado ao mercado sofrendo assim as vulnerabilidades inerentes a esse. Outra dinâmica associada ao cultivo do milho em Sergipe se coaduna a questão da comercialização dominada por grupos específicos que monopolizam esse mercado. Em trabalho de campo, foi visto a dominância da figura dos atravessadores no comércio do milho. Essa relação funciona desde o processo da colheita, onde esses sujeitos já buscam comprar a produção daqueles produtores que não possuem estruturas para armazenamento, como no caso dos pequenos produtores de milho.

Assim, o pequeno produtor, no próprio processo de comercialização da produção já possui perdas, diante do fato do atravessador comprar a produção por preços baixos e armazenar para ter elevados lucros com a revenda. Esses atravessadores normalmente são grupos de comerciantes, fazendeiros que atuam no campo, sobremodo exercendo o controle do comércio. Destarte, possuem estruturas de armazenamento da produção que viabilizam o estoque de grandes quantidades de milho. Uma das formas baratas encontradas por esse público é o uso de silos Bag, onde se pode armazenar a produção de milho até o produto ganhar preço no mercado.

Figura 15 - Armazenamento de milho em silo Bag no município de Nossa Senhora Aparecida, SE



Foto: SILVA, Ana Paula Almeida, Trabalho de Campo, 2020.

O milho produzido em Sergipe possui dois destinos principais, o consumo interno e a exportação para outros estados do Nordeste a exemplo de Pernambuco, direcionado sobretudo ao setor avícola. O milho consumido internamente tem como destino indústrias de beneficiamento como a Maratá e a produção de silagem para a manutenção da pecuária leiteira. Por isso o monocultivo do milho é um projeto que assume as múltiplas escalas do processo mundial de circulação de capital, sendo que a demanda desse produto depende diretamente dos estoques de grãos produzidos a nível mundial. Na região Nordeste a expansão do referido cultivo atende a circuitos econômicos específicos como o complexo agroindustrial³⁰ de aves em Pernambuco, que necessita de elevada produção de milho em grão.

Por isso, a elevação do crescimento da produção de milho nos últimos anos nesta região, decorre de uma necessidade de mercado, que gera uma demanda por esse cultivo, como o caso do forte desenvolvimento da atividade avícola. Na figura 16 é destacado o processo de carregamento das carretas que transportam o milho para outros estados. Sendo que o escoamento da produção, na maioria das vezes, já ocorre diretamente da propriedade do produtor no momento da colheita como expresso na figura seguinte.

³⁰ Se refere a articulação entre a produção agrícola com a industrial. Segundo Graziano da Silva (1998), os complexos agroindustriais foram construídos através de arranjos organizativos entre interesses, privados, agrários e industriais tendo sua formação na década de 1970.

Figura 16 - Transporte da produção de milho no município de Carira, SE



Foto: SILVA, Ana Paula Almeida, Pesquisa de campo, 2019.

Em Sergipe, a elevação da produção é resultado, também, do processo de modernização de base técnica e investimentos em infraestruturas que atingem todo o estado, no curso do século XXI. Destaca-se que a modernização da produção se realiza de forma heterogênea e desigual, porém se espacializa pelo campo resultando em desdobramentos significativos nas relações de produção e trabalho. O capital ao avançar pelo campo sergipano mostra sua força, sobretudo com o intensivo processo de mecanização das atividades agrícolas que permite a formação de supersafras de milho no estado. A territorialização de lojas de comercialização de insumos químicos nas áreas produtoras de milho e em centros urbanos próximos é um processo constante, a venda de maquinários, sementes e adubos geram altas receitas aos comerciantes de implementos agrícolas, com registros de expansão de suas atividades em diversos municípios.

Em trabalho de campo foi constatado que a venda de insumos ocorre através de representantes comerciais, consultores que vão diretamente às áreas rurais oferecerem os seus produtos. Os produtores de milho informaram que a aquisição do pacote tecnológico do milho provém de pontos de comércio em cidades com uma maior concentração de lojas de comercialização a exemplo de Itabaiana, Simão Dias e Carira. Além disso, também existem representantes comerciais de outros estados que comercializam sementes e adubos, vindos do Oeste baiano, área de grande produção de grãos. Segundo as palavras do representante comercial R.G.S de 34 anos:

O mercado hoje de venda de insumos está cada vez mais concorrido, assim é necessário ter boas estratégias para a venda de nossos produtos, alguns meses antes do período de plantio da produção de milho já entramos em contato com os nossos clientes seja por ligação ou indo diretamente nas propriedades. (Pesquisa de campo, realizada em Itabaiana dez./2019).

Esses fatores consolidam a complexidade cada vez mais ampla da cadeia produtiva do milho em Sergipe que se torna um grande nicho de mercado para a atuação do capital. Nesse movimento intenso de territorialização do capital via instalações de comércios voltados à cadeia produtiva do agronegócio no campo se fortalece as atividades de mecanização. Esse processo crescente de venda de maquinários e demais implementos para a agricultura contribuiu para elevar a produção de milho de um consumo familiar a uma produção vinculada ao mercado.

Desse modo, a mecanização do monocultivo do milho no estado encontra-se subordinada à indústria que monopoliza a venda dos insumos direcionados a essa produção. O metamorfoseamento da produção de milho destinada ao mercado teve seu início na primeira década do século XXI, permanecendo em ascensão nos últimos anos. Essa transformação acelerada no campo causada pelo impacto da utilização de tecnologias demarca a presença do desemprego em atividades agrícolas como a produção de milho. De acordo com Graziano da Silva (1998, p. 60) “o desenvolvimento capitalista é por si só mesmo contraditório: cria e destrói: gera riqueza de um lado e miséria do outro.” Segundo o relato do camponês T. S. A de 37 anos “hoje em dia se tem poucos empregos no campo, porque está tudo mecanizado, a produção do milho por aqui é realizada quase sem pessoas, normalmente só tem o trabalho do tratorista” (Pesquisa de campo, realizada em Carira jun./2019).

Figura 17 - Colheitadeira maquinário utilizado na produção de milho, em Nossa Senhora da Glória



Foto: SILVA, Ana Paula Almeida, trabalho de campo, 2019.

Dessa forma, os poucos postos de trabalho circunscritos à produção do milho, compreendem a fase do plantio e da colheita, que se realizam de forma aligeirada pela elevada presença de maquinários. Infere-se que os financiamentos da compra de tratores expandiu o uso da tecnificação das atividades agrícolas; esse tipo de implemento antes era monopolizado por uma diminuta parcela de fazendeiros, hoje esse panorama se encontra presente também entre médios proprietários e até pequenos.

Nessa conjuntura, a formação de trabalho assalariado com a presença de reduzidas oportunidades de trabalho, é um desdobramento do modelo de desenvolvimento proposto para o campo no cenário atual de produção agrícola brasileira. O resultado é um crescimento na mobilidade dos trabalhadores, principalmente jovens e adultos que não tem acesso a terra, e quando possuem as atividades desenvolvidas na propriedade já não permitem trabalho suficiente para a reprodução social. Dentro desse cenário estes sujeitos normalmente buscam empregos em outros estados, em trabalhos da construção civil temporariamente, além disso, muitas famílias, por terem suas propriedades pequenas, necessitam de outras fontes de renda para reprodução social, dessa maneira os adultos vivem na constante busca de empregos só retornando no período de plantação das lavouras.

Com isso, o processo de mobilidade de camponeses do campo para as cidades tem se acentuado sobremodo, com a tecnificação das atividades agrícolas, constituindo assim, milhares de subempregados, espécie de ‘refugiados’ porque chegam expropriados de suas condições de trabalho, de vida, pelo processo de acumulação do capital no campo. Destarte, esses camponeses passam a ser presas fáceis do trabalho profundamente precarizado nos centros urbanos.

Outrossim, o cultivo do milho tem elevado o preço da terra, sobremodo nas áreas de maior produção. Acrescenta-se nesse processo, o exaurimento dos solos em uma velocidade acentuada ocasionada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Assim a alta procura por terras para o plantio do milho, demarca um movimento de especulação do preço diante da presença de arrendatários que buscam adquirir terras para a produção deste cultivo. Assim, nos municípios que predomina o cultivo do milho de forma intensa, muitos camponeses têm sido expropriados do campo, tendo logo suas terras compradas pela alta dos preços provocada pela expansão do milho.

Normalmente, as terras são compradas por proprietários que dispõem de capital e incorporam as propriedades menores, aumentando o quadro de concentração de terras, pois o monocultivo do milho é dependente de extensas áreas sobremodo em locais com a presença de terras mais produtivas que não sofrem severamente com as intempéries climáticas. Desse modo, os valores da terra no Agreste de Sergipe tem se elevado constantemente impulsionados pela valorização do cultivo do milho. Esse movimento também ocorre nos municípios do Sertão a exemplo de Nossa Senhora da Glória, que tem apresentado uma dinâmica de aumento do preço da terra nos últimos anos. No quadro abaixo se observa os preços médios de vendas de terras agrícolas para lavouras entre os anos de 2015 a 2019 a partir de um levantamento realizado pela Emdagro nos municípios sergipanos. Destaca-se apenas alguns municípios, cuja predominância das áreas de lavouras são ocupadas pelo milho.

Quadro 3 - Preços médios de vendas de terras agrícolas para lavouras entre 2015 a 2019 em municípios que predomina o monocultivo do milho em Sergipe

Venda de terra agrícola para lavouras	R\$ ha.	2015	2016	2017	2018	2019
Carira	R\$ há	14.850,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00
Frei Paulo	R\$ há	15.000	18.000	20.000	25.000	15.000
Nossa S. Aparecida	R\$ há	13.200	13.200	13.500	16.500	16.500
Nossa Senhora da Glória	R\$ há	4.351,00	4.290,00	5.605,00	4.900,00	5.100,00
Pinhão	R\$ há	15.000,00	18.000,00	20.000,00	21.000,00	20.000,00
Simão Dias	R\$ há	12.500,00	16.500,00	18.000,00	18.000,00

Fonte: Emdagro, 2019. Adaptado.

Assim, percebe-se uma valorização do preço da terra destinada a lavouras nos municípios apresentados acima. Esse crescimento do preço da terra nas áreas que predominam a lavoura do milho associa-se a demanda constante de novos espaços para o cultivo dessa produção. Sublinha-se que o preço médio das terras para lavouras em Sergipe, tem apresentado crescimento ou redução também em outros municípios, cujas terras agrícolas são ocupadas com outros tipos de produção, todavia esse aumento do preço da terra ocorre de forma mais moderada como observado no quadro abaixo os preços médios de terras agrícolas em alguns municípios que o monocultivo do milho não possui expressão.

Quadro 4 - Preços médios de vendas de terras agrícolas para lavouras entre 2015 a 2019 em alguns municípios de Sergipe

Venda de terra agrícola para lavouras	R\$ ha.	2016	2017	2018	2019
Canindé do São Francisco	1.550	1.500	1.500	1.500	1.300

Carmópolis	15.000	15.000	9.000	9.000	9.000
Cumbe	5.870	5.970	5.940	5.940	6.270
Japaratuba	10.000	10.000	7.000	7.500	7.500
Santana do S. Francisco	2.900	2.900	3.325	3.500	3.500

Fonte: Emdagro, 2019. Adaptado.

4.2 O Discurso de desenvolvimento econômico, locomotiva para expansão do milho sobre o Semiárido de Sergipe

Diante desse panorama, o monocultivo do milho em Sergipe se amplia enraizado no discurso de desenvolvimento econômico impulsionado por diversos segmentos vinculados ao capital. Neste percurso, o capital se materializa no campo mercantilizando todas as relações de produção. Ao submeter o cultivo do milho aos seus imperativos, exerce o controle do processo de produção deste cereal, mediante a relação imperialista associada à produção da natureza e a sua lógica de circulação. O desenvolvimento proposto pelas forças hegemônicas se constitui em acumulação do capital e neste deslocamento sobre o espaço agrário de Sergipe, constrói territórios específicos a esse processo.

Neste cenário o discurso do desenvolvimento econômico argumentado pelo Estado ganha força, sobretudo no que concernem as atividades agrícolas com expressão no mercado. Bresser Pereira (2006) conceitua o desenvolvimento econômico como um fenômeno histórico, processo próprio do capitalismo e da formação dos estados nacionais, tendo dois fatores determinantes a taxa de acumulação do capital e o progresso técnico. Ainda segundo o autor o Estado é um instrumento de excelência coletiva para promover o desenvolvimento, este fenômeno seria resultado do surgimento de duas instituições o Estado e os Mercados.

São os estados-nação e seus governos que serão os condutores do processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da propriedade e dos contratos, a proteção da indústria nacional, e os mais variados sistemas de estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal que permitirá o aumento da produtividade em toda a economia (BRESSER PEREIRA, 2006, p.4).

Isto posto, o Estado conduz a produção das estruturas institucionais que objetivam o desenvolvimento a exemplo das políticas públicas. Ianni (1996) analisa que o desenvolvimento econômico capitalista é um processo de acumulação privada do capital. Na prática este só se realiza quando uma parte do excedente econômico produzido por trabalhadores é investida produtivamente, além de que as forças produtivas também se desenvolvem necessariamente pela ação governamental.

Destarte, a materialidade que representa o processo de desenvolvimento só se realiza via desigualdade. Lisboa (2007, p. 24) considera que o desenvolvimento longe de ser uma questão de promoção de bem estar-social, apresenta um caráter ilusório, cumprindo uma importante função ideológica ao legitimar as relações de produção capitalistas e suas contradições. Observa que “o desenvolvimento se realiza produzindo contradições e que as diferenças entre as nações, os setores e regiões devem assumir as desigualdades econômicas e sociais como decorrência das relações de dominação estabelecidas historicamente”. Desse modo, o desenvolvimento está voltado para o favorecimento das relações de produção capitalista, sustentado em um aparato ideológico que viabiliza a produção do espaço destinada ao interesse hegemônico do capital, a acumulação.

Gómez (2002) ao criticar o conceito de desenvolvimento considera este como um corpo ideológico do capital, sendo que a evolução do conceito coincide com as necessidades de superação da crise do capital, tornando-se uma estratégia de reprodução. Assim na fase mais recente o desenvolvimento está voltado ao âmbito territorial local, com a mercantilização de todas as relações socioterritoriais. Ao se voltar para o território, o desenvolvimento busca ampliar as possibilidades de exploração se tornando um alicerce para o controle dos recursos e conseqüentemente a apropriação de riquezas. No caso do cultivo do milho em Sergipe a retórica do desenvolvimento acompanha as relações de produção intrínsecas a esse cultivo. De tal modo que, o avanço do capital por meio do monocultivo do milho no Sertão é respaldado na ideologia do progresso, de um semiárido produtivo.

Assim, os agentes produtores do espaço que fomentam o corpo ideológico do desenvolvimento sobre esse território, fundamentam o discurso na rentabilidade da produção do milho, nas variedades de sementes transgênicas próprias para a cultura do milho, tendo em vista a resistência das adversidades climáticas. É mediante esse

discurso que o território do Sertão é apropriado e subordinado ao capital, em um movimento agressivo de extração de riquezas.

O trajeto exercido pelo monocultivo do milho entrelaçado ao desenvolvimento sobre as terras do Semiárido sergipano tem sua dinâmica produtiva associada à agropecuária. Silva (2014), analisa, que além da pecuária do leite e da ovinocaprinocultura, o agronegócio do milho tem avançado, sobretudo no município de Nossa Senhora da Glória. O território do Sertão no contexto do estado de Sergipe apresenta grande concentração de assentamentos de reforma agrária, frutos da histórica luta pela terra. Nesse sentido:

O Sertão de Sergipe é reconhecidamente a área do estado onde tem se dado o maior número de conflitos sociais relacionados à luta pela terra. Estes, são suscitados principalmente, pela elevada concentração fundiária e pela política modernizadora da agricultura brasileira, que tem sido imposta pelo Estado nos últimos trinta anos (SANTOS, 2008, p. 102).

Segundo estudos do INCRA (2006), existe uma expressiva participação de movimentos sociais, junto uma área reformada significativa, com reconhecida importância assumida pelos assentados, acampados, pequenos proprietários e posseiros na economia local. Além disso, mais de 50% da população desse território mora em áreas rurais, dinâmica socioespacial que contou e conta com as lutas pela desconcentração fundiária efetuada pelos sujeitos sociais.

Em termos, de características físicas a vegetação predominante é a caatinga, situa-se no polígono das secas, cujo regime pluviométrico é marcado pela irregularidade das chuvas. No que se refere, ao processo de ocupação desse território, nas análises de Rocha (2004) o deslocamento da pecuária para o oeste sergipano no século XVII ocorreu diante da invasão dos holandeses e a carta régia de 1701, proibindo a criação de gado até 10 léguas do litoral, o que favoreceu o crescimento das vilas e a ocupação do Sertão. Deste modo, o Sertão teve sua formação territorial vinculada a expansão da pecuária.

Em relação à dinâmica econômica até a década de 1960, ocorria a predominância da policultura, com o cultivo do algodão, milho, feijão, além da pecuária. Estas atividades eram destinadas ao auto consumo e à comercialização em mercados locais. A estrutura fundiária predominante era o latifúndio; as pequenas roças de camponeses se desenvolviam em torno das grandes propriedades, sendo que as famílias constituíam força de trabalho para os latifundiários. Nesse percurso, a inserção

de políticas públicas sobre a atividade agropecuária terá como um dos fundamentos, a ampliação da utilização da técnica nos cultivos agrícolas.

A inserção tecnológica nestas atividades irá modificar as formas de produção, aumentando a produtividade e a importância econômica do Sertão. É a difusão da mecanização com maior intensidade na primeira década do século XXI, associada aos incentivos do Estado, que irão promover uma reconfiguração à produção agrícola, que inserida na cadeia produtiva do agronegócio, especializa-se na produção de leite e no cultivo do milho sobre o território de alguns municípios.

Deste modo, as transformações impulsionadas pelo Estado no âmbito do espaço agrário do Sertão corroboram aos objetivos do projeto de desenvolvimento do agronegócio, que se expande pelo campo sergipano junto os cultivos agrícolas mais lucrativos, onde a busca de riquezas, sobre a produção agrícola irá assumir centralidade no contexto de crise do capital. Em relação ao Território do Alto Sertão, estudos apontam o avanço do capital nesse espaço, intermediado pelas políticas públicas do Estado. Silva (2014) traz importantes contribuições sobre a lógica de mercado no processo de mundialização do capital, tendo no sistema de créditos um suporte para viabilizar a expansão do capital no campo fomentando o desenvolvimento de toda cadeia produtiva voltada para o agronegócio. O autor faz uma análise das formas e estratégias do capital financeiro para a obtenção do lucro, por meio da subordinação da unidade de produção camponesa nesse Território. “Face o processo de modernização da agricultura em decorrência da financeirização da economia, o agronegócio consolida-se no Brasil por meio de políticas de Estado que tem como objetivo a subordinação das terras e das águas ao mercado” (SILVA, 2014, p. 55).

Assim o agronegócio do milho se amplia pelas terras do semiárido como no caso do município de Nossa Senhora da Glória. Os dados do IBGE sobre o referido município apresentam um elevado crescimento da presença de tratores, colheitadeiras, adubadeiras nos estabelecimentos agropecuários. O número de tratores existentes no município em 2006 contabilizava 67 unidades, em 2017 este número salta para 190 unidades representando um aumento de 183, 58%. Sobre a construção de infraestruturas, em 2011 foi inaugurada a rodovia Mário Jorge Motta Melo, que faz ligação entre os municípios de Nossa Senhora da Glória e Carira, este último um dos maiores produtores de milho em Sergipe. O objetivo do projeto rodoviário foi impulsionar as atividades comerciais entre os dois municípios, fornecendo assim um

novo corredor de circulação interna no semiárido e no agreste auxiliando diretamente no escoamento da produção de milho e leite.

Figura 18 - Rodovia Mário Jorge Motta Melo, município de Nossa Senhora da Glória, SE



Fonte: SILVA, Ana Paula Almeida, Trabalho de Campo, 2019.

Certamente são estas condições que proporcionam o avanço do cultivo do milho no semiárido de Sergipe. A construção de infraestruturas permite uma ampliação significativa da ação dos grupos que lucram elevadas receitas com essa produção. Na figura abaixo é vista uma propaganda com a exposição de tipos de sementes híbridas para o cultivo do milho no semiárido, sinalizando a presença do capital nesse espaço.

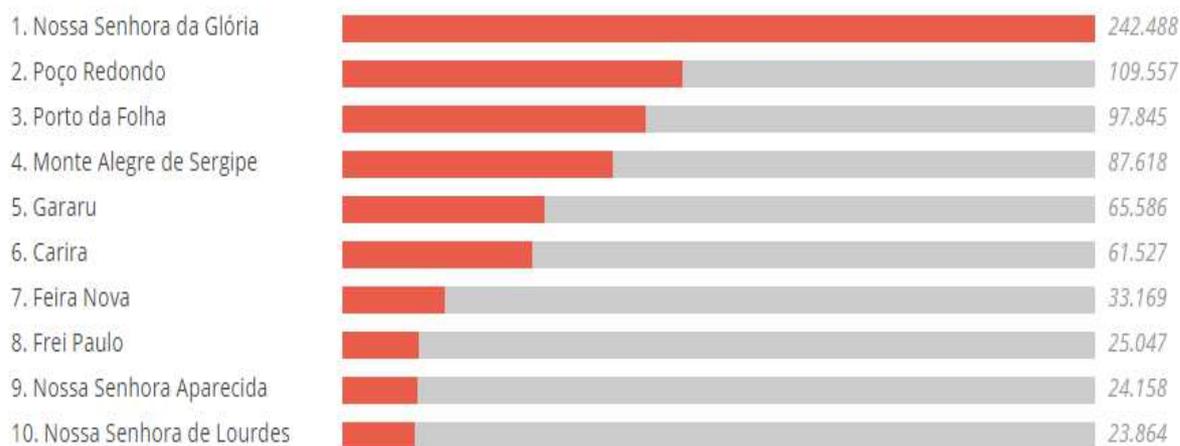
Figura 19 - Outdoor apresentando sementes híbridas no município de Nossa Senhora da Glória, SE



Fonte: SILVA, Ana Paula Almeida, Pesquisa de Campo 2019.

A progressão do cultivo de milho em grão em Nossa Senhora da Glória tem apresentado uma trajetória ascendente. Em 2004 a produção no município segundo dados do IBGE, atingia 4.800 toneladas, em 2017, por sua vez a produção de milho em grão nesse município salta para 40.996 toneladas. Ao mesmo tempo, esse monocultivo no município, possui uma dinâmica específica assim como no Sertão, que é a Silagem, ração para alimentação dos bovinos no período da estiagem. Essa ração é feita a partir de toda a forragem do milho, assim a maior parte da produção de milho no município é destinada a essa finalidade, impactando na redução da produção em grãos. O que mantém a bacia leiteira durante o período da estiagem é a utilização das silagens para alimentação dos rebanhos. Essa realidade produtiva se reflete nos dados fornecidos pelo IBGE, no censo agropecuário de 2017, a produção de milho forrageiro em Glória, atingiu 242.488 toneladas em uma área colhida de 8. 895, 152 hectares, sendo o município com maior produção de milho forrageiro em Sergipe como nota-se na figura abaixo.

Figura 20 - Maiores produtores de Milho forrageiro em Sergipe, por quantidade produzida em toneladas



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Com isso, há uma ampliação das lavouras destinadas ao cultivo do milho no Sertão para produção de forragem como analisado na figura acima; a predominância dos municípios que produzem milho forrageiro em Sergipe, se concentra no Território do Alto Sertão. Essa configuração do aumento da área destinada ao cultivo do milho repercute na diminuição das terras direcionadas ao cultivo de alimentos presentes no consumo das famílias camponesas, como feijão, abóbora, quiabo. Deste modo, a especialização em um cultivo, impacta na diminuição da área plantada e na produção de uma maior diversidade de alimentos. Certamente, essa realidade contribui para que as famílias passem a consumir uma maior quantidade de produtos industrializados, tornando-se dependentes do mercado.

É importante destacar nesse panorama o processo de monopolização da produção de milho. Essa dinâmica se realiza mediante a definição das relações de produção sobre as terras camponesas a exemplo do referido cultivo. É o mercado que determina o tipo de produção a ser cultivado para servir diretamente a grupos específicos que subordinam essa atividade agrícola. Em Sergipe a maior parte da produção de milho é monopolizada pelo mercado, servindo aos interesses dos grupos que dominam o setor da avicultura e processamento industrial, destinos da produção de milho em grão; em relação ao milho forrageiro a ampliação da produção se relaciona a cadeia da produção agropecuária no Sertão do estado. Nessa dinâmica produtiva, a produção camponesa é subordinada ao capital, que exerce o controle sobre o tipo de

produto a ser cultivado de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos capitalistas. Logo, nesse processo o monocultivo do milho desenvolvido nas pequenas propriedades, por mais que seja controlado pelos camponeses se encontra submisso a realização do capital enquanto relação social.

Em vista disso, cada vez mais os produtores tem aumentado a dependência ao cultivo do milho em Sergipe. Em pesquisa de campo, foi registrado que os produtores de milho consideram esse cultivo importante avaliando essa produção como positiva, mesmo com todos os aspectos negativos a exemplo das perdas de produção e endividamentos. Para o produtor arrendatário R.O de 45 anos quando ocorre um inverno bom vale a pena o investimento na produção de milho, “em 2017 investi R\$ 50.000 e tive um lucro de R\$ 180.000” (Pesquisa de campo, realizada em N.S. da Glória jan./2020).

Diante disso, entende-se que ocorre um processo de crescimento econômico diante da geração de receitas nas áreas de domínio do monocultivo do milho, porém em sua essência é um processo fundado em contradições já que implica em inúmeras circunstâncias negativas sobre o modo de vida de milhares de camponeses a exemplo do desemprego, endividamentos, exaurimento de terras, corrosão da soberania alimentar, dependência ao mercado e exposição a agrotóxicos. Portanto, a expansão do cultivo do milho pelas terras de Sergipe, se encontra subordinada as teias do capital e suas relações contraditórias capilarizadas sob a produção do espaço.

4. 3 O uso de venenos no campo de Sergipe, o poder da indústria dos agrotóxicos

O monocultivo do milho produz mudanças repentinas sobre o padrão de economia alimentar da população. Assim, a rápida geração de receitas pelo cultivo do milho em Sergipe é acompanhada pelas contradições como a rápida escassez de terras, comprometimento ambiental e redução dos cultivos alimentares impactando na diversidade alimentar.

Nessa conjuntura, a produção de monocultivos é um processo vulnerável que se apresenta de forma expansiva, como também pode desaparecer em um curto período de tempo, diante das fragilidades correspondentes ao paradigma da agricultura moderna, que se caracteriza pela insustentabilidade. Os exemplos em relação aos ciclos de produção agrícola dos monocultivos são vários, principalmente nas áreas que sofrem

com a escassez de chuvas, que passam a ter impactos como o exaurimento dos solos e consequentemente pouco rendimento produtivo.

O modelo de produção agrícola impregnado na cultura do milho em Sergipe está entrelaçado às demandas do setor industrial, sobretudo a relação estreita com o uso indiscriminado de substâncias químicas no processo produtivo. A utilização em demasia de venenos no campo, demonstra as facetas dos interesses do capital comprometidos com a geração de receitas para determinados grupos que monopolizam esse mercado. De acordo com a Lei Nº 7.802 de 11 de Julho de 1989³¹, agrotóxicos e afins são considerados Art. 2º:

a) Os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; b) Substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

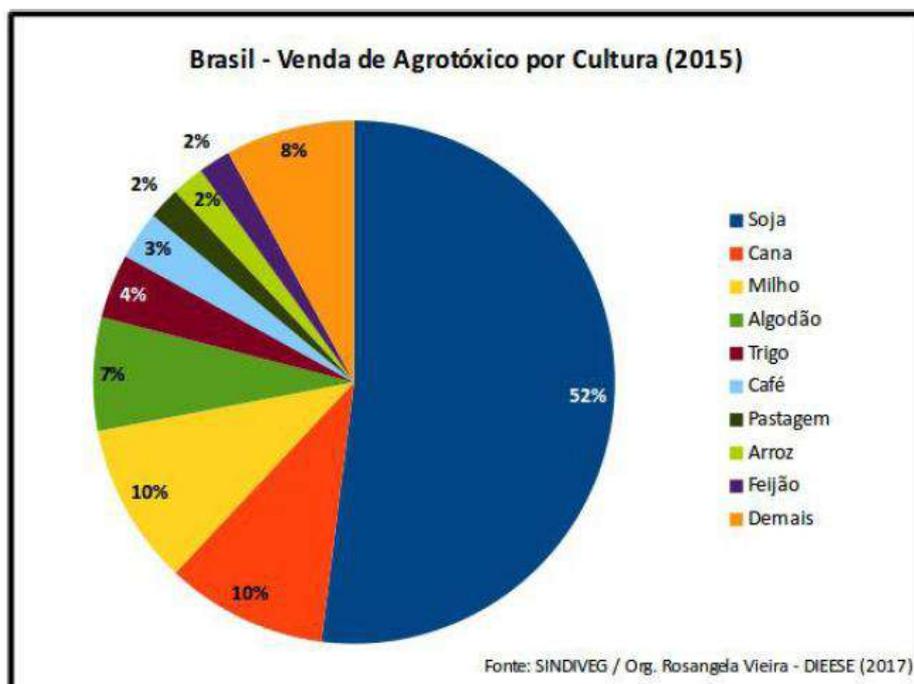
Assim, é esse conjunto de substâncias que dominam os sistemas produtivos da agricultura brasileira. Carson (1969, p.16) assevera que a partir de meados de 1940 mais de 200 substâncias químicas de ordem básica foram criadas, para uso na matança de insetos, ervas daninhas, de roedores e de outros organismos. Essas substâncias são vendidas sob milhares de marcas diferentes, ainda nas palavras da autora “o mais alarmante de todos os assaltos contra o meio ambiente, efetuados pelo Homem, é representado pela contaminação do ar, da Terra, dos rios e dos mares, por via de materiais perigosos e até letais”. A propagação da utilização dos venenos no campo brasileiro assume padrões exorbitantes, sobretudo com a alta produção de monocultivos destinados à exportação comercializados sob o aspecto de commodities.

Os estudos realizados por Bombardi (2017) ao elaborar um Atlas sobre a Geografia dos agrotóxicos apresenta o panorama do uso dessas substâncias no campo brasileiro. Segundo os dados apresentados pela autora, o consumo total de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170.000 mil toneladas no ano de 2000 para 500.000 mil toneladas em 2014, apresentando um aumento de 135% em termos de utilização em apenas 15 anos. A soja é o cultivo que mais consome agrotóxicos sendo o destino de metade do volume comercializado. De forma que apenas três cultivos, soja, milho e

³¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm

cana de açúcar recebem 72% do agrotóxico comercializado no Brasil. Na figura abaixo é ilustrado a porcentagem de venda de venenos por cultura no país. A soja ocupa significativa fatia do destino dos agrotóxicos, seguida pelo milho, cana e algodão.

Figura 21 - Venda de agrotóxicos por cultura no Brasil (2015)



Fonte: Bombardi (2017, p. 34).

Nessa perspectiva, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, tendo ampliado a concentração de ingredientes ativos nos últimos anos decorrente da flexibilização do uso dessas substâncias no país. Desse modo, o mercado de venda de venenos tem se alargado bem como sua concentração no campo. O faturamento exorbitante das empresas que comercializam esses insumos para o campo é registrado por elas mesmas no cenário atual, dado que mascara a verdadeira faceta do comércio de agrotóxicos no Brasil, bem como sua utilização e tipologias de ingredientes ativos.

A respeito do faturamento da indústria de agrotóxicos no Brasil os dados são bastante nebulosos. Os dados que se tem acesso começam em 2000, com 313.824 toneladas vendidas, e um faturamento de US\$ 2,5 bilhões. Até 2014, o crescimento foi praticamente ininterrupto, alcançando 914.220 toneladas vendidas, e um faturamento de US\$ 12,2 bilhões nesse ano. Ou seja, em 15 anos o volume comercializado aumentou

191% (quase 3 vezes) e o faturamento em dólares aumentou 388% (multiplicado por quase cinco) (BRASIL DE FATO³², 2017).

Esse aspecto da utilização intensiva de agrotóxicos se apresenta sobre a realidade do espaço agrário sergipano. Mais uma vez o Crédito Rural é o responsável por viabilizar a elevada utilização de venenos nas lavouras do estado. Ao acessar o crédito é fixado um valor a ser gasto com o consumo de agrotóxicos pelos produtores, corroborando assim para a grande territorialização de lojas fornecedoras destes produtos. Segundo os estudos de Pignati (2017), o consumo de agrotóxicos em Sergipe predomina nas seguintes lavouras agrícolas: milho (46%), cana (15%), cítricos (13%), feijão (4%), arroz (1%) e banana (1%). Tendo assim essas lavouras um consumo de agrotóxico em litros de 2.922.050, em uma área plantada de 308.188 hectares.

Por isso, no campo sergipano a evolução do consumo de agrotóxicos tem assumido grande relevância para o entendimento da expansão de monocultivos como o milho. Os dados fornecidos pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) estabelecem um panorama do histórico de crescimento da utilização dos venenos. No ano de 2000, a venda de agrotóxicos em Sergipe representava 98,06 toneladas de ingrediente ativo (IA), em 2017 as vendas atingem o valor de 942,96 toneladas (IA), apresentando nesse período um crescimento de 861,6% como visto no quadro 5.

Quadro 5 - Vendas de Agrotóxicos em Sergipe no período de 2000 a 2017

Ano	Quantidade de venda de agrotóxicos por tonelada de ingrediente ativo (IA).
2000	98,06
2001	179,70
2002	147,73
2003	189,07
2004	220,60
2005	154,97
2006	232,93
2009 ³³	245,84

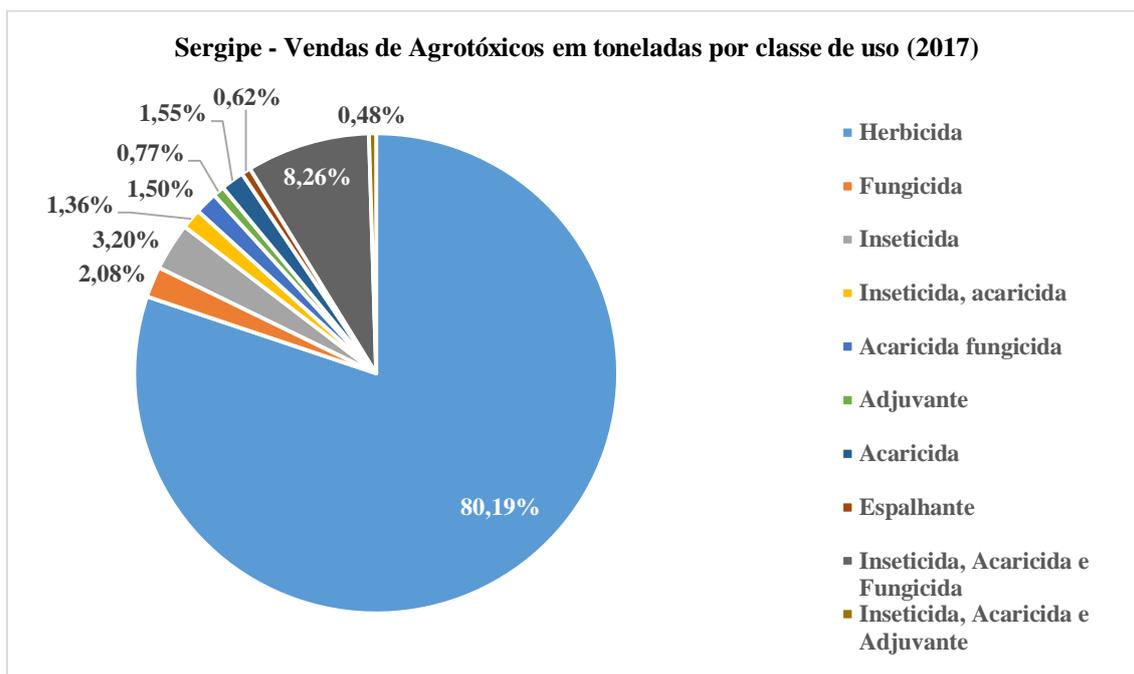
³² Dados disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/05/sobre-a-manipulacao-dos-dados-do-mercado-de-agrotoxicos-cada-vez-mais-concentrado/>

2010	387, 84
2011	645,96
2012	582, 50
2013	451, 16
2014	565, 67
2016	769, 53
2017	942, 96

Fonte: IBAMA, comercialização. Organização Própria.

No que se refere à venda por classe de uso de agrotóxicos em Sergipe no ano de 2017, os herbicidas ocuparam a primeira posição no ranking de vendas; são utilizados na eliminação de ervas daninhas que se desenvolvem sobre as lavouras. Em seguida aparecem as vendas de Inseticida, Acaricida e Fungicida, e Inseticida respectivamente, como observado no gráfico 9 as classes de uso mais vendidas no estado em 2017.

Gráfico 9 - Vendas por Classe de Uso dos produtos formulados, em Sergipe no ano de 2017



Fonte: IBAMA, comercialização dos agrotóxicos por classe de uso. Elaboração Própria.

Sobre os ingredientes ativos mais comercializados em Sergipe no ano de 2017, se destacam a Atrazina, 2,4-d, Glifosato, Óleo Mineral e Picloram como observado no quadro abaixo, os tipos de ingredientes ativos com forte comercialização no estado.

³³ Os dados informados pelas empresas referentes aos anos de 2007, 2008 e 2015 não foram sistematizados pelo IBAMA.

Esses ingredientes ativos tem um uso destacado na produção de monocultivos como o milho.

Quadro 6 - Ingredientes Ativos mais comercializados em Sergipe no ano de 2017

Tipos de Ingredientes Ativos mais vendidos em Sergipe no ano de 2017.	Unidade em toneladas (IA)
1. Atrazina	253, 14
2. 2,4-d	221,27
3. Glifosato	176, 91
4. Óleo Mineral	84, 29
5. Picloram	43, 51
6. Mancozebe	16, 81
7. Diurom	16, 48
8. Enxofre	11,32
9. Imidacloprida	9, 33
10. Ametrina	6, 33

Fonte: IBAMA, comercialização. Elaboração Própria.

Nessa conjuntura, o consumo de agrotóxicos no campo sergipano coloca em risco a reprodução de diversas espécies, evidenciando um panorama que compromete a própria reprodução da vida. Nesse sentido, a utilização intensa de agrotóxicos em lavouras agrícolas como o milho, sujeita milhares de trabalhadores à exposição dessas substâncias químicas, que por sua vez, podem produzir efeitos a curto e a longo prazo sobre a saúde das pessoas.

Nas extensas áreas de monocultivos, pulverizam-se caldas desses tóxicos por meio de tratores e aviões sobre as lavouras, que atingem não só as “pragas” nas plantas, mas também matrizes ambientais como o solo, as águas superficiais, o ar, a chuva e os alimentos. Trata-se de poluições intencionais, pois o alvo das pulverizações são os insetos, fungos ou ervas “daninhas” e, nesse processo, plantações, matrizes ambientais são contaminadas, além de trabalhadores, moradores do entorno e outros animais (PIGNATI, 2017, p. 3282).

Os venenos no cultivo do milho são aplicados via tratores e pulverizadores manuais; constata-se que os trabalhadores manuseiam os agrotóxicos na esmagadora maioria das vezes sem nenhum tipo de proteção, como se observa nas figuras abaixo a pulverização de agrotóxicos no cultivo do milho e o manuseio das substâncias.

Figura 22 - Pulverização de Herbicida no Cultivo do Milho no município de Nossa Senhora da Glória, SE



Foto: SILVA, Ana Paula Almeida, Trabalho de campo 2019.

Figura 23 - Trabalhador manipulando máquina com Agrotóxicos no município de Nossa Senhora da Glória, SE

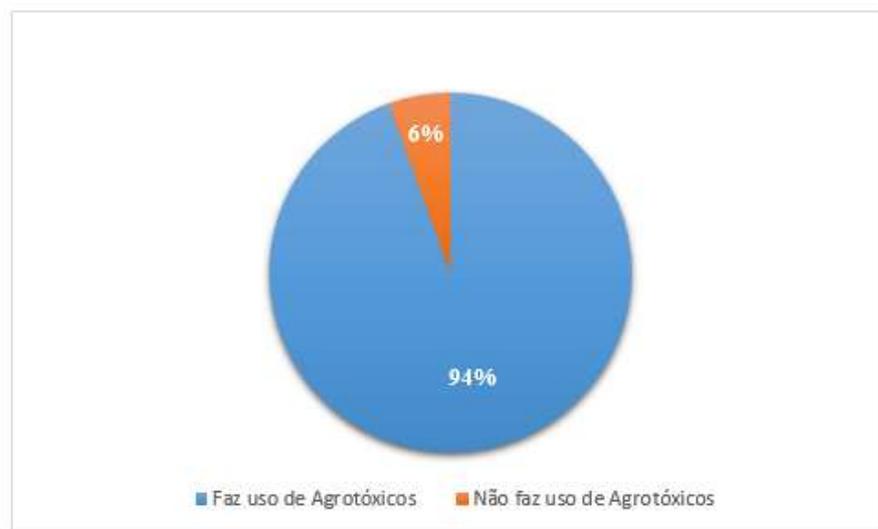


Foto: SILVA, Ana Paula Almeida, Trabalho de campo, 2019.

Em campo os trabalhadores identificaram alguns dos principais agrotóxicos utilizados na lavoura do milho, sendo os principais: Atrazina, Callisto Cipermetrina, Cyprin, Tordon e Lannate. Segundo relatos dos produtores de milho entrevistados, os impactos já são sentidos no desaparecimento das abelhas, espécies de plantas medicinais

nas áreas de plantação de milho, com uma grande redução de espécies de fauna e da flora pelo uso dos venenos. Outro agravante é a erosão e empobrecimento dos solos pelo uso frequente dos maquinários, e insumos, o que promove uma dependência crescente da terra ao pacote de agroquímicos. Dos produtores de milho que participaram da pesquisa majoritariamente grande parte faz o uso de venenos na lavoura de milho representando um percentual de 94% como observado no gráfico 10.

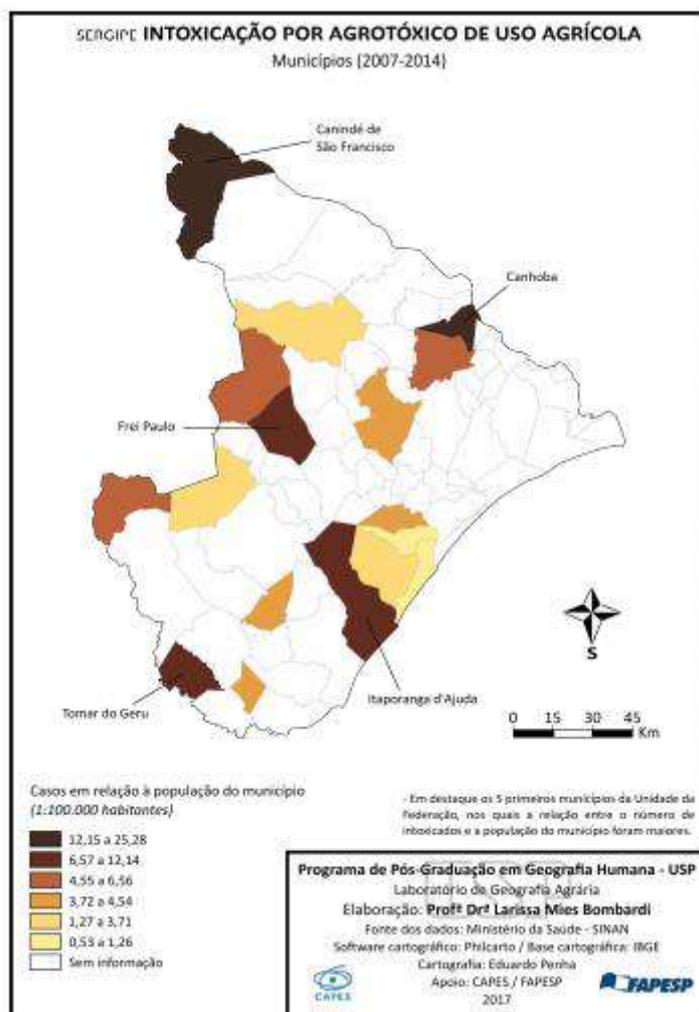
Gráfico 10 - Uso de Agrotóxicos no cultivo do Milho (em %)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019. Organização Própria.

A análise desses aspectos denota o intenso consumo de agrotóxicos em Sergipe, expressando uma relação estreita com as áreas de presença forte do monocultivo do milho e outras lavouras que utilizam grandes concentrações de veneno a exemplo dos perímetros irrigados. Essas circunstâncias corroboram com os casos de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola notificados no estado como visto na figura abaixo.

Figura 24 - Sergipe: Intoxicação por agrotóxico de uso agrícola, municípios (2007-2014)



156 LARISSA MILES BOMBARDI

Fonte: Bombardi (2017, p.156).

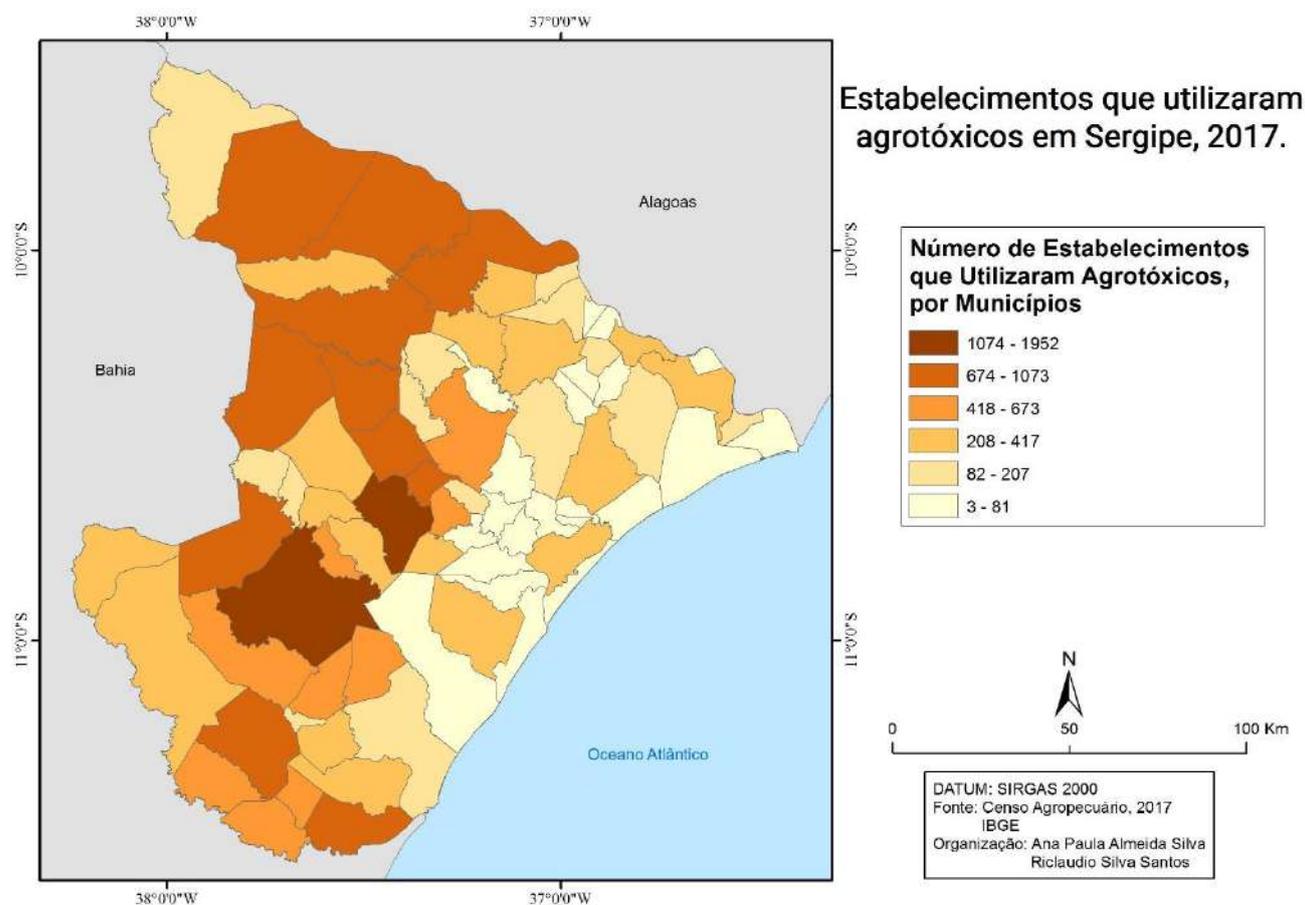
Ressalta-se que a maioria dos casos de intoxicação não são notificados, muitos trabalhadores sofrem os males acarretados pelo uso constante dessas substâncias, não ocorrendo registros sobre as causas. Além disso, os venenos utilizados se acumulam no tecido de plantas e animais, nas palavras de Carson (1969) as pulverizações geram um ambiente contaminado, uma armadilha mortífera.

Essas substâncias químicas agora impregnam, o mundo em que vivemos, agindo sobre nós direta e indiretamente, separada e coletivamente. Sua presença lança uma sombra que não é menos agoureira só pelo fato de ser informe e obscura- nem menos assustadora só pelo fato de ser simplesmente impossível prever os efeitos da exposição, durante a vida toda, ao contato de agentes físicos e químicos, que não fazem parte da experiência biológica do homem (CARSON, 1969 p. 196).

O mapa abaixo apresenta a distribuição espacial dos estabelecimentos que utilizam agrotóxicos em Sergipe a partir das informações fornecidas pelo Censo Agropecuário de

2017, que identificou a utilização de agrotóxicos em 26.805 estabelecimentos agropecuários de um total de 93. 275. Verifica-se que a maior concentração de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos se destaca sob os municípios com a presença forte de algum monocultivo, a exemplo daqueles que produzem milho, desse modo nota-se a ampla utilização do uso de venenos em Sergipe.

Mapa 3 - Estabelecimentos³⁴ que utilizaram agrotóxicos em Sergipe, 2017



Tendo em vista o retrato da utilização dos agrotóxicos, os defensores do modelo de produção agrícola atrelada à indústria química desenvolvem diversas estratégias para a realização de suas vendas. Com isso, utilizam múltiplos recursos de comunicação para construir um 'atestado de segurança' a respeito dos produtos comercializados. Sobre

³⁴ Observa-se que o número de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos não expressa a verdadeira realidade do uso dos venenos no campo de Sergipe, tendo em vista que na área da zona da mata produtora de cana de açúcar (cultivo com expressivo uso de agrotóxicos) o número de estabelecimentos agropecuários é reduzido diante do elevado grau de concentração de terras.

o Glifosato³⁵ a Monsanto apresenta esse produto sob o manto do seguinte discurso: o glifosato tem um histórico de 40 anos de uso seguro e eficaz. Nas avaliações ao longo dessas quatro décadas, a conclusão esmagadora de especialistas em todo o mundo, incluindo a Agência de Proteção Ambiental (EPA), foi que o glifosato pode ser usado com segurança (MONSANTO, 2019).

Deste modo, empresas como a Monsanto gastam altos investimentos com pesquisas que possam apresentar as novas tecnologias a partir de uma ótica baseada em uma pseudo segurança, expondo assim seus produtos nas vitrines de forma mascarada, alargando o mercado de vendas. Nessa mesma perspectiva, os representantes comerciais que vendem seus produtos para milhares de agricultores no campo, utilizam o discurso de um agrotóxico benéfico, silenciando a periculosidade envolvida na produção dos ingredientes ativos manipulados em laboratórios visando uma única condição, auferir lucros a qualquer custo.

Ainda no que concerne a produção de fórmulas de ingredientes ativos por essas empresas, muitas das substâncias utilizadas em diversos produtos são sigilosas, não sendo divulgadas para a sociedade. Isso converge para a ampliação de vendas de produtos cada vez mais nocivos e perigosos destinados a produção de alimentos no mundo. Outra questão que envolve o mercado de agrotóxicos é que diversas tipologias de produtos que são proibidas, e restringidas em vários países da União Europeia, são direcionadas aos mercados dominados pelo paradigma dos fluxos de comércio neoliberal, a exemplo da América Latina que tem o Brasil como o destino certo dos agrotóxicos mais letais consumidos no mundo.

Por isso, os dados acima constataam a força da indústria dos agrotóxicos no campo sergipano ao consolidar um mercado dinâmico, atendendo aos interesses da cadeia produtiva das grandes corporações agroquímicas que circulam sobre o campo em escala mundial. Essas bombardeiam toneladas de substâncias mortíferas respaldadas pelo discurso do progresso e produtividade, atuam de forma silenciosa, tendo em vista a flexibilização do Estado para os grupos que controlam esse poderoso mercado de agrotóxicos. Nesse cenário de forte expansão do monocultivo do milho no campo sergipano correlacionado ao uso crescente do pacote de insumos químicos se tem o comprometimento das relações de soberania alimentar no campo.

³⁵ Disponível em: <https://monsanto.com/>

V- DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO AOS RISCOS À SOBERANIA ALIMENTAR

A modernização agrícola está relacionada à inserção de novos instrumentos técnicos vinculados à indústria no processo de produção. Esse fenômeno é heterogêneo ocorrendo de formas diferenciadas em cada espaço geográfico de acordo com as respectivas condições históricas. Assim, o desenvolvimento de técnicas produtivas aplicadas aos cultivos agrícolas, faz parte da história e do aperfeiçoamento técnico da sociedade.

Ehlers (2017) destaca que o surgimento da agricultura moderna está associado ao período conhecido como primeira Revolução Agrícola, ocorrida a partir do século XVIII em várias regiões da Europa. O autor ressalta o evento da fabricação do primeiro trator movido à gasolina em 1882 e o lançamento do Fordson, em 1917 por Henry Ford. Em pouco menos de 10 anos sua fábrica vendeu 158 mil tratores, ocorrendo uma difusão acelerada da mecanização na produção agrícola. Também são desse período o advento dos adubos químicos e outros implementos agrícolas, além de avanços na genética, decisivos ao desenvolvimento da agricultura moderna.

Entretanto, a modernização agrícola se realizou lentamente e de forma diferenciada espacialmente; sua difusão com maior intensidade está associada ao processo conhecido como Revolução Verde que dissemina no campo a transformação da agricultura via bases industriais, tendo sua emergência relacionada à ideia de aumentar a produtividade agrícola no campo. Esse processo faz com que grupos econômicos passem a monopolizar as condições de produção agrícola em escala mundial constituindo os parâmetros ao longo do século XX para o metamorfoseamento da agricultura em espaço expressivo a acumulação de capital.

No Brasil, a modernização agrícola é um processo ainda em curso, pois tem sua origem em meados do século XX. Graziano da Silva (1998, p. 19) define a modernização da agricultura como “processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós- guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade”. Ainda para o autor o processo de modernização agrícola – considerada por ele como dolorosa - na década de 1950/60 do século XX, dependia da capacidade de importar máquinas e insumos. A agricultura vai

passar a depender nesse período da capacidade de endividamento externo e das políticas comercial e cambial para importação de máquinas e insumos. Assim, o Estado teve um papel decisivo nesse processo possibilitando através de crédito o financiamento da compra de novos insumos para a produção agrícola. Esse incentivo se fortalece na década de 1960, de forma que (...) “a política de crédito rural é considerada o carro chefe da política de modernização conservadora até o final dos anos 70” (SILVA, 1998 p. 51). Assim:

O crédito rural foi criado pela Lei nº 4.829/1965. Ele pode ser usado para o financiamento das atividades de custeio das despesas normais de cada ciclo produtivo, para o investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos, ou, ainda, na comercialização da produção (OXFAM, 2016 p. 11).

Essa política consolida a agricultura como um mercado para as indústrias, pois naquele momento, a agricultura passa à condição de industrializada. Delgado (2001, p. 164) analisa que uma das demandas da agricultura no período de 1965-1980 foi “o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, processo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período”. O desenvolvimento de uma agricultura capitalista foi estimulado pela adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde sinônimo de modernidade concomitante as relações de crédito na agricultura mediante a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras.

Graziano da Silva argumenta que esse processo representa na verdade a subordinação da natureza ao capital, que gradativamente liberta o processo de produção da agricultura das condições naturais, passando a fabricá-las sempre que necessárias. Diante disso, há um processo de subordinação da agricultura à atividade industrial com a formação dos complexos agroindustriais na década de 1970. É certo, como analisado anteriormente, que o Estado passou a ter papel decisivo no projeto de modernização; na análise de Teixeira (2005, p. 30) o objetivo era atrelar “o setor agrário ao processo de desenvolvimento econômico, facilitando o crédito rural, criando institutos de pesquisas e assistência técnica, almejando incentivar a utilização de técnicas e insumos modernos”. Ressalta-se que foram condições como o crédito rural, que favoreceram a tecnificação do processo agrícola, abrindo-se um grande mercado para grupos monopolistas que controlam a produção de insumos agrícolas no comércio mundial.

Outro fator que corroborou para a difusão da modernização com maior intensidade na década de 1970, foi o novo complexo produtivo ligado à reestruturação produtiva. Thomaz Júnior (2004) argumenta que esse processo se manifesta no momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo do setor econômico. Para o autor, tem como desdobramentos no campo a “intensificação da mecanização, política de desenvolvimento rural em detrimento da reforma agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e pagamento” (p. 16).

A reestruturação produtiva da agropecuária ao privilegiar áreas, produtos e segmentos sociais, tem articulado profundos impactos sociais, territoriais e ambientais a culminar na territorialização do capital no campo e na oligopolização do espaço agrário. Giovani Alves (2007, p. 155) situa que “no século XX, a reestruturação produtiva do capital foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas, sendo um longo processo de mutações sócio-organizacionais e tecnológicas”. Esse processo foi sentido na organização da atividade industrial, com mudanças sobre os setores produtivos da economia, acelerando a difusão de novas técnicas produtivas na organização da atividade agrícola.

Destarte, a modernização da agricultura possui como uma de suas características desde o início de seu processo, a forma desigual como atinge as regiões brasileiras. Em seu percurso foi uma pauta das elites agrárias na busca de ampliar seus sistemas produtivos e assim, competir no mercado que demandava um novo contexto de produção. Deste modo, o acesso à compra de tratores, maquinários mais eficientes e adubos esteve restrita inicialmente aos grandes produtores rurais, evidência do caráter elitista, típico da opção por uma classe que tem a posse dos meios de produção no Brasil. Por isso, esse processo tem como marca o caráter conservador, pois foi implantado para atender as necessidades produtivas de um grupo específico, a burguesia agrária brasileira, além de ter mantido a estrutura concentrada da terra. Delgado (2001, p. 165) considera que:

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande prioridade territorial e ao capital comercial.

Ao se estabelecer de forma desigual, a modernização, concentrada no Centro-Sul do Brasil, até chegar mais recente no Norte e Nordeste do país, se espacializou no campo, atingindo produtores e regiões de modo desigual. Somente aos poucos, médios e pequenos produtores foram sendo incorporados ao processo de modernização, porém a escala da desigualdade se mantém presente e a diferenciação do acesso às tecnologias modernas entre grandes produtores e pequenos possui padrões alarmantes. A presença da exclusão técnica no campo é uma realidade deste processo, que atende a dinâmica produtiva da elite agrária brasileira, detentora da maior parte das terras produtivas do país.

Além disso, chama-se atenção para a ideologia da modernização da agricultura difundida pelos meios de comunicação que exercem grande poder via controle das massas no Brasil. Os discursos, veiculados através de propagandas que enaltecem o agronegócio, potencializam a construção de um ideário em relação a este modelo produtivo. Assim, as informações difundidas cotidianamente, influenciam diretamente na concepção do discurso que sustenta o poder do agronegócio no campo brasileiro, que passa uma imagem de riquezas, desenvolvimento e melhoria nas condições de vida das pessoas que convivem no campo.

A forma como é apresentada o processo de produção e venda dos produtos do agronegócio mediante estas propagandas, constrói esse ideário de desenvolvimento e positividade que ganha cada vez mais força. São os grupos aliados às elites agrárias, que financiam a ideologização do agronegócio via mídia, colocando como único projeto viável para todo o campo brasileiro. A divulgação de maquinários, tecnologias, biotecnologia é expressão da burguesia nacional que controla, monopoliza as terras e os meios de produção agrícola, sendo de grande utilidade a imagem de um Brasil agrário ‘desenvolvido’.

Nesse contexto, a expansão da utilização de insumos químicos hoje no espaço agrário é reforçada com lançamentos dos produtos em diversas esferas comunicativas, contribuindo para a disseminação de lojas de insumos químicos e maquinários em municípios que possuem um potencial agrícola e baseado em um conjunto de ferramentas que impulsionam uma verdadeira apologia destes produtos. A ideia central é que todos os produtores devem se inserir nas tecnologias apresentadas pela agricultura

moderna. Deste modo se constrói um dos alicerces da modernização do campo no Brasil.

O consumo de insumos por grandes e pequenos proprietários é consubstanciado pelo acesso ao crédito concedido pelo Estado, (não obstante a diferenciação) que instrumentaliza a expansão das monoculturas, definindo o modelo agrícola prioritário no campo brasileiro, aquele necessário ao circuito produtivo, o qual está inserido a comercialização dos insumos químicos. Em relação ao pacote de agroquímicos, são controlados por grandes grupos monopolistas, que detém este capital. São empresas multinacionais que também estão no controle da venda de produtos agrícolas no mercado mundial. Se territorializam no campo, mediante lojas de comercialização, obtendo grande lucratividade com a venda de uma diversidade de produtos direcionada a especialização agrícola.

Um exemplo claro que se dá no circuito de produtos inseridos na agricultura é a monocultura do milho, pois todos os aspectos desta produção são controlados por estes grupos econômicos, como as sementes modificadas geneticamente, os fertilizantes químicos, os venenos, os próprios silos e sacas de armazenamento da produção, tudo deve ser comprado pelo produtor que assume elevados custos para a efetivação do processo produtivo. Estas empresas atuam no campo com a obtenção de elevados ganhos, além de difundirem tecnologias também subordinam todos os elementos da produção agrícola necessárias ao movimento de acumulação de capital no campo brasileiro. Destarte, impulsionam a formação de monocultivos, subordinados ao pacote tecnológico ao mesmo tempo em que promove a corrosão das relações de soberania alimentar.

5.1 A Monotonia dos Desertos Verdes, Ameaças à Soberania Alimentar

Os desdobramentos relacionados ao avanço do capital no espaço agrário, sobretudo com a expansão das monoculturas, são percursos da destrutividade sobre a vida de diversas espécies no campo. A ancestralidade dos alimentos, bem como a sua finalidade de servir a reprodução e nutrição do homem convive com a especulação da raridade da vida imbricada na sociedade do dinheiro.

As ameaças à soberania alimentar em todo o mundo, constitui a voracidade do capital ao se movimentar pelo espaço geográfico. A extinção de diversas espécies da

fauna e flora é uma expressão do processo de modernização que transforma toda vida à submissão da geração de lucros. No campo a expansão do capital ganhou respaldo, sobretudo com a Revolução Verde, responsável por impulsionar a cobiça da indústria sobre o domínio da produção agrícola mundial. Desse modo, a produção no campo aos poucos passou a subordinação da velocidade da indústria, onde todo o processo produtivo foi otimizado para gerar produtividade e conseqüentemente o lucro, objetivo constante do capitalismo.

A revolução tecnológica bombardeada sobre o campo no pós-guerra serviu aos interesses dos grandes grupos capitalistas que passaram, de forma crescente, ao controle da produção agrícola no mundo, evidenciando a constituição de uma diversidade de ameaças à vida no campo, como a degeneração dos alimentos oligopolizados pela indústria, bem como a desestruturação das relações de trabalho no campo.

A Revolução Verde, ainda que tenha melhorado a produção de certos cultivos, mostrou não ser sustentável ao causar danos ao ambiente, provocou perdas dramáticas de biodiversidade e do conhecimento tradicional associado, favoreceu aos agricultores mais ricos e deixou muitos agricultores pobres mais endividados (ALTIERE, 2012 p. 23).

Nesse processo de expansão do capital no campo, têm-se logo as contradições que emergem da relação entre indústria e a produção agrícola. Evidencia-se hoje no espaço agrário a corrida pela uniformização genética, com a produção de alimentos modificados geneticamente que invadem o mercado oferecendo como resultado a extinção da diversidade natural. Da mesma forma, a química se propaga com a utilização dos venenos em nome da geração de mais alimentos para suprir as demandas da população mundial. Porém, na realidade, essa industrialização da agricultura em nome da maior produtividade baseada na monotonia dos desertos verdes como a produção de milho e soja tem comprometido a soberania alimentar da população mundial expressando as contradições do domínio do homem sobre a natureza. Alves (2007, p. 20) argumenta que:

(...) sob determinadas condições históricas da propriedade privada e da divisão hierárquica do trabalho, a produção de objetos se interverteu em produção de coisas-mercadorias. O objeto de trabalho (ou o produto do trabalho) se tornou coisal, ou seja, tornou-se uma coisa, produto-mercadoria, intransparente, fetichizado, que nega o próprio sujeito humano, o ser genérico do homem. A objetivação assume deste modo, uma forma estranhada.

Nesse sentido, o alimento se transformou em uma coisa, mercadoria, estranho ao seu próprio processo de produção realizado pelo homem. No atual estágio de produção dos alimentos é a possibilidade de auferir lucros com mais rapidez e volume que determina como deve ocorrer a agricultura no mundo. Por isso, o desenvolvimento das relações de produção no campo de forma estranhada à própria condição de reprodução do homem aprofunda a possibilidade de ‘crises alimentares’ mais intensas. Os alimentos produzidos sobre o paradigma da agricultura moderna, não respondem a sua função, demonstrando profundo fracasso em relação à proposta de resolução da fome no mundo. A modernidade do campo, na realidade, é uma camuflagem para a selvageria exercida pelo capital no espaço agrário, um moderno que implica em inúmeras incertezas sobre a produção dos alimentos.

A artificialização da agricultura pelo crescente uso de insumos de origem industrial, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e a manipulação industrial para a oferta de alimentos com sabores, odores e aparências similares aos naturais, aliados ao aumento da oligopolização dos controles corporativos das cadeias produtivas alimentares, nos indica, entre outros fatores, que inversamente à construção de uma soberania alimentar, se caminha uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais (STEDILE; CARVALHO, 2010 p. 5).

Paul Roberts (2009) no livro *O fim dos alimentos*, apresenta uma narrativa sobre a economia alimentar moderna com uma interessante contextualização dos elementos inerentes ao sistema alimentício mundial. Destaca a presença dos aditivos químicos na produção de grãos e carnes, o aumento dos casos de doenças nas regiões agrícolas com a contaminação de alimentos, a natureza belicosa do sistema alimentício global, a persistência da fome, a mobilidade da produção de alimentos, a atuação de grandes empresas varejistas, o domínio da produção de alimentos pelo mercado e as lacunas presentes no fracassado sistema de produção de alimentos modernos.

O autor sinaliza que as revoluções científicas e tecnológicas entrelaçaram um incitador poderoso na produção agrícola: o comércio. Assim, as decisões sobre o que e o quanto plantar passou, então, a serem tomadas menos pelas necessidades individuais e mais pelo mercado; enquanto antes um agricultor produzia as mesmas lavouras ano após ano, agora passou a cultivar o que dá o máximo de retorno financeiro.

Deste modo, o mercado hoje é o principal definidor do circuito de produção agrícola mundial baseado no volume e na geração de lucros. Esse mercado da produção de alimentos é controlado pelas perspectivas neoliberais baseadas nos fluxos globais

entre os países gerando altos lucros às grandes empresas beneficiárias do atual sistema de produção de alimentos que circulam via livre concorrência sobre o paradigma do modelo econômico vigente. Assim, os proprietários de capital monetário controlam a propriedade de enorme variedade de empresas. O único interesse, “é a capacidade de extrair lucros crescentes dessa propriedade, absorvendo espaços e difundindo relações sociais capitalistas no planeta, descompromissados com as condições da existência humana”. (FONTES, 2010, p. 204).

O que se percebe no cenário contemporâneo é a intensa mobilidade na produção alimentícia, sendo que a maior parte dos alimentos consumidos em uma região não são produzidos naquele local, mas provêm de diferentes lugares do mundo, o que demonstra o quão é frágil a forma de produção agrícola ‘moderna’. Um exemplo dessa mobilidade inerente à produção e comercialização dos alimentos são as feiras livres e os supermercados que apresentam produtos das mais diversas localidades do Brasil e do mundo. Assim, os alimentos consumidos em uma localidade, poucos são produzidos no respectivo município, isso resulta da capacidade de controle do mercado sobre a produção, que cada vez mais aumenta a mobilidade e consigo a vulnerabilidade das populações quanto à própria nutrição e reprodução da vida.

A observância das relações de produção no campo indica que esse modelo agrícola, baseado no uso intensivo de tecnologias, cada vez tem evidenciado mais falhas em suas operações, que para os defensores dessa forma de produção logo são resolvidas com investimentos em mais tecnologias, a exemplo dos alimentos produzidos em laboratório por meio da Engenharia Genética³⁶. As novas tecnologias invadem quase toda a produção alimentar desde os produtos in natura, aos processados, gerando debates e controvérsias entre estudiosos, populações camponesas e países.

A evolução das técnicas de produção a partir da biotecnologia aumentou significativamente os produtos artificiais e sintéticos que até então eram matérias-primas de origem natural ou extrativista. Isso permitiu o domínio e a expansão dos grandes grupos econômicos com relação à pesquisa intelectual e dominação dos produtos agroalimentares (CUNHA, 2015 p. 90).

É com o desenvolvimento das novas técnicas da Engenharia Genética que ocorre a produção dos transgênicos representando a máxima expressão de geração de capital para as grandes corporações que dominam a agricultura. Essa tecnologia é voltada para a produção de supersafras e o controle da venda de sementes. Assim, a produtividade

³⁶ Conjunto de conhecimentos científicos que servem a manipulação de genes de um determinado organismo.

em larga escala no campo, tem ampliado a perda da soberania alimentar para inúmeras populações, com repercussões sobre a própria garantia da existência humana.

Os alimentos ao contrário de praticamente todas as outras commodities não podem ser substituídos. Os mercados são adeptos a substituir um produto escasso por outro, mais prontamente disponível, mas não há substituto para o alimento. Ou seja, depois de exaurirmos as fontes das quais a produção de alimentos depende- basicamente, solo, água e o estoque natural de plantas e animais, dos quais todos estão ameaçados pela agricultura industrial-, não haverá uma versão sintética do alimento (ROBERTS, 2009 p. 15).

É diante desse quadro que as discussões em torno do conceito de soberania alimentar têm partido dos movimentos sociais no campo vinculados a Via Campesina³⁷, que convivem com as ameaças da agricultura moderna industrializada, marcada por alimentos rápidos e com operações em vários mercados. Segundo a análise de Stédile e Carvalho (2010) soberania significa que além de ter acesso aos alimentos, o povo, as populações de cada país, tem o direito de produzi-los. E será isso que lhes garantirá a soberania sobre suas existências. Para Miguel Altieri 2012 (p.24) a soberania alimentar é definida como:

(...) o direito da cada nação ou região a manter e desenvolver sua capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente. O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor.

Entretanto, o que se observa no campo é a destituição dos laços de soberania alimentar das populações, com a usurpação da atividade agrícola diante da perda do controle sobre o processo produtivo, cada vez mais monopolizado pelo capital, refletindo em mudanças significativas nos hábitos alimentares das pessoas. Um exemplo de perda de soberania sobre as bases alimentares está relacionado aos efeitos perversos da Revolução Verde para os agricultores da África Subsaariana³⁸, que perderam seus sistemas alimentares milenares diante da investida das novas tecnologias, levando a falência de sistemas agrícolas inteiros, esses, incompatíveis aos paradigmas impostos pela agricultura de mercado.

No Quênia, o desastre da Revolução Verde ao investir na produção de milho enquanto commodity com base no programa agrícola americano transformou seus

³⁷ Organização de camponeses provenientes de diversos movimentos sociais que possuem uma atuação internacional.

³⁸ Região situada ao Sul do Deserto do Saara, localizada no continente africano.

milhões de pequenos proprietários em um grande contingente de produtores de milho. Sementes foram distribuídas aos agricultores a um custo baixo ou zero, junto com instruções, fertilizantes, pesticidas regidamente subsidiados. Essas iniciativas não eram baratas para um país carente de dinheiro, mas os governos ocidentais emprestaram vultuosos milhões de dólares com a Guerra Fria a todo vapor, mas logo o boom da produção de milho acabou, gerando um profundo colapso sobre os pequenos agricultores que passaram a sofrer com secas, erosão dos solos, dívidas e fome (ROBERTS, 2009).

Nesse contexto, a soberania alimentar de milhares de camponeses foi massacrada pela tecnologia, levando ao processo de êxodo rural em direção as cidades. Além disso, o sistema de produção em larga escala implantado nos países africanos teve como um dos objetivos principais a exportação, elevando largamente o quadro de famintos nas áreas rurais e urbanas, diante da destruição dos sistemas alimentares históricos dos povos. Destarte, os empréstimos concedidos pelas potências ocidentais produziram enormes dívidas externas que levaram os países africanos à falência e à obediência total aos seus credores. O mercado ao dominar a produção faz com que a mesma só seja acessível a partir do dinheiro como moeda de troca aumentando assim o quadro de vulnerabilidade das pessoas em relação ao acesso dos alimentos.

Algumas das consequências mais negativas das mudanças estruturais no setor agrícola, das quais resultou uma maior heterogeneidade de situações, a maior diferenciação das condições produtivas dos pequenos e grandes produtores, e a queda do emprego, foram o aumento da pobreza e o aprofundamento da desigualdade no meio rural (CHONCHOL, 2005, p. 46).

Assim, uma das facetas principais do sistema agrícola moderno é a exclusão social, com milhões de pequenos produtores descartados deste processo, consistindo a desigualdade um legado inerente à aplicação massiva de tecnologias e a uniformização da produção. “A mobilidade da força de trabalho refletiu a força do sistema capitalista, no que se refere à expropriação camponesa evidenciando ao mesmo tempo plausíveis contradições: aumento da produtividade, redução dos preços, o empobrecimento dos camponeses, e o não acesso aos alimentos” (SANTOS, 2012 p. 95)

Ainda segundo as palavras de Stedile e Carvalho (2010), o direito à alimentação, sob o manto do capitalismo internacionalizado, não é mais um direito humano, de todos os seres humanos, independentemente de sua condição social, de cor da pele, local de

moradia, gênero e idade. Agora, o acesso a alimentos está regido pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação. De forma que, as pessoas só têm acesso aos alimentos se tiverem dinheiro e renda para comprá-los.

Nesse quadro da geopolítica da produção de alimentos via modernização do campo, quem aparece no controle são grandes corporações agroindustriais, responsáveis por controlar o circuito de trocas de produtos e o pacote de agroquímicos na agricultura moderna. Essas empresas são responsáveis por diversos investimentos em pesquisas na produção de novas sementes, fertilizantes, venenos que são distribuídos aos agricultores sob o formato de pacotes agrícolas extremamente custosos. Portanto, a produção de alimentos se encontra oligopolizada por esse conjunto de empresas o que constitui aspecto fundamental no panorama de crise alimentar. No espaço agrário brasileiro essa questão cada vez mais se aprofunda, tendo a maior parte dos produtos alimentares subordinados a mercantilização de grupos transnacionais que adentram o campo nos fluxos de livre mercado engendrados pelo neoliberalismo.

A especulação sobre os cultivos agrícolas garante o funcionamento do mercado de commodities e transforma o alimento em mercadoria de alto valor, principalmente porque, com a valorização e apropriação da terra e o redirecionamento da produção para atender o sistema, entra em questão o mercado de futuros completamente vinculado ao processo especulativo, que no “jogo” mundializada assegura grandes valores para as corporações do setor alimentício e das áreas ,afins do agronegócio, mesmo sem ter o cultivo em espécie (SANTOS, 2012 p.100).

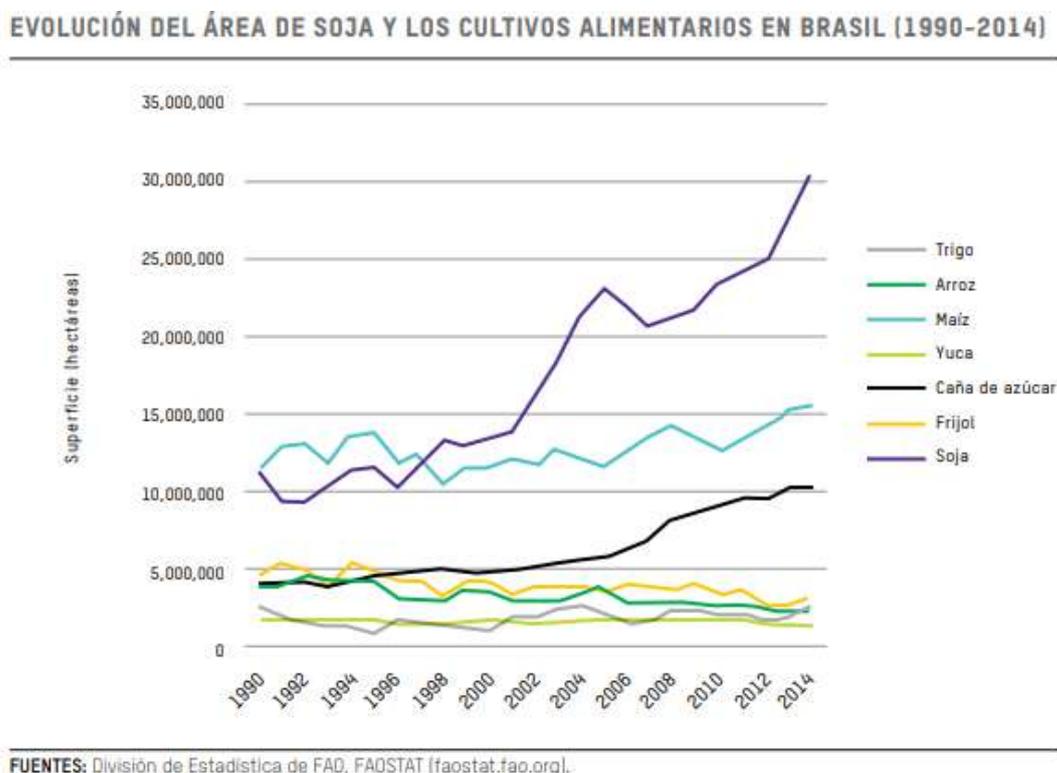
É no mundo em desenvolvimento que dispõe de terras mais volumosas, que a agricultura neoliberal se desenvolve com mais intensidade, sobretudo com as pressões dos ajustes financeiros, onde a espinhosa dívida dos países forma uma espécie de prisão; esses estados são obrigados a incorporar em seus espaços agrícolas esse modelo econômico. Nessa abertura comercial os grupos de empresas que monopolizam a agricultura, encontram o terreno ideal para expandir seus investimentos e assim gerar a corrosão da soberania alimentar de milhões de camponeses.

Na América Latina, o Brasil se destaca como um grande produtor de commodities no mercado mundial. A expansão do agronegócio é consorciada aos interesses dos grandes grupos que controlam o mercado de produção de alimentos, favorecendo a uniformização dos cultivos, o exaurimento de solos e reservas de águas que são cooptadas via exportação de commodities para todo o mundo. A consequência dessa formidável expansão agrícola que coloca o país como um dos maiores produtores de

gêneros agrícolas no mercado mundial é um ataque direto a soberania alimentar dos agricultores camponeses.

A figura 25 apresenta a evolução da área do monocultivo da soja e dos cultivos alimentares no Brasil entre os anos 1990 a 2014. Os dados mostram o crescimento das áreas de cultivo de soja, de milho e cana de açúcar, enquanto as demais produções que são base na alimentação das pessoas tiveram redução ou se estabilizaram em termos de área agrícola. Evidencia-se assim, a aposta no agronegócio pelas políticas públicas cujo incentivo aos monocultivos colabora para este quadro que, por sua vez, se trata de um bombardeio a produção de alimentos.

Figura 25 - Evolución del Área de soja y los cultivos alimentarios en Brasil (1990-2014)



OXFAM, 2016 (p. 38).

Seguindo essa perspectiva, pode-se afirmar que a elevada produção de commodities, primordialmente energéticas, como soja, cana de açúcar e milho serve aos interesses dos grupos que exercem dominância sobre o agronegócio. Por certo, esses monocultivos estão em sua grande maioria direcionados às demandas do mercado externo, sobretudo o setor energético. Por outro lado, as áreas de terras destinadas à produção de alimentos

básicos tem se reduzido diante dos escassos investimentos na produção dos cultivos essenciais ao consumo humano.

A supremacia de recursos destinados a monocultura para exportação limita e exclui a pequena produção camponesa, que por sua vez, em muitas ocasiões vê-se obrigada a desfazer-se da terra que é seu meio de sobrevivência. Impõe-se, portanto a tônica do sistema dominante ao preferir a agricultura do capital em detrimento da agricultura que produz alimento para a população (SANTOS, 2012 p.118).

Nessa conjuntura, os cultivos alimentares têm sido radicalmente reduzidos em diversos países com forte presença da agricultura camponesa. Mesmo os incentivos provenientes das políticas públicas para a pequena produção, atuam como ações para monopolizar as produções locais objetivando inserir as mesmas aos ditames do mercado. Essa realidade é percebida nas relações de soberania quanto à produção de alimentos no Sertão de Sergipe.

5.2 A Soberania Alimentar no Sertão de Sergipe

No estado de Sergipe a Soberania Alimentar na área do Sertão tem passado por mudanças significativas no decorrer dos últimos dez anos, diante do avanço da monocultura do milho. A utilização das terras em sua grande maioria para a produção desse cultivo, tem permitido a redução constante da diversidade alimentar das populações. A perda de sementes crioulas e a diminuição expressiva da produção de feijão, por exemplo, fazem com que as pessoas dependam cada vez mais da compra de mercadorias fora de sua propriedade.

Neste espaço territorial a produção de milho está relacionada à pecuária leiteira que assume grande expressão a nível regional. Assim, a comercialização de produtos para esse setor assume grande preponderância diante do maior processo de vinculação da agropecuária à indústria. Outra questão relacionada à ampliação das áreas de cultivo de milho se refere ao cenário regional favorável no Nordeste para a produção deste grão, sobretudo pela demanda gerada pelo setor de carnes; assim a ração animal é proveniente e dependente da monocultura do milho.

Ao mesmo tempo em que sucede a expansão do monocultivo do milho, ocorre o desaparecimento de diversos setores do campesinato que tinham uma produção voltada para o autoconsumo e para o mercado interno, implicando na formação de uma crise

alimentar ocasionada pela diminuição da oferta de alimentos impactando na maior dependência das famílias em relação ao consumo de produtos industrializados com modificações nos hábitos alimentares locais.

Por essa razão, a dependência em torno da produção de milho é negativa para milhares de agricultores que acabam tendo suas produções corroídas, desestruturadas, agravando o quadro de vulnerabilidade social de diversas famílias no Sertão. Essa questão se agudiza diante da perda da autonomia sobre a própria produção agrícola, com o avanço do circuito do mercado de milho que acaba monopolizando a produção camponesa nesta região. “A desestruturação da agricultura familiar camponesa patrocinada pelo grande capital mundializado tem provocado a mobilidade da força de trabalho do campo para a cidade diante da impossibilidade de produzir devido às condições e à expropriação da terra” (SANTOS, 2012 p.115).

Com isso, a diversidade alimentar presente na grande variedade genética guardada pelos agricultores acaba sendo ameaçada pela expansão do agronegócio do milho, cujo discurso é o ‘desenvolvimento do Sertão’. Santos (2012, p.152) ao fazer um estudo sobre a unidade de produção camponesa demonstra a força do MPA³⁹, (Movimento dos Pequenos Agricultores) ao defender e assumir a luta pela soberania alimentar no Sertão sergipano, observando também a presença de uma grande resistência pela Soberania empreendida no modo de vida desse movimento social. O autor sublinha que “o sistema de agricultura escolhido pelo MPA, contempla uma ampla produção de alimentos para o consumo da unidade de produção camponesa, ao mesmo tempo planeja a produção para a venda no mercado” utilizando os recursos presentes na propriedade com baixo custo e planejando o que produzir e vender de acordo com a realidade local.

Entende-se que mesmo diante do avanço do capital no campo, as resistências e enfrentamentos à ameaça sobre as relações de soberania alimentar estão presentes na luta de muitos movimentos sociais a exemplo do MPA, que desenvolve diversas ações com o objetivo de manter a salvaguarda dos conhecimentos produzidos historicamente por milhares de agricultores ao observarem as condições ambientais na lida com o trabalho diário no Sertão. “A realidade do território do Alto Sertão Sergipano revela um avanço do cultivo do milho e a presença histórica de uma produção camponesa

³⁹ O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas (MPA, 2019).

destinada ao autoconsumo que tem permanecido e resistido mesmo com a desvalorização do campesinato no ciclo econômico” (SANTOS, 2012 p. 176).

Entre as ações de resistência elaboradas pelo movimento está a criação de um banco de sementes no município de Poço Redondo, visando à guarda de variedades de sementes crioulas que abrangem várias espécies de cultivos alimentares e medicinais. Na figura 26 se observa o banco de sementes mantido pelo MPA, evidenciando a resistência pela guarda das sementes e alimentos produzidos pelos camponeses no Sertão.

Figura 26 - Banco de Sementes do MPA em Poço Redondo, SE



Foto: Ana Paula Almeida Silva, Pesquisa de Campo 2018.

Porém, o avanço do capital tem ocasionado a diminuição das culturas alimentares básicas no Sertão de Sergipe a exemplo do feijão, tornando milhares de camponeses dependentes e reféns do mercado. A redução da área plantada de feijão pelos camponeses em decorrência da expansão do milho faz com que esse alimento tenha uma elevação dos custos por ser adquirido no mercado. O Brasil, mesmo sendo o terceiro produtor mundial de feijão, precisou importar volumes expressivos (média de 274 mil toneladas entre os anos de 2011 a 2013), para atender à sua própria demanda. Em 2017,

de acordo com dados da CONAB, o Brasil importou 150 mil toneladas de feijão (EMDAGRO, 2019).

A redução da produção de alimentos diversificados é uma consequência do vertiginoso avanço de monoculturas. Em documento elaborado pela Emdagro (2019) sobre a conjuntura do cultivo de feijão é observado a diminuição da área plantada desse alimento nos principais municípios produtores, sobretudo naqueles que possuem a maior concentração da produção de milho no estado de Sergipe, como podemos analisar na tabela 7 abaixo a área plantada em (ha) dos doze principais municípios que produzem feijão em Sergipe no período de 2011 a 2017.

Tabela 7 - Área plantada (ha) dos principais municípios produtores de Feijão no Estado de Sergipe

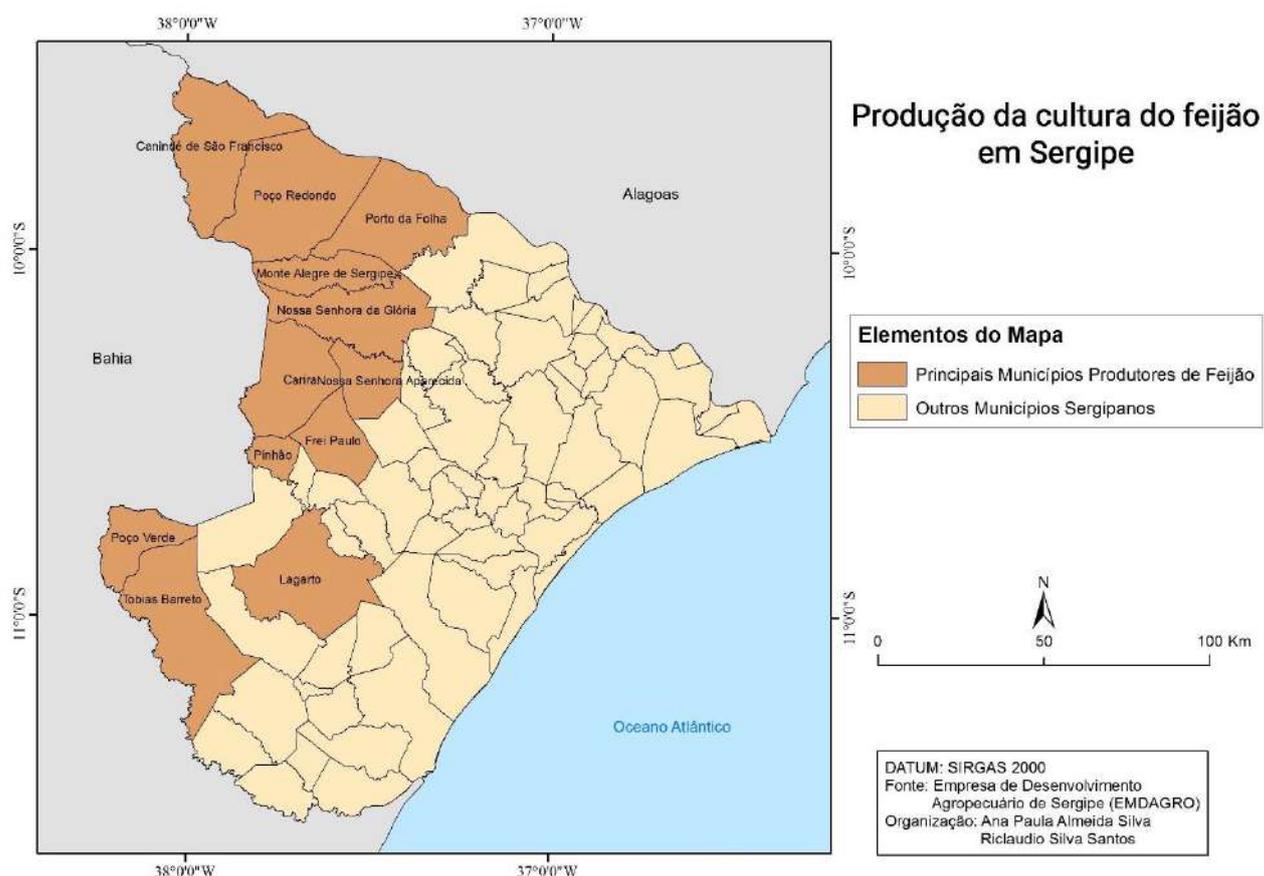
Nº	MUNICÍPIOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MÉDIA
1	Poço Verde	7.917	7.870	7.898	3.380	2.989	5.510	6.780	6.049
2	Poço Redondo	3.690	1.150	1.300	1.010	1.820	1.090	900	1.566
3	Porto da Folha	3.500	350	1.020	550	1.515	1.010	1.000	1.278
4	Tobias Barreto	830	1.200	1.260	1.280	1.300	420	500	970
5	Carira	1.500	200	3.000	200	200	300	220	803
6	Lagarto	1.030	800	1.050	1.160	1.280	100	180	800
7	N. S. da Glória	2.200	730	1.110	410	105	100	80	676
8	Canindé de S. Francisco	2.060	310	610	390	660	320	200	650
9	Frei Paulo	512	410	508	500	300	300	300	404
10	Monte Alegre	730	440	500	260	277	350	150	387
11	Pinhão	505	505	506	305	305	300	280	387
12	N. S. Aparecida	302	152	153	200	200	200	180	198
TOTAL MUNICÍPIOS (A)		24.776	14.117	18.915	9.645	10.591	10.000	10.770	14.168
TOTAL ESTADO (B)		33.760	21.247	25.359	14.624	14.913	13.380	14.953	19.748
A / B (%)		71,2	64,4	72,6	64,2	73,4	74,7	72	71,7

Fonte: Relatório da Emdagro, 2019 (p. 12). Adaptado pelo autor.

Essa redução da área destinada à produção de feijão aumenta a dependência dos camponeses em relação ao mercado, pois o consumo desse alimento passa a ser adquirido via compra. No mapa seguinte é possível analisar a espacialização da cultura

do feijão em Sergipe. É notória a grande concentração desse cultivo no Alto Sertão, Oeste do estado e em alguns municípios do Centro Sul. Além disso, esse alimento em sua grande maioria é produzido em pequenas propriedades utilizando-se de mão de obra familiar.

Mapa 4 - Produção da cultura do feijão em Sergipe



Nesse sentido, a produção agrícola está cada vez mais sujeitada às necessidades do mercado, tendo a oferta de alimentos diminuída para destinação de terras à produção de monocultivos a exemplos da cana, soja e milho para servir a produção energética e ao consumo animal. Esse movimento converge para a redução da policultura e consigo a dependência dos camponeses em relação ao consumo de alimentos que não são produzidos em suas propriedades. Ressalta-se também que outros cultivos produzidos pelos agricultores no Sertão como abóbora, quiabo, mandioca e algodão foram corroídos diante do avanço progressivo do monocultivo do milho nessas terras financiado pelo capital. Segundo as palavras de uma camponesa:

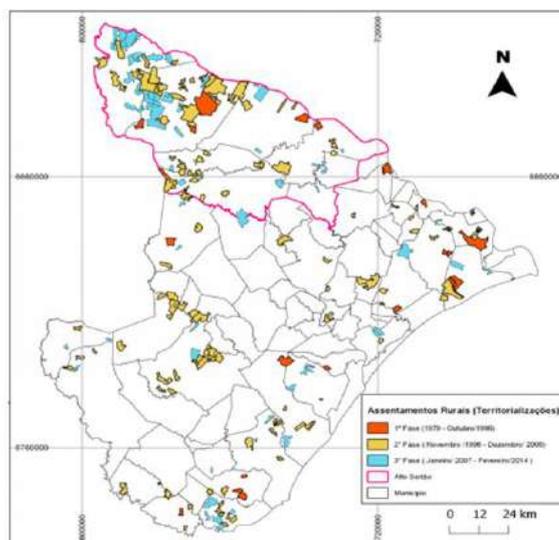
Antes da chegada dos maquinários, se produzia no Sertão vários alimentos. Mandioca, algodão, abóbora, quiabo, feijão e milho, depois dos anos 2000

com a chegada dos tratores passamos a produzir mais o milho. O feijão se planta pouco e às vezes só para o consumo mesmo (M. H.A. 56 anos, pesquisa de campo N.S. da Glória dez./2019).

O produtor de milho M. S. de 37 anos ratifica essa realidade “já vi sair muitas sacas de feijão dessas terras aqui, mas hoje em dia está tudo tomado pelo milho por aqui quase ninguém planta mais feijão” (Pesquisa de campo N.S da Glória dez./2019). Em campo foi visto que a produção de feijão mesmo resistindo em algumas propriedades é insuficiente para o consumo das famílias; geralmente precisam recorrer ao mercado para adquirir esse alimento. Essa razão é decorrente sobretudo, da ampliação da área do cultivo de milho em detrimento da produção de outros alimentos.

Nessa conjuntura ressalta-se que apesar dos rebatimentos que a expansão do monocultivo do milho promove sobre as relações de soberania alimentar no Sertão sergipano essa área passou por grandes transformações nos últimos anos, sobretudo com o expressivo número de assentamentos rurais frutos da reforma agrária. Dessa forma, esse território marcado pela escassez de chuvas, assumiu grande relevância na produção de alimentos se metamorfoseando de uma área de terra com a presença de condições inóspitas a um espaço com uma larga diversidade de produção de alimentos, produzidos por milhares de famílias camponesas assentadas. Na figura abaixo, nota-se a espacialização da força dos movimentos sociais que atuam no território do Alto Sertão de Sergipe transformando as relações socioespaciais.

Figura 27 - Mapa da “Área Reformada” Construída pelos Movimentos Sócioterritoriais do Alto Sertão Sergipano nas Três Fases da Luta pela Terra e Redistribuição Fundiária pela FUNAI, FCP e INCRA 1979 – 2014



Fonte: INCRA, 2014.
Organização e elaboração: TANEZINI, 2015.

Fonte: TANEZINI, 2014 p. 621.

Logo, a constituição de assentamentos rurais nesse território demonstra a resistência de sujeitos sociais nesse espaço que produzem uma larga diversidade de alimentos abastecendo diversos pontos de comercialização no estado de Sergipe. Fundamenta-se assim a importância das famílias assentadas frente a apropriação do espaço pelo capital, mesmo diante da corrosão das relações de soberania alimentar. Nas figuras seguintes observamos a produção de alimentos em assentamentos frutos da luta pela terra no município de Poço Redondo, SE.

Figura 28- Produção de alimentos em lote de reforma agrária em Poço Redondo, SE



Fonte: Ana Paula Almeida, Pesquisa de campo 2018.

Figura 29- Produção de quiabo em lote irrigado no projeto Jacaré Curitiba em Poço Redondo, SE



Fonte: Ana Paula Almeida Silva, Pesquisa de Campo 2018.

Contudo, a expansão do capital no campo tem respaldo, sobretudo com a expansão do cultivo de milho transgênico, essa realidade está diretamente vinculada a fragmentação das relações de soberania alimentar quanto a guarda das sementes crioulas. Desse modo, as sementes híbridas e manipuladas geneticamente assumem cada vez mais dominância nas lavouras de milho de Sergipe.

5.3 A invasão dos Transgênicos no Campo: caminho a Poluição Genética

A produção de alimentos transgênicos em larga escala é uma realidade da agricultura moderna; o uso indiscriminado da química tem produzido consequências no que concerne o real objetivo da produção agrícola. A proliferação das sementes geneticamente modificadas no campo brasileiro tem contribuído para uma drástica redução das sementes crioulas, o que evidencia a perda da diversidade genética natural. De acordo com Roberts (2009) os transgênicos são responsáveis por mais de um quarto da área plantada de milho e mais da metade da área plantada de soja em todo mundo.

Os organismos geneticamente modificados assumem o paradigma do moderno sendo expressão do novo padrão de acumulação no campo. As extensas áreas de terras dominadas por monoculturas, tem o mercado como a base de fornecimento das sementes oligopolizadas por um reduzido grupo de empresas transnacionais que exercem o controle sobre a comercialização de insumos agrícolas no mundo. O poder do mercado ao disseminar as sementes transgênicas, é responsável pela determinação dos preços bem como pela construção da ideologia do desenvolvimento.

A comercialização das sementes transgênicas é responsável pela geração de grande lucratividade, provocando, entretanto, a poluição genética nas áreas de produção agrícola e assim, o desaparecimento de inúmeras espécies. A contaminação ambiental pelas referidas sementes, tem suscitado diversos questionamentos diante dos resultados imprevistos da manipulação genética⁴⁰. As plantas transgênicas podem conter substâncias novas capazes de prejudicar o homem e interagir com espécies nativas destruindo as mesmas. Segundo Roberts (2009), o fluxo gênico ocorre entre variedades transgênicas e não transgênicas das mesmas safras agrícolas, à medida que as sementes e o pólen se dispersam, podendo resultar na contaminação transgênica, especialmente

⁴⁰ Com o DNA recombinante a ciência pode teoricamente criar um número infinito de novos organismos feito praticamente para qualquer objetivo pensado em especial o lucro (ROBERTS, 2009).

porque algumas plantas transgênicas foram criadas não para servir de alimentos, mas para a fabricação de compostos farmacêuticos podendo ocorrer cruzamentos e implicar na formação de novas substâncias químicas na cadeia alimentar humana.

O controle sobre a patente das sementes transgênicas compete as grandes empresas que controlam a venda de insumos agroquímicos como a Bayer que assume o posto atual de maior corporação agrícola do mundo após a fusão com a Monsanto; dominando assim o mercado de sementes e agrotóxicos faturando bilhões de dólares anualmente. Segundo informações documentadas no Atlas do Agronegócio (2018), o processo de fusão de empresas cria conglomerados empresariais cada vez mais poderosos.

Em junho de 2018, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos aprovou a compra, por US\$ 63 bilhões, da gigante americana Monsanto pela alemã Bayer. Ainda em 2017, outras duas gigantes, DuPont e Dow Chemical, ambas dos EUA, se fundiram na DowDuPont, e a ChemChina comprou a empresa suíça Syngenta por US\$43 bilhões. Assim, os três conglomerados recém-formados devem dominar mais de 60% do mercado de sementes comerciais e de agrotóxicos (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018 p.20).

Oliveira (2016) argumenta que no setor de fornecimento de sementes e produção de agrotóxicos dentro do agronegócio brasileiro e mundial, atuam a Monsanto, Dow e Pioneer (americanas), juntamente com a Bayer (alemã) e a Syngenta (suíça) essas empresas dominam o segmento de pesquisa. Assim, o mercado de sementes no Brasil é controlado por uma minoria de empresas que comercializam esse ‘insumo’ subordinado a indústria alcançando elevados lucros.

(...) as megacorporações empresariais que comercializam sementes em âmbito global buscam, continuamente, entabular a monopolização do território camponês e dos povos tradicionais pelo capital. A estes são impostos experimentos genéticos patentizados e que põe em risco a soberania alimentar das comunidades, em especial, o direito à salvaguarda, ao cultivo e à troca de sementes crioulas. De igual modo, as megacorporações empresariais, ao restringirem a oferta de sementes àquelas que integram seu portfólio comercial, ameaçam a (re)produção social da vida (LIMA, 2018, p. 12).

Esse quadro evidencia a concentração de poder econômico que as empresas agroquímicas possuem, demonstrando a sua capacidade de obtenção de lucros ao monopolizar o mercado de venda de sementes. Ademais, à medida que ocorre a ampliação da venda de sementes transgênicas e híbridas, as populações camponesas

ficam reféns do cercamento da agricultura de mercado, tendo suas práticas agrícolas corroídas pela enxurrada de produtos agroquímicos manipulados e comercializados por essas grandes empresas. Assevera-se que a revolução genética empreendida pelas empresas no campo, impõe novas tecnologias como genes modificados cujos efeitos são imprevisíveis, como ressalta Roberts (2009, p. 256):

Como diferentes tipos de células contêm diferentes compostos químicos, a mesma proteína pode produzir resultados substancialmente diferentes quando expressa em células distintas. Ao transferir um gene de uma espécie para outra e ao se fazer com que as proteínas normalmente expressas em uma célula sejam expressas em um ambiente celular completamente diferente, a modificação transgênica pode gerar o risco de efeitos imprevisíveis e potencialmente indesejados.

A produção de cultivos a partir das sementes transgênicas no estado de Sergipe teve ascensão com o boom da produção de milho na primeira década do século XXI, se intensificando no decorrer dos últimos anos. A pesquisa realizada por Cunha (2015) a respeito da espacialização do milho transgênico no Oeste do estado mostra que o processo de aquisição de sementes transgênicas envolve todo um lobbie do setor, incluindo propagandas em diversos meios informativos, apresentação de catálogos aos produtores por meio de representantes comerciais que vão diretamente à casa dos produtores rurais para venderem as sementes.

Esse conjunto de iniciativas aliadas aos incentivos das políticas públicas federais e estaduais contribui diretamente para a territorialização do cultivo do milho transgênico e híbrido em Sergipe, sendo que as sementes transgênicas possuem diversas tipologias, bem como valores no mercado. O milho transgênico possui múltiplas variedades com finalidades específicas que incluem a uniformização do tamanho das plantas, altura adaptada a colheitadeira, resistência a pragas como lagartas e ervas daninhas e etc.

O milho transgênico tem introduzido em seus genes, toxinas que protegem a planta contra seres indesejados na plantação, a exemplo da lagarta do cartucho e demais seres e microrganismos. Esses seres são responsáveis pelo equilíbrio do ecossistema local e são exterminados pelos venenos e toxinas contidas nas sementes. Nesta medida as plantas transgênicas convertem-se em plantas pesticidas (CUNHA, 2015, p. 101).

As áreas ocupadas pela monocultura do milho em Sergipe, em sua grande maioria possuem sementes transgênicas, sobretudo nas grandes e médias propriedades, incidindo em supersafras nos últimos anos. Desse modo, a tecnologia transgênica é utilizada principalmente por produtores que possuem um maior poder aquisitivo no

campo, ou seja, aqueles que controlam grandes extensões de terras e os meios de produção. Na figura abaixo nota-se uma plantação de milho transgênico em uma grande propriedade no município de Carira, um dos maiores produtores de milho do estado de Sergipe.

Figura 30 - Produção de milho transgênico no município de Carira, SE



Foto: Rone Guimarães, Agosto de 2019.

Assim em Sergipe, a produção do milho se apresenta de forma bastante complexa. Um dos setores que consolidam a formação das supersafras nos últimos anos é a comercialização de insumos para essa produção como as sementes. Desse modo o mercado de sementes transgênicas, híbridas e convencionais tem suma importância para a dinâmica produtiva que envolve o agronegócio do milho no estado. Em entrevista realizada com S.R.O.L, técnico agropecuário que trabalha com a comercialização de insumos da Syngenta⁴¹, foi registrado que no campo brasileiro hoje atuam diversas empresas com a comercialização de insumos para essa produção. Segundo o

⁴¹A Syngenta é uma empresa global com a sede na Suíça, especializada em sementes e produtos químicos. Estamos em mais de 90 países ofertando nossas soluções e suporte especializado, para que os produtores possam produzir mais e melhor, ou seja, permitindo que milhões de agricultores façam melhor uso dos recursos disponíveis. Estamos empenhados em recuperar terras à beira da degradação, promover a biodiversidade e revitalizar comunidades rurais. No Brasil, estamos presentes nas principais regiões agrícolas por meio de centros de pesquisa e estações experimentais, bem como pela realização de plantios experimentais desenvolvidos em parceria com produtores de culturas variadas, em diversos ecossistemas e locais do país (SYNGENTA, 2019).

entrevistado, cada empresa hoje possui um material com destaque no mercado; em Sergipe, as sementes transgênicas e híbridas⁴² predominam nas vendas.

Destarte, entre os materiais mais comercializados em Sergipe se encontram as seguintes empresas e variedades de milho, respectivamente: A Syngenta apresenta no mercado o milho IMPACTO, a Agrocerec o 7088 e 15A96, a DuPont Pioneer o 30F35, a Morgan o 30A37, a Dow AgroSciences o 2B587 (Pesquisa de campo, 2019). Ressalta-se que essas empresas estão territorializadas pelo Brasil e em diversos municípios sergipanos, obtendo elevados lucros com o cultivo do milho subordinado ao modelo agrícola do agronegócio. Segundo as palavras de S.R.O.L, somente no município de Itabaiana existem de 15 a 16 empresas que comercializam insumos químicos para todo o estado, sobretudo para as áreas com maior presença de culturas agrícolas, a exemplo dos perímetros irrigados de Itabaiana e Canindé do São Francisco, Platô de Neópolis, Centro Sul e nas áreas de expansão do cultivo do milho (Pesquisa de campo realizada em Itabaiana, dez./2019). No quadro abaixo são destacadas algumas das principais empresas que comercializam sementes para a produção de milho em Sergipe.

Quadro 7 - Principais empresas fornecedoras de sementes para o cultivo do Milho em Sergipe

Agrocerec
Dow AgroSciences
DuPont Pioneer
Monsanto
Morgan
Syngenta

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

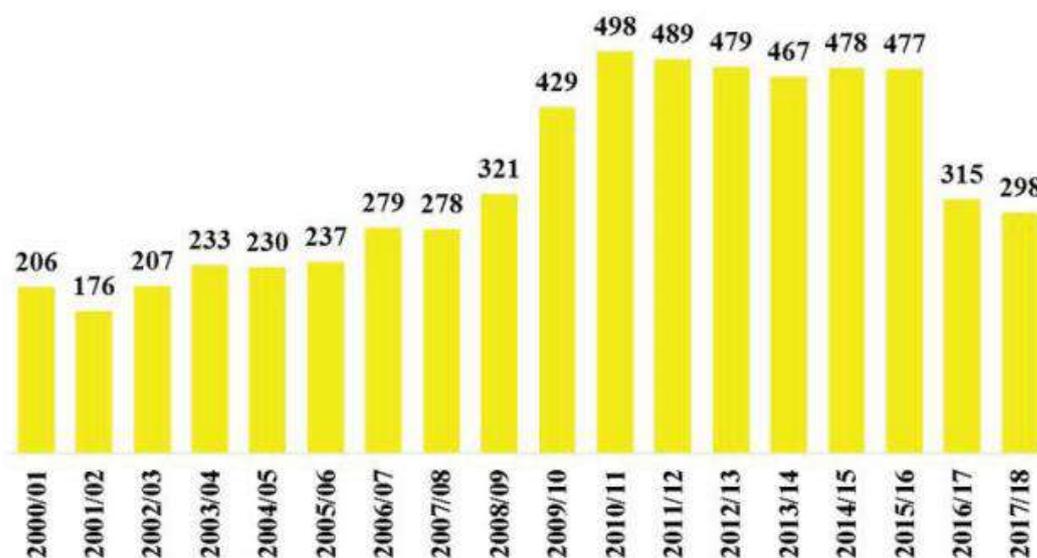
Além disso, o preço das sementes convencionais e transgênicas é diferenciado no mercado. Foi registrado em campo que as sementes convencionais possuem valores

⁴² Segundo Oliveira (2012) Os trabalhos de melhoramento com milho híbrido no Brasil tiveram início em 1932, sendo o segundo país a adotar o milho híbrido. Ao contrário do milho transgênico, o híbrido não tem genes de outras espécies implantadas. Ele é produzido através do cruzamento de duas linhagens puras, que dão origem ao milho híbrido. O grão somente apresenta as características (maior produção de proteína, por exemplo) na primeira geração. As pesquisas de novos híbridos têm sido realizadas no Brasil principalmente por universidades e órgãos públicos. Hoje, é possível encontrar híbridos mais resistentes à seca, milhos anões de alta produtividade, milhos com maior teor de óleo, carotenos e xantofilas, milhos resistentes às pragas dos grãos armazenados, plantas de maior digestibilidade para uso como silagem para o gado, etc. Disponível em: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/22190/milho-hibrido>

entre R\$ 80 a 100, enquanto as sementes com modificações genéticas são adquiridas por valores a partir de R\$ 350 reais, sendo que esse valor equivale a uma saca de 20 quilos. Em relação ao público destinado, as sementes convencionais são compradas, sobretudo por pequenos produtores, enquanto as transgênicas são adquiridas por médios e grandes produtores de milho.

Porém, nesse mercado diversificado de atuação de grandes multinacionais que monopolizam o comércio de sementes a nível mundial, as variedades convencionais cada vez mais tem sua utilização reduzida na produção de milho brasileira. Por outro lado os cultivares transgênicos tem apresentado elevado crescimento nos últimos anos. De acordo com Filho e Borghi (2018) no levantamento da safra 2017/2018 foram relacionadas 298 cultivares, incluindo milho em grão, silagem, pipoca e milho verde comum. Do total das 298 cultivares, 195 foram transgênicas, apresentando um ou mais eventos, e as restantes 103 são convencionais, o que significa que 65,43% das cultivares de milho que estão no mercado são transgênicas e apenas 34,56% são convencionais. Nota-se o quanto as sementes transgênicas se ampliam em termos de utilização na produção de milho brasileira. Na figura seguinte é destacado o número de cultivares disponíveis no mercado de sementes de milho no Brasil, no período de 2000/01 a 2017/18 apresentando um progressivo aumento do número de cultivares.

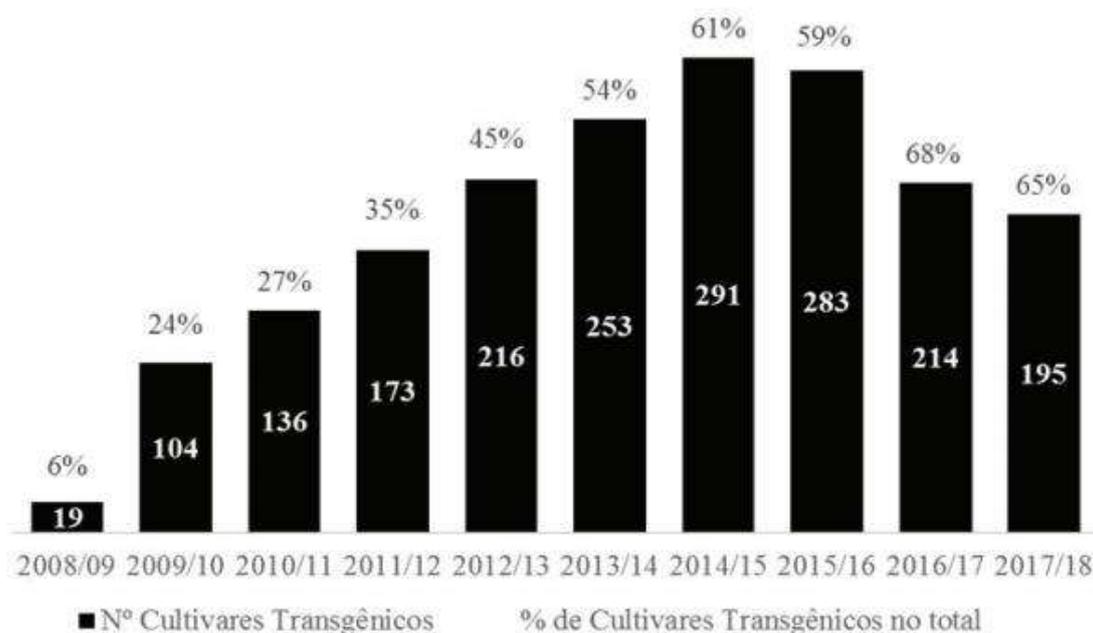
Figura 31 - Número de cultivares disponíveis no mercado de sementes de milho no Brasil



Fonte: Filho e Borghi (2018, p.8) de acordo com o levantamento realizado pela Embrapa Milho e Sorgo com as empresas produtoras.

Observa-se na figura acima que nos dois últimos anos ocorreu uma redução no número de cultivares comercializados. Porém, ainda segundo os autores, é importante mencionar que, embora o número de cultivares disponíveis nestes dois últimos anos de levantamento seja menor, não significa que houve retração no lançamento de novos híbridos de milho. A proporção de cultivares com a presença de tecnologia transgênica vem se elevando e mantendo sempre uma porcentagem acima dos 59% do total como visto na figura abaixo. Além disso, se todas as empresas enviassem suas listas atualizadas, a proporção de cultivares com eventos transgênicos seria muito diferente.

Figura 32 - Evolução do número de cultivares com eventos transgênicos e a porcentagem destes em relação ao número de cultivares totais



Fonte: Filho e Borghi (2018, p.8) de acordo com os levantamentos realizados pela Embrapa Milho e Sorgo entre os anos agrícolas 2008/2009 a 2017/2018.

Assim, percebe-se o grande avanço da utilização das sementes transgênicas na produção do milho desde 2008/09 onde o percentual de cultivos transgênicos ocupava apenas 6% elevando-se assim para 65% na safra de 2017/18. Essa realidade corrobora ao grande poder exercido pelo mercado de sementes de milho transgênico hoje no campo, monopolizado por um número reduzido de empresas. Segundo um dos comerciantes entrevistados no decorrer da pesquisa de campo, existe um mercado próprio de adulteração de sementes, formado por grupos especializados com atuação principalmente no Centro Oeste brasileiro, que circula por várias regiões com a

presença de monocultivos tendo elevados lucros com esse comércio. Esse quadro foi ratificado por um dos produtores entrevistado em pesquisa de campo ao afirmar ter adquirido sementes de milho que não germinaram tendo assim prejuízo. Segundo reportagem do Canal Rural o agronegócio no Brasil sofre um prejuízo de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões causados pela pirataria de sementes⁴³ esse quadro é decorrente do rápido crescimento da agricultura global, com ofertas de produtos de alto potencial e valor agregado. De acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Semente⁴⁴ as sementes piratas⁴⁵ constituem grãos comuns, vendidos sem qualquer garantia de qualidade fisiológica, sanitária ou genética e que arrastam para as lavouras pragas e doenças difíceis e caras de controlar. Destarte, o Brasil esta entre os países latinos que a pirataria possui maior incidência sendo estimado que em torno de 30% das sementes plantadas a cada ano sejam ilegais.

Essa realidade agrava ainda mais as relações de soberania alimentar, sobretudo no que condiz a guarda do patrimônio genético de sementes no Brasil coadunadas a expansão desenfreada de espécies transgênicas. Fundamenta-se que o desenvolvimento de cultivares como os organismos geneticamente modificados confirma o poder do capital sobre a subordinação da própria existência, pois os transgênicos correspondem a uma tecnologia marcada por profundas incertezas quanto aos seus efeitos no que se refere à reprodução da vida.

⁴³ Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pirataria-sementes-causa-prejuizo-quase-bilhoes-agro-brasileiro-72098/>

⁴⁴ <http://www.abrasem.com.br/alto-indice-de-sementes-piratas-ameaca-conquistas-da-agricultura-brasileira>

⁴⁵ Sementes piratas são definidas como insumos vendidos no mercado informal, sem certificação de origem e validade. Normalmente, são comercializadas entre os próprios produtores ou por fornecedores descredenciados e falsificadores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões em torno da atual conjuntura da produção agrícola mundial chama atenção para um processo em curso presente no sistema global imposto ao campo. A reprimarização da pauta econômica de diversos países no denominado mundo em desenvolvimento representa a força do capital expropriador da produção da natureza. A maior acentuação da produção de monocultivos com a especialização produtiva em produtos de baixo valor agregado comercializados no mercado mundial sob o aspecto de commodities singulariza a subordinação de diversos países dentro da Divisão Internacional do Trabalho.

Essa subserviência demonstra a força do capital no atual momento de crise como um definidor poderoso das relações que devem ser desenvolvidas no espaço. A pujança do capital sobre as terras da América Latina é uma realidade, cuja formação histórica procede no período da colonização exercida pelos europeus, prosseguindo essa condição até os dias atuais. No cenário contemporâneo a exploração e apropriação de riquezas se aprofundam, sendo o campo latino em sua dominância tomado pelas cercas e prisões construídas pelas estruturas do capital, a exemplo do modelo econômico neoliberal que sucumbe a produção agrícola dessa região aos fluxos de comércio mundial, engendrados nos interesses dos grupos econômicos que dominam a agricultura de mercado.

A histórica estrutura fundiária controlada por uma minoria de proprietários de terras em associação com os fluxos de capitais sem limites sob a ótica do capital financeiro acentua o processo de transferência geográfica de valor nessa região. As empresas transnacionais que controlam as diversas dimensões do processo de produção agrícola, se territorializam através do comércio de insumos químicos e pacotes tecnológicos, contribuindo para uma maior apropriação do campo pelo capital.

O debate fundamentado nessa pesquisa mostrou a vulnerabilidade das commodities, produtos de baixo valor agregado no mercado mundial e a volatilidade dos preços desempenhando um papel central na apropriação da natureza. Na América Latina, os relatórios fornecidos pela Cepal e Oxfam, deixam claro o processo de crescimento da pobreza e extrema pobreza, tendo como público mais atingido aqueles que convivem nas áreas rurais. A expropriação de milhares de trabalhadores camponeses pelo avanço de monoculturas destinadas à exportação tem produzido um

quadro constante de ameaças à soberania alimentar, realidade que contribui para o aumento de famintos nessa região diante da voracidade exercida pelo modelo agrícola dominante.

No Brasil, um dos maiores produtores de matérias-primas para o mercado mundial, o capital sob as teias do agronegócio tem se voltado para extensas áreas de terras e águas. A expansão desenfreada dos monocultivos desde o boom das commodities iniciado no século XXI estende as amarras do capital sobre esse espaço agrário, produzindo uma acentuação na especialização produtiva de commodities, processo que recebe o nome de reprimarização; as consequências desse processo se evidenciam na superexploração do trabalho e apropriação de terras, agudizando o quadro de concentração desse bem. Nessa conjuntura, são os imperativos circunscritos ao imperialismo que avançam na produção do espaço. Esse processo se realiza a partir do Estado, responsável por gerenciar os interesses do capital, a exemplo da elaboração e/ou flexibilização de legislações coadunadas com o processo de reprimarização econômica. São os aportes do crédito rural que financiam a estrutura produtiva do agronegócio beneficiando grandes proprietários de terras, além de inserir os camponeses na dependência do mercado.

Verifica-se que o Imperialismo se realiza no campo via estruturas institucionais, responsáveis pela circulação do capital como o Banco Mundial, instituição financeira a serviço do capital. Esse banco desenvolve diversos projetos nos países pobres, conduzindo vultuosos empréstimos, gerando o endividamento de vários países submissos as vontades dos credores tornando essas nações reféns da abertura de mercado, sujeitas assim aos paradigmas do Neoliberalismo. É sob o discurso de combate à pobreza que o referido banco desenvolve diversos projetos sobretudo em regiões carentes. Em Sergipe, o banco nos últimos anos desenvolveu projetos voltados para a pobreza rural no campo, defendendo o discurso do desenvolvimento local, levando as populações camponesas a serem inseridas no mercado.

São essas condições que alicerçam a transformação do monocultivo do milho de uma base alimentar para uma produção monopolizada pelo mercado assumindo expressão nas terras de diversos municípios sergipanos, sobretudo pelas iniciativas do estado que corroboram a intensificação da mecanização. O principal meio de financiamento disponibilizado pelo Estado é o crédito rural, esse recurso tem engendrado a expansão do agronegócio no campo brasileiro, essa política é efetivada de

forma díspare entre os produtores, aumentando as desigualdades socioeconômicas no espaço agrário, tendo em vista a diferença de valores de crédito destinado a grandes proprietários de terras e pequenos produtores.

Percebeu-se que o projeto de modernização da produção do milho está entrelaçado aos interesses de grupos específicos como as empresas que fornecem o pacote tecnológico a produção agrícola hoje no campo brasileiro. Assim, o agronegócio assume expressão em Sergipe com o monocultivo do milho subordinado ao mercado. A elevada demanda desse grão no Nordeste se relaciona ao complexo agroindustrial da avicultura, que necessita de grande quantidade de milho para alimentação animal e internamente, às demandas advindas da bacia leiteira do Alto Sertão e o beneficiamento industrial.

A pesquisa constatou que a expansão desse cultivo tem engendrado uma agricultura ligada às necessidades do mercado, produzindo ameaças às relações de soberania alimentar sobretudo pela diminuição da produção de alimentos diversificados no Sertão de Sergipe como o feijão, quiabo, abóbora, mandioca etc. Esse quadro de redução da produção dos cultivos destinados à alimentação da população produz a corrosão da soberania alimentar das famílias no campo, aumentando a dependência em relação ao mercado.

Nesse âmbito, são as políticas públicas que financiam a expansão desse monocultivo em Sergipe, de modo que a principal política se configura através do Pronaf, responsável por subsidiar o custeio agrícola da produção atingindo diversos produtores e corroborando a territorialização do capital via cultivo do milho em Sergipe. Destarte, nos últimos anos, o estado tem desenvolvido vários projetos destinados a incentivar a produção de milho. São iniciativas como a distribuição de sementes, horas de maquinários, programas de assistência técnica que viabilizam a expansão desse monocultivo sobre diversos municípios sergipanos, se transformando na lavoura temporária com a maior área de terra ocupada.

Essa realidade impacta na elevada tecnificação do processo produtivo ocasionando a subordinação da agricultura à indústria. Desse modo, o capital se expande por meio das infraestruturas que consolidam a expansão da cadeia produtiva do milho. O maior uso de maquinários é financiado pelos aportes de crédito, tendo como desdobramento o endividamento de muitos camponeses que não conseguem pagar as dívidas adquiridas

junto às instituições financeiras. Além disso, o processo de mecanização das atividades do campo gera demasiadamente a redução da oferta de empregos no campo. Esse processo favorece a mobilidade de trabalhadores para as cidades sob a condição de uma espécie de refugiados, pois foram expropriados de suas condições de vida.

Percebe-se que a cadeia produtiva envolvida no cultivo do milho é complexa; em campo foram identificados os diversos sujeitos sociais que possuem elevadas receitas com o cultivo do milho. Destacam-se nesse grupo, os grandes produtores, responsáveis por controlar áreas de terras extensas e os meios de produção, os comerciantes de vendas de insumos químicos, que vendem pacotes tecnológicos extremamente custosos aos produtores de milho, além dos atravessadores que intermediam a produção, comprando a um preço baixo a produção dos pequenos produtores e revendendo no mercado posteriormente obtendo elevados ganhos.

Nessa conjuntura foi percebido o quanto o mercado de sementes e agrotóxicos monopolizados por multinacionais específicas se territorializa no campo sergipano entrelaçado a cultura do milho. A comercialização de insumos para o referido cultivo se torna um grande negócio tendo em vista o poder que esse mercado possui na obtenção de lucros. Em pesquisa de campo foi constatado as principais empresas que comercializam sementes no campo de Sergipe destacando-se: Agroceres, Dow AgroSciences, DuPont Pioneer, Monsanto, Morgan e Syngenta. Esses grupos subordinam o mercado de sementes com a comercialização, sobretudo de cultivares transgênicos e híbridos para os agricultores. A dominância exercida por esse mercado tem comprometido as relações de soberania alimentar das populações no campo, crescentemente submissas ao controle exercido pelo mercado.

No que se refere a venda de agrotóxicos, são as mesmas empresas envolvidas na comercialização de sementes que dominam esse mercado. Sublinha-se a elevada expansão do crescimento das vendas de ingredientes ativos em Sergipe entre os anos de 2000 a 2017, o crescimento nas vendas de ingredientes ativos foi de 861,6%. Desse modo, o monocultivo do milho é a cultura no estado com maior destinação dos agrotóxicos comercializados, segundo os estudos de Pignati (2017) a lavoura do milho possui um consumo de 46% dos agrotóxicos vendidos em Sergipe. Em campo foram identificados pelos produtores de milho as principais tipologias utilizadas nesse monocultivo destacando-se a Atrazina, Cipermetrina, Cyprtrin, Callisto, Lannate e o Tordon. Ressalta-se que existem uma diversidade de tipologias de agrotóxicos

utilizados nesse cultivo que não foram registradas. Além disso, essa pesquisa constatou a ocorrência do uso indiscriminado dessas substâncias químicas ao serem pulverizadas nas lavouras de milho, é comum os trabalhadores realizarem a manipulação sem nenhum tipo de proteção, levando assim a intoxicações que na maioria das vezes não são registradas. Não obstante, os dados do Censo Agropecuário de 2017 fornecidos pelo IBGE, confirmam a maior concentração de estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos sob os municípios com a predominância do monocultivo do milho.

Nessa perspectiva, é a retórica do desenvolvimento econômico que instrumentaliza o corpo ideológico para o avanço do monocultivo do milho sobre o espaço agrário sergipano. De modo que, o discurso do progresso, produtividade, novas técnicas para esse cultivo impulsionam a trajetória do capital sobre as terras camponesas. Esse processo legitima a apropriação pelo capital da produção camponesa, corroborando a monopolização do território, diante da submissão dessa produção aos interesses hegemônicos dos grupos que controlam o mercado.

Na pesquisa de campo, majoritariamente os produtores de milho consideram esse cultivo agrícola importante, confirma-se que existe um crescimento econômico associado ao monocultivo do milho, todavia o mesmo se realiza a partir das contradições inerentes a realização do capital, pois ao mesmo tempo em que essa produção apresenta receitas positivas, ocorre o endividamento de produtores, a diminuição dos postos de trabalho no campo, a corrosão da soberania alimentar, o esgotamento dos solos, contaminações pelo uso de venenos e sementes transgênicas, comprometendo assim a própria reprodução da vida.

Considera-se que monocultivos a exemplo do milho em Sergipe, desencadeiam desdobramentos negativos a produção da relação sociedade natureza. O movimento de expansão do capital no espaço agrário, latino, brasileiro, sergipano evidencia a atuação dessa relação social nas múltiplas escalas em um contexto de agressividade sob a produção da natureza. Os processos discutidos, analisados nessa pesquisa como a reprimarização das economias fazem parte de uma agricultura neoliberalista voltada às diretrizes de reprodução do capital. A especialização produtiva dos países em bens de baixo valor agregado confirma a racionalidade produtiva imposta pelo capital visando a predação da natureza e do trabalho como tentativa para saída de sua própria crise estrutural.

Nesse âmbito o avanço do monocultivo do milho no espaço agrário de Sergipe, compreende as dimensões circunscritas as hierarquias escalares prudentes a circulação do capital. Nota-se que a demanda pela produção de grãos está diretamente relacionada às exportações de carnes. Portanto, a expansão de monoculturas está coadunada a subordinação das relações capitalistas de produção que se estabelecem no campo repercutindo em desdobramentos sobre a reprodução da vida.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERE, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera** 16 (2012): 22-32.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: Ensaio de Sociologia do Trabalho. 2 ed. Londrina: Práxis, 2007. 288p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DO MILHO. **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.abimilho.com.br/estatisticas> Acesso em: 25 de nov. 2019.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2018. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/atlas_agro_final_06-09.pdf Acesso: 27 de Novembro de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário Estatístico de Crédito Rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil> Acesso: 28 de junho 2018.

BECKER, Elisabeth Leia Spode. A geografia e o método dialético. **VIDYA**, Santa Maria v. 25, n. 2, p. 51-58, jul/dez, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. **Mudança técnica e espaço**: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: Conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

BERRIEL, Ranyer Rodrigues de Araújo. **Os recentes processos de desindustrialização e reprimarização das exportações brasileiras**: o papel da taxa de câmbio e dos preços das commodities. Monografia em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense Campos dos Goytacazes – RJ, 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH- USP, 2017.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch, 1888-1938. **A economia mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário-exportador e suas implicações socioambientais. **AGRÁRIA**, São Paulo, No. 13, p. 169-195, 2010.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Pobreza feminina: um subproduto pouco visível da riqueza do agronegócio — o caso de Cruz Alta-RS. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 97-122, maio 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Melhoramentos 1969. Disponível em: https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/primavera_silenciosa_-_rachel_carson_-_pt.pdf

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CHONCHOL, Jacques. A Soberania Alimentar. **ESTUDOS AVANÇADOS** 19 (55), 2005.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe**, 2018 (LC/PUB.2019/1-P), Santiago, 2019. Disponível em: acesso em 28 de junho de 2019.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Panorama Social de América Latina**, 2018LC/PUB.2019/3-P, Santiago, 2019.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. v. 1, n1 (2013-2018) Brasília: Conab, 2018. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos/item/download/21088_8ca248b277426bb3974f74efa00abab6

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Expansão do agronegócio em Sergipe. **Geonordeste**, Ano XXII, n. 2, 2011.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Estado, Capital e a farsa da expansão do Agronegócio. **MERIDIANO – Revista de Geografía**, número 2, 2013 – versión digital. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/>. Acesso em: 03 de Março de 2017.

CONTINI, Elisio et al. **Milho Caracterização e desafios tecnológicos**. Embrapa, Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/195075/1/Milho-caracterizacao.pdf>

CUNHA, Jacksilene Santana. **O agronegócio do milho transgênico no Oeste Sergipano**. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Cristóvão, 2015.

DELGADO, Guilherme da costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **ESTUDOS AVANÇADOS** 15 (43), 2001.

_____. **“Do capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. In Questões sociais e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

_____. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.111-125, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. Brasiliense, 2017.

EMDAGRO. **Relatório de atividades 2017**. Aracaju/ Dezembro de 2017.

EMDAGRO. **Análise Conjuntural sobre a Cultura do Feijão**, 2019.

ENGELS, Fredrich. **A origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FILHO, Israel Alexandre Pereira; BORGHI, Emerson. **Sementes de milho no Brasil: a dominância dos transgênicos**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2018. 13 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/186601/1/doc-223.pdf> Acesso em: 23 de Dezembro de 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L e PM, 2012.

GARCIA, Nicolle Berti; JUNIOR, Orlando Aleixo de Barros. Agronegócio e reprimarização econômica: um olhar sobre os impactos do processo de inovação técnico-científico e concentração de capital no campo brasileiro. **Revista IDeAS**, v. 9, n. 2, p. 152-175, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 edª. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE, **Produção da Pecuária Municipal 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 28 de Dezembro de 2019.

INCRA-SE. **Desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano**: diagnóstico, assentamentos de reforma agrária e proposta de política. Aracaju, Janeiro de 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMOSO, Lisandra Pereira. “Neodesenvolvimentismo” brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24 n. 3, 391-404, set/dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006.

LEUTWILER, Júlio Fernandes do Prado. **Reprimarização da pauta de exportação e a atual inserção internacional brasileira (2000-2014)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciência, Unesp Marília, 2016.

LIMA, Lucas Gama. **A dinâmica imperialista contemporânea**: capital sem fronteiras e sua (ir)racionalidade apátrida. 2015. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

_____. Capital mundializado e a geopolítica dos alimentos: uma análise das contradições da oferta de sementes. **XIX Encontro Nacional de Geógrafos**, João Pessoa 2018.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do Desenvolvimento para o Nordeste**: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. 2007. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

LOPES, Victor Tarifa. **A reprimarização das exportações brasileiras em uma perspectiva histórico-mundial de longa e média durações**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2017.

MANCIO, Daniel; MOREIRA, Renata Couto. A dependência latino-americana e a reprimarização do continente. **XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA**, p. 1-25, 2012

MARINI, R. M. / Roberta Traspadini, João Pedro Stédile (orgs). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 292p

MARTINS, Gilberto de Andrade. Metodologias convencionais e não convencionais e a pesquisa em administração In: **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 00, n. 2, 2º semestre, 1994, p. 1-6.

MARTINS, Márcio Marinho. A atualidade do materialismo histórico-dialético para a Compreensão do espaço geográfico. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009, p. 1-19.

MARX, Karl. **O capital. Livro III.** São Paulo: editora Nova Cultura, Coleção os Economistas, 1996.

MEDEIROS, Paulo Vinicius Menezes de. Reprimarização da economia Latino-Americana: o discurso dos investimentos em infraestrutura de transporte como projeto modernizador e desenvolvimentista. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016.

MENDONÇA, Maria Luísa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de Produção e Agricultura:** a construção do conceito de *agronegócio*. Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHEZ, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set.1993.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada on line**, v.3, n.1, 2002.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente.** Tese de doutorado Departamento de Geografia, USP, Março de 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 4^a ed. Editora Ática, 1995.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira.** Iândé Editorial, São Paulo, 2016.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. **XII Colóquio Internacional de GEOCRÍTICA**, 2012.

_____. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos.** 2008. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall2/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf> Acesso em: 07. 06. 2017.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>. Acesso em 28 de Julho de 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Marina Feitosa Rocha. **De alimento a commodities: a produção de milho no município de Pinhão e suas contradições**. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Cristóvão, 2014.

OSÓRIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016 p. 494-539.

OXFAM. **Desterrados: Tierra, Poder y Desigualdad en América Latina**, Noviembre de 2016. Acesso em 12 de Agosto de 2019.

OXFAM. **Relatório terrenos da desigualdade**-Oxfam Brasil, 2016. https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/.../relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.p..

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A política agrária do Banco Mundial em questão. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 355-383, 2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PIGNATI, Wanderlei Antônio et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência e Saúde coletiva**, 22 (10) 3281- 3293, 2017.

POCHMAN, Márcio. **Economia global e a nova divisão internacional do trabalho**. Campinas, São Paulo: IE/Unicamp, 1997. Disponível em: Acesso em 14 de Agosto de 2019.

PRADA ALCOREZA, Raúl. **El círculo vicioso del extractivismo**. In: MASSUH, Gabriela (org.). **Renunciar al bien común- extractivismo y (pos)desarrollo em América Latina**. Buenos Aires: Dulce, 2012.

PRATA, Diego Ascendino Tourinho. **Determinantes da expansão da produção de milho em Sergipe**. Dissertação de Mestrado em Economia, UFS, São Cristóvão, 2013. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4492/1/DIEGO_ASCENDINO_TOURINHO_PRATA.pdf Acesso em: 06. 09. 2018.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013.

ROBERTS, Paul. **O fim dos alimentos**. Tradução Ana Gibson. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ROCHA, Alysso dos Santos. **Mercados e estratégias empresariais na agroindústria de leite e laticínios: um estudo comparativo**. Dissertação de Mestrado em Economia. Salvador, UFBA, 2004.

SADER, Emir. **A nova Toupeira: os caminhos da esquerda na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Marleide Maria. **Movimentos sociais:** na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe. Tese de doutorado. Universidade Federal de Sergipe. PPGeo. São Cristóvão, 2008.

SANTOS, Régis Ricci dos. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 3, p. 40-54, fev., 2007.

SANTOS, Ricardo Menezes. **Se planta e colhe alimentos neste sertão:** resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto de soberania alimentar. Dissertação de (mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 128p.

SEABRA, G. de F. **Pesquisa científica:** o método em questão. Brasília: Editora UnB, 2011, p. 11-42.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA. <http://www.seagri.se.gov.br/informacoes/6/agricultura-em-sergipe>. Acesso em: 28 de Julho de 2017.

SILVA, José Danilo Santana. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar.** Dissertação (mestrado Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e a produção de espaço. Editora Bertrand Brasil S.A, 1984.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. SOBERANIA ALIMENTAR: UMA NECESSIDADE DOS POVOS. Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br>

TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris **Territórios em conflito no Alto Sertão Sergipano.** Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2014.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho. **Revista Pegada**, v. 5, n. 1 e 2, nov. 2004. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1276/1272>. Acesso em: 12 de Abril. 2016.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

UNCTAD. **The State of Commodity Dependence 2019**. United Nations Geneva, 2019. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ditccom2019d1_en.pdf
Acesso em: 18 de Agosto de 2019.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, - v.6 - n.12 - p. 79-100 - Julho-Dezembro de 2009.

8. APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

Título da pesquisa: Reprimarização da Economia e o Monocultivo do Milho em Sergipe

Mestranda: Ana Paula Almeida Silva **Orientadora:** Dr^a Marleide Maria Santos Sergio

Data: ___ de _____ de 2019

Entrevista Semiestruturada/ Destinada a comerciantes de lojas de insumos agrícolas.

Nome do entrevistado (a): _____

Profissão: _____

Local da Entrevista: _____

1. Em relação ao cultivo do milho quais os principais insumos comercializados hoje no campo para essa cultura?
2. Sobre as sementes comercializadas para a produção do milho quais tipologias são mais vendidas e quais as empresas fornecedoras?
3. Qual o principal público atendido pela venda de sementes transgênicas e as híbridas?
4. Aqui em Sergipe quais são os principais municípios que são destinos de vendas de insumos para o cultivo de milho?
5. Em relação às estratégias de vendas de que forma são realizadas? Existem consultores responsáveis por essa função?
6. Quais os tipos de agrotóxicos mais comercializados para o cultivo do milho?

Observações finais:

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE



PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

Título da pesquisa: Reprimarização da Economia e o Monocultivo do Milho em Sergipe

Mestranda: Ana Paula Almeida Silva **Orientadora:** Dr^a Marleide Maria Santos Sergio

Data: ___ de _____ de 2019

Entrevista Semiestruturada/ Destinada a produtores de milho.

Nome do entrevistado (a): _____

Profissão: _____

Local da Entrevista: _____

1. Idade? Quando e como começou a plantar milho?

2. Quantas tarefas destina ao cultivo do milho?

3. Produz outros cultivos além do milho? Sim () Não (). Se sim quais?

4. Faz a utilização de sementes transgênicas ou híbridas? Como adquire?

5. Utiliza no cultivo do milho mão de obra familiar ou contratada?

6. Faz a utilização de crédito bancário para custeio da produção? Sim () Não (). Se sim qual agência bancária?

7. Já fez algum empréstimo de custeio da produção e teve dificuldade para pagar? Sim () Não (). Se sim quais as dificuldades?

8. Utiliza venenos no cultivo do milho? Sim () Não ().

9. Faz o uso de adubos na produção? Sim () Não ().

10. Para quem vende a produção de milho?

11. Considera o cultivo do milho importante?

12. Recebe algum incentivo do governo para a produção de milho? Se sim quais?

<p>Observações finais:</p>

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)



Título da pesquisa: Reprimarização da Economia e o Monocultivo do Milho em Sergipe
Mestranda: Ana Paula Almeida Silva **Orientadora:** Dr^a Marleide Maria Santos Sergio
Data: ___ de _____ de 2019

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa intitulada **Reprimarização da Economia e o Monocultivo do Milho em Sergipe** é desenvolvida no Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO)- UFS. Fui informado (a) que o referido estudo está sob a responsabilidade da Prof.^a / Pesquisadora-Ana Paula Almeida Silva e orientação da prof.^a Dr.^a Marleide Maria Santos Sergio.

Entendo que o objetivo deste estudo é compreender os elementos e aspectos inerentes a cadeia produtiva do milho no estado de Sergipe.

Objetivos específicos: Identificar as principais empresas que fornecem insumos químicos para o cultivo do milho; entender como funciona a comercialização de sementes adubos e agrotóxicos.

Eu li e entendi a explicação e agora estou compreendendo o estudo. As informações coletadas servirão somente para fins científicos, podendo ser divulgadas em pesquisas, eventos, revistas e/ou livros. Em caso de dúvida entrar em contato com os responsáveis pelo telefone (79) 996054597 ou pelo e-mail: paula17sonata@gmail.com

1. Você aceita participar da pesquisa?

Sim

Não

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

